

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O CANTO DO REINADO NA COMUNIDADE NEGRA DOS
ARTUROS (MG): MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DA HERANÇA
AFRICANA

BEATRIZ DOS SANTOS CHAVES

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**

**O CANTO DO REINADO NA COMUNIDADE NEGRA DOS
ARTUROS (MG): MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DA HERANÇA
AFRICANA**

BEATRIZ DOS SANTOS CHAVES

Sob Orientação do Professor
Drº Otair Fernandes de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, área de concentração em Identidade e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**

Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro, 2022

363.69

C512c

T

Chaves, Beatriz dos Santos

O canto do reinado na comunidade negra dos Arturos (MG) : memória e preservação da herança africana / Beatriz dos Santos Chaves. - 2022.

140 f. : il.

Orientador: Otair Fernandes de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade.

Bibliografia: f. 122-129.

1. Patrimônio cultural - Teses. 2. Negros - Usos e costumes religiosos - Minas Gerais - Teses. 3. Folclore dos negros - Minas Gerais - Teses. 4. Festas folclóricas - Minas Gerais. 5. Música folclórica - Minas Gerais. I. Oliveira, Otair Fernandes. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**

BEATRIZ DOS SANTOS CHAVES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de concentração em Identidade e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/02/2022

BANCA EXAMINADORA

(Assinatura)

Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira
(Orientador)
UFRRJ

(Assinatura)

Profa. Dra. Raquel Alvitos
UFRRJ

(Assinatura)

Profa. Dra Aíssa Guimarães
(UFES)

(Assinatura)

Profa. Dra Helena Theodoro
(UFRJ)

DEDICATÓRIA

Respeitosamente peço licença à Comunidade dos Arturos e aos ancestrais para, nas próximas páginas, iniciar a discussão de um tema que há décadas faz parte do seu respirar. Aqui segue um texto que espelha o que aprendi com os Arturos, por meio de leituras, pesquisas e conversas afetuosas com os membros da Comunidade. Agradeço imensamente a recepção e carinho.

Viva os Arturos!

Viva o Reinado de Nossa Senhora do Rosário!

AGRADECIMENTOS

É bom perceber que apesar dos momentos delicados, como os que vivemos em 2020 com a pandemia de COVID-19, temos pessoas que nos acrescentam tanto, nos inspiram. Todas as dificuldades vividas durante o isolamento social tornaram uma tarefa árdua, como a pesquisa e a conclusão de um curso de mestrado, ainda mais difíceis. Mas as pessoas aqui citadas doaram seu tempo e carinho no suporte para a execução dessa pesquisa, atenuando de muitas formas a conclusão desse ciclo.

Agradeço a **Deus** por colocar pessoas especiais em meu caimho, por estar comigo nos momentos de saúde fragilizada devido à COVID-19 e por me conceder sabedoria para a execução desse trabalho.

Agradeço aos meus pais, **Renildes** e **Evaristo**, que sempre me incentivaram a continuar estudando e dando o meu melhor no que eu me proponho. Os primeiros livros comprados, as conversas sobre o funcionamento do sistema solar, me trouxeram aonde estou. Vocês são minha inspiração, sem todo o apoio dado por vocês eu não chegaria até aqui.

Agradeço ao meu amado parceiro de vida, **Yuri Francisco**. Por sempre acreditar e apoiar meus sonhos, incentivá-los e me oferecer bases para torna-los realidade. Sua paciência e afeto, mesmo durante momentos de grande dificuldade, foram fundamentais à minha trajetória. Obrigada por oferecer todo o suporte possível para que esse trabalho fosse concluído.

Agradeço ao meu querido orientador, **Prof^o Otair Fernandes** por suas palavras muito oportunas, aos caminhos que me apresentou ao longo dos anos de trabalho. Obrigada por me fazer refletir sobre questões que levarei para toda minha vida acadêmica. As levo comigo nas posturas antirracistas que assumo no cotidiano e aos meus alunos.

Agradeço imensamente à **Comunidade dos Arturos** por me receberem tão carinhosamente em seu espaço sagrado. Por estarem disponíveis e compartilharem um pouco da devoção a Nossa Senhora do Rosário, minha gratidão. Suas vozes me encantam e me inspiram a pensar o patrimônio, especialmente o afro-brasileiro, além do institucional. Vocês são patrimônio vivo! Gratidão pelo acesso e disponibilidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento **001**.

Agradeço à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (**FAPERJ**) que por meio de incentivo financeiro tornou a execução desta dissertação possível.

RESUMO

CHAVES, Beatriz S. **O CANTO DO REINADO NA COMUNIDADE NEGRA DOS ARTUROS (MG): MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DA HERANÇA AFRICANA.** 2022. p.138. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2022.

A Comunidade Negra dos Arturos, residente em Contagem (MG) é reconhecida por seu respeito aos ancestrais, por suas diversas produções artísticas e culturais e devoção a Nossa Senhora do Rosário. Seu título de Patrimônio Imaterial na categoria lugares outorgado pelo IEPHA - MG foi um dos marcos desse reconhecimento. Uma das grandes celebrações organizadas pelo grupo é o Reinado que acontece no mês de outubro, cuja principal santa de devoção é a Senhora do Rosário. Autores como Edimilson de Almeida Pereira e Leda M. Martins trouxeram à tona que os cantos entoados e compostos durante a celebração do Reinado/ Congado têm potencial de registrar memórias negras. A partir destes preâmbulos teóricos, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar a capacidade que os cantos detêm em salvaguardar memórias de matriz africana na Comunidade; A presente pesquisa tem a seguinte questão: como o canto preserva memórias de uma cultura de matriz africana na Comunidade dos Arturos? Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo principal analisar o canto no contexto do Reinado na Comunidade dos Arturos como o *guardião/ receptáculo* de uma memória de matriz africana. O trabalho, assim, se dedica a fazer uma análise sobre a preservação de memórias de matriz africana nos cantos para então compreender como isto se desenvolve em seu registro no órgão mineiro, o IEPHA. Como objetivo secundário, assim, o trabalho se deteve a indicar as possíveis lacunas que o Dossiê de Registro possui ao descrever o canto ao longo de suas páginas. Observamos que o dossiê apresenta necessidade de aprofundamento sobre o que estes cantos representam. Apesar disso, título de Patrimônio Imaterial trouxe à Comunidade benefícios como a crescente valorização de sua cultura e, o principal objetivo dos Arturos de regularização de terras ganha força com o registro. Os Arturos atualmente seguem entoado seu canto em memória aos ancestrais e aos santos de devoção e continuam a atualizar seus métodos de perpetuação de seus saberes.

Palavras-chave: Comunidade Negra, Arturos, Canto, Memória.

ABSTRATC

CHAVES, Beatriz S. THE SINGING OF REINADO IN THE BLACK ARTUROS COMMUNITY(MG): MEMORY AND PRESERVATION OF AFRICAN HERITAGE. 2022. p.138. Dissertação. Instituto Multidisciplinar. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2022.

The Black Arturos Community of Contagem (MG) is recognized for the appreciation of their ancestors, diverse artistic and cultural productions and their devotion to Nossa Senhora do Rosário. Its title of Intangible Heritage granted by IEPHA - MG was one of the milestones of this recognition. One of the great celebrations organized by the group is the Reinado which takes place in October, whose main saint of devotion is Nossa Senhora do Rosário. Authors such as Edimilson de Almeida Pereira and Leda M. Martins brought to light that the chants sung and composed during the celebration of Reinado/Congado have the potential to store black memories. From these theoretical preambles, the present work aims to demonstrate the songs capability in safeguarding memories of African origin in the Community; the present research asks the following question: how does singing preserve memories of an African matrix culture in the Arturos Community? In this sense, the research's main objective is to analyze the song in the context of the Reinado in the Arturos Community as the guardian/receptacle of an African matrix memory. This work, therefore, is dedicated to making an analysis on the preservation of memories of African origin in the singing to then understand how this develops in its register in the Minas Gerais organ, the IEPHA. As a secondary objective, this work indicates the possible gaps the Registration Dossier exhibits when describing the singing throughout its pages. We observe that the dossier needs to deepen what the singing actually represent. Despite this, the title of Intangible Heritage has brought benefits to the Community such as the growing appreciation of its culture and the main objective of land regularizations of Arturos strengthens with the registration. The Arturos currently continue to sing their song in memory of their ancestors and saints of devotion and continue to update their methods of perpetuating their knowledge.

Keywords: Black Community, Arturos, Singing, Memory.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Árvore Genealógica da família de Arthur Camilo e Carmelinda Maria
Figura 2: Arthur Camilo Silvério
Figura 3: Carmelinda Maria da Silva
Figura 4: Filhos de Arthur Camilo Silvério, primeira geração da Comunidade.
Figura 5: Contagem (MG)
Figura 6: Vista aérea Comunidade dos Arturos (MG)
Figura 7: João do Mato encontro encontra com a Comunidade.
Figura 8: Ritual de expulsão do João do Mato em frente à casa paterna.
Figura 9: Lista de bens inventariados.
Figura 10: Festa de Nossa Senhora do Rosário, Guarda de Moçambique
Figura 11: Festa da Abolição
Figura 12: Cortejo dos escravos durante a Festa da Abolição.
Figura 13: Imagem de Nossa Senhora do Rosário restaurada
Figura 14: Andor de Nossa Senhora do Rosário no interior da Capela da Comunidade
Figura 15: Guarda de Moçambique
Figura 16: Guarda de Congo
Figura 17: Cronograma Festa de Nossa Senhora do Rosário
Figura 18: Entrada Capela da Comunidade
Figura 19: Altar Capela da Comunidade
Figura 20: Percurso das Guardas dentro da Comunidade
Figura 21: Locais de levantamento de Mastros e Bandeiras
Figura 22: Mestre Bengala
Figura 23: Cerimônia do Candombe com os três tambores da Comunidade
Figura 24: Primeiro tambor da Comunidade
Figura 25: Mestre Mário Braz da Luz
Figura 26: Nota de pesar Mário Braz da Luz, patriarca da Comunidade dos Arturos
Figura 27: Nota de pesar Maria Auxiliadora da Luz, matriarca da Comunidade dos Arturos

LISTA DE SIGLAS

IEPHA: Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPAC: Inventário Participativo da Comunidade dos Arturos

IPHAN: Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CAPÍTULO I - A COMUNIDADE NEGRA DOS ARTUROS: ORIGEM E FORMAÇÃO HISTÓRICA	22
1.1 O Arthur fundador: referência e ancestralidade	23
1.1.1 As relações com a ancestralidade na Comunidade Negra dos Arturos	25
1.2 Comunidade <i>Quilombola</i> dos Arturos	34
1.3 Reinado dos Arturos: a Festa de Nossa Senhora do Rosário	40
2. CAPÍTULO II - ORAÇÕES, CANTIGAS, CANTOS: VOZES E INSTRUMENTOS SAGRADOS NO REINADO NEGRO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	49
2.1 Procedimentos e o desenvolvimento da Festa do Rosário entre os Arturos	49
2.1.1 O Reinado dos Arturos no contexto do catolicismo popular	55
2.1.2 Memória negra e a performance do Reindo Arturo	61
2.2 Ritmos, sons e textos: a execução do canto no Reinado	65
2.2.1 As embaixadas no Reinado dos Arturos	69
2.3 O canto como Guardião da Memória	75
2.3.1 Comunidades tradicionais: entre a oralidade e o registro escrito	75
2.3.2 Presentificação do passado: memória e rito no Reinado Arturo	84
2.3.3 O canto: condutor da memória coletiva na Comunidade Negra dos Arturos	86
3. CAPÍTULO III - O CANTO E VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS: QUESTÕES SOBRE REGISTRO E SEU DOSSIÊ	91
3.1 Os sujeitos detentores do patrimônio: protagonistas de seus saberes	91
3.2 Valores de matriz africana manifestos na voz Artura	99
3.3 O canto no contexto do Dossiê de Registro da Comunidade	100
3.4 Os efeitos do título de Patrimônio Imaterial na Comunidade	106
3.5 A Comunidade dos Arturos em tempo de pandemia: perdas, sobrevivências e reexistências	112
4. CONCLUSÕES	118
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
6. ANEXOS	121
Anexo A - Entrevista com o presidente da Comunidade e Capitão da Guarda de Moçambique Everton Eustáquio da Silva	121

INTRODUÇÃO

O “EU” DA PESQUISA E A ESCOLHA DO ESTUDO

Os caminhos da pesquisa acadêmica envolvem critérios metodológicos, rigor científico, diálogo entre pares. Outro elemento importante que integra esses percursos são os porquês que levam o pesquisador à pesquisa e o modo como o alvo de análise o afeta. Neste momento inicial, acreditamos ser importante trazer à tona esse lado do presente acadêmico, pois engana-se quem ignora deliberadamente esses afetos na produção do saber. Nossa aproximação às temáticas que desenvolvemos e estudos partem desse afeta-se e assim aqui aconteceu.

Venho do subúrbio do Rio de Janeiro, de uma família negra em que poucos tiveram acesso ao ensino superior; o trabalho sempre foi muito valorizado. Estudar em um espaço elitizado como a universidade pública me apresentou lugares e pensamentos diferentes de tudo o que eu já havia vivido até então e me fez perceber as diferenças entre a cultura ensinada na academia e aquilo que é vivido no dia a dia entre os que precisam usar transporte coletivo cheio e almoçam em quinze minutos para dar conta de grandes cargas de trabalho.

Conhecer grupos de pesquisa que desenvolviam estudos sobre a cultura da Baixada Fluminense e produções poéticas afro-brasileiras foi uma experiência particularmente enriquecedora nesse contexto. Isso me mostrou a pluralidade de saberes e maneiras de lidar com a arte que as Letras ainda não dão conta. Assim, ler poetas negros como Edimilson de Almeida Pereira foi interessante. Sua produção poética e teórica busca justamente trazer protagonismo a sujeitos negros e suas diferentes escritas e falares, dando ênfase à potência que as vozes ancestrais ainda expressam na arte contemporânea. Pereira volta-se para a produção poética oral de comunidades tradicionais negras de Minas Gerais e demonstra que os cantos entoados no seio destas tradições possuem arranjo estético pouco estudado. A monografia que produzimos em 2016 destaca essa abordagem teórica de Pereira, problematizando a ausência das expressões orais negras nos debates, arguições e pesquisas no campo dos estudos literários. A aproximação com essa temática levou-nos ao curso de mestrado em Patrimônio em Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ). A contínua leitura das obras de Pereira nos levaram a textos como *Cantopoema: uma literatura silenciosa* (2010) e *Negras Raízes Mineiras: os Arturos* (2000), esse último produzido junto da professora Núbia Gomes. Esses textos trazem “para o centro da página” (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 52) o negro de comunidades tradicionais bem como suas memórias, suas produções culturais e artísticas. Por meio desses autores fomos introduzidos ao universo da Comunidade dos Arturos.

O contato com a Comunidade dos Arturos traz grande identificação aos leitores negros. A trajetória da Comunidade familiar é bastante semelhante com a formação de famílias negras que existem na diáspora afro-brasileira. Nesses contextos, a figura dos mais velhos e ancestrais são referências de conduta aos mais novos. Eles representam valores a seres seguidos, compartilhados durante e após as principais refeições, em grandes rodas de conversa. Contando sobre como chegaram onde chegaram, a construção da casa, o trajeto que faziam entre fazendas, tudo isso fortalece os laços entre os membros da família e nos mantém viva a memória dos antigos. Vivi muitos desses momentos com meus familiares, aprendi com meus ancestrais mais que em muitas aulas na universidade.

A vida no campo, o respeito aos ancestrais e a importância da constituição familiar sondam a memória afetiva de negras e negros no país, assim como entre os Arturos. Os Arturos, por exemplo, são conhecidos pela dedicação em manter em seu território antigas tradições rurais negras aprendidas através de Arthur Camilo Silvério, o patriarca fundador. A preocupação com a unidade familiar constituída no próprio formato comunitário do grupo é uma das características de milhares de famílias e comunidades negras no país. A frequente referência aos ancestrais da Comunidade, o carinho com seus antepassados e suas memórias fizeram com que minha identificação com o grupo crescesse.

A afetividade das famílias negras por vezes sustenta-se de memórias e os interlocutores negros, ao conhecerem os Arturos, conseguem assimilar e perceber as correspondências com as histórias de seus ancestrais e suas próprias trajetórias também. Laços familiares e memórias são, na realidade, estratégias de sobrevivência dos filhos da diáspora em continente luso-americano. Esta constatação e a identificação com a Comunidade e suas ferramentas de manutenção de memórias auxiliaram na escolha e proposição do objeto para pesquisa.

Observamos assim que não apenas ofícios, saberes e celebrações constituem o patrimônio dos Arturos. Sua formação, memória e relações familiares falam sobre a história do afro-brasileiro e as maneiras de ser do negro no Brasil. A constante referência aos ancestrais, a corporeidade das danças do Reinado e as memórias grafadas nos cantos da celebração perpetuam-se através da memória, essencial nas tradições negras. É por meio da memória que sentidos e sensibilidades africanas se mantiveram na diáspora.

Após décadas de manutenção dessas memórias e saberes, em 2011 a Comunidade entra com pedido de salvaguarda e registro junto ao IEPHA - MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Em 2014, o órgão finaliza o processo e os Arturos recebem o título de Patrimônio Imaterial na categoria pedida pela própria Comunidade, *lugares*. A pesquisa do

órgão envolveu a participação do município de Contagem, que também conferiu ao grupo o título de Patrimônio Imaterial, desta vez da cidade.

O processo envolveu a reunião de dissertações, teses, livros e registros fonográficos nos arquivos do IEPHA, além da produção de Inventário de Referências Culturais da Comunidade dos Arturos (documento que organiza a reunião dos materiais já antes produzidos sobre os Arturos). Os pesquisadores elaboraram também o Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/ MG, o Documentário Registro Bem Imaterial e o Inventário Para Fins De Registro da Comunidade Dos Arturos.

O material desse registro mais acessível ao público está hoje no site do órgão e são o Dossiê e o Inventário para fins de registro, no Youtube encontramos o Documentário. Visitando esses materiais observamos que alguns elementos precisam de um pouco mais de atenção, como os *cantos* elaborados na Comunidade. Assim, chama atenção que ao longo do dossiê os cantos entoados durante o Reinado não recebem o devido tratamento. Mesmo citados, eles não possuem espaço de transcrição no dossiê, mas sim encontramos apontamentos gerais sobre essas construções musicais e algumas das finalidades que nos festejos elas têm.

A “matriz africana” presente nas festas, como o Reinado, é citada como um fator importante no diálogo com o catolicismo. Os autores do Dossiê demarcam o quanto essa matriz influencia as festas e a cosmologia do Reinado, mas, alguns dos valores civilizatórios de matriz africana como energia vital (axé), oralidade, circularidade, musicalidade, ludicidade e cooperatividade (TRINDADE, 2005) poderiam ser melhor desenvolvidos e identificados na Comunidade ao longo do texto. Tais valores configuram a memória da Comunidade, expressam suas referências ancestrais africanas e auxiliam na manutenção e preservação da cultura afro-brasileira.

Assim sendo, é preciso que haja entre os trabalhos dedicados ao patrimônio afro-brasileiro, como o feito pelo IEPHA, a observância de tais valores e de que modo ele se expressa em suas práticas culturais. O exercício de apontamento desses valores de matriz africana no patrimônio cultural é necessário, mediante os séculos de silenciamento. Entender estas memórias e como elas são preservadas podem funcionar como mais um importante mecanismo de valorização de sujeitos e culturas constituídas em territórios racistas, como a Comunidade dos Arturos no Brasil.

Residente no município de Contagem há mais de cem anos, a família hoje conta com aproximadamente 600 integrantes entre descendentes diretos de Arthur Camilo e agregados. As tradições transmitidas há gerações são salvaguardadas por décadas pela Comunidade e o dossiê

surge para fortalecer a defesa e regularização de terras. O título de patrimônio, assim, adquire um grau específico de importância que a proteção de direitos fundamentais da população quilombola, objetivo esse a ser atingido pela visibilidade que a Comunidade recebe.

É visível que o inventário e suas fichas descrevem os bens dos Arturos detalhadamente, mas percebe-se também que o material elaborado pelo órgão mineiro não observa a textualidade e sonoridade dos cantos como parte deste patrimônio. A menção à memória que a texto e ritmo carregam não é específica suficiente e pode indicar lacunas que os processos de patrimonialização têm quando se trata de tradições afro-brasileiras. Explorar aprofundadamente aspectos de matriz africana nas tradições negras podem corroborar para o entendimento de como articula-se a cultura negra no Brasil. O canto, compreendido por Pereira como *cantopoema*, representa alguns destes aspectos.

O canto do Reinado dos Arturos é conduzido ao ritmo dos instrumentos sagrados (Santana, Santaninha e Jeremia) e falam sobre os dias de servidão, da dificuldade de acesso à Igreja e sobre a retirada de Nossa Senhora do Rosário das águas. Narram os cantos que a Santa chega à margem pelas mãos dos anciões negros, guardiões dos mistérios do Reinado, atendendo aos tambores de ritmos africanos. O universo do Reinado é, assim, composto principalmente por esta narrativa, expressa ao longo dos sons e textos das festas.

Observar estes cantos e sua capacidade de manutenção de memórias de matriz africana é atentar-se para as maneiras de ser do negro na diáspora e suas estratégias de sobrevivência cultural ainda presentes nas produções artísticas de comunidades tradicionais. Ou seja, apesar do silenciamento imposto a produções artísticas tradicionais negras, memórias e valores de matriz africana, estas não desaparecem. Os Arturos e seus cantos são algumas das comprovações disso.

Descrever a Comunidade e suas práticas é necessário e o registro é um dos procedimentos legais que demonstram a importância dos Arturos no estado mineiro e no Brasil. Quando a responsabilidade de preservação é atribuída também ao estado, mediante aos mais apropriados instrumentos, abre-se a possibilidade de desmistificar estigmas das culturas afro-brasileiras. O registro e os documentos produzidos por ele são, assim, exemplos de políticas que têm como fim dar visibilidade a narrativas afro-brasileiras e esses processos de patrimonialização precisam vir acompanhados da discussão sobre a complexidade destas culturas e de seus múltiplos aspectos, como o canto. Ou seja, entre as culturas tradicionais de matriz africana, o registro de patrimônio cultural podem representar não apenas o reconhecimento da história de sujeitos negros e suas expressões culturais e suas múltiplas

dimensões, como também apontam para o auxílio na conquista de direitos fundamentais garantidos pela Constituição, como a regularização de terras.

A PESQUISA E SEUS OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Durante o aprofundamento desta pesquisa, foi possível entrar em contato com alguns membros dos Arturos, entre eles Everton Eustáquio da Silva, capitão da Guarda de Moçambique e presidente da Comunidade. Conforme veremos nas próximas páginas, o termo Congado e Reinado serão usados frequentemente para fazer referência ao sistema da religiosidade artura e às festas de outros grupos que dialogam com sentidos similares, ou para citar diretamente ao Reinado da Comunidade, também conhecida como Festa do Rosário.

Após conversa com capitão Everton Eustáquio, observamos ser pertinente dar preferência ao uso da terminologia *Reinado* para, por vezes, fazer referência à Festa do Rosário. Suas palavras demonstraram que a Comunidade faz uso frequente desse termo e assim, em respeito aos usos dos sujeitos, será mantido prioritariamente o uso dessa expressão. Como, no entanto, será visto adiante, o uso de *Congado* não configura ambiguidades ou prejuízos à identidade e rede de sentidos que a Festa reúne.

Os Arturos são, neste trabalho, os principais interlocutores dos diálogos da memória negra expressa nas vozes e tambores que constroem o Reinado. Durante a pesquisa, propomos a análise desses cantos através principalmente de transcrições textuais dos cantos e das memórias que eles reúnem.

O ciclo de celebrações dura boa parte do ano e o Reinado é um dos maiores acontecimentos do período. Ela acontece na segunda quinzena de outubro, conduzida pelas *guardas* de Moçambique e de Congo. As origens das guardas se dão no universo mítico narrativo que conta a retirada de Nossa Senhora do Rosário das águas por um grupo de negros escravizados. Esta narrativa está presente ao longo do Reinado, em seus cantos e na devoção dos Arturos à Senhora do Rosário. O Reinado também é composto pelo cortejo e coroação de reis e rainhas da festa, momentos de celebração e homenagens aos coroados.

A devoção à santa é um dos pilares principais da religiosidade afro-católica da Comunidade. Desta maneira, construímos esta pesquisa tendo o canto da Festa de Nossa Senhora da Comunidade dos Arturos como objeto de investigação, que para Pereira (2010) “diz respeito a um aspecto da textualidade que, mesmo condenada ao exílio, aponta várias janelas

para a atribuição de sentido no mundo” (PEREIRA, 2010: 573)¹. Observamos que, o canto não é composto apenas por suas letras, mas também pela melodia das vozes e do soar dos tambores sagrados. Reconhecemos as premissas performáticas que os cantos da Festa possuem, mas o trabalharemos como um termo guarda-chuva, em que a potência de manutenção de memórias das composições sonoras e textuais serão alvo de discussão.

De todo modo, a partir das reflexões feitas até aqui, consideramos para esta investigação a seguinte questão de pesquisa: o canto do Reinado guarda/preserva uma memória de matriz africana ou afro-brasileira? Assim, a proposta de estudo aponta para a importância do canto na preservação de aspectos da cultura afro-brasileira a partir da memória daqueles que foram escravizados e sofreram o processo da diáspora africana.

Outras questões tem se associado a principal, a saber: como o canto da Festa de Nossa Senhora da Comunidade dos Arturos guarda/preserva a memória de matriz africana ou afro-brasileira? qual a relação entre memória e história na construção identitária da Comunidade dos Arturos em Minas Gerais? Qual a importância do canto no contexto do Reinado dos Arturos em Minas Gerais? Qual a importância do canto na preservação de elementos ou aspectos da cultura de matriz africana, no contexto do Reinado da Comunidade dos Arturos em Minas Gerais? Como o canto da Festa de Nossa Senhora da Comunidade dos Arturos GUARDA/PRESERVA a memória de matriz africana ou afro-brasileira?

A partir destas indagações, temos como objetivo geral analisar o canto como guardião na preservação da memória afro-brasileira no contexto do Reinado da Comunidade dos Arturos em Minas Gerais. Como objetivos específicos, temos: relacionar história e memória no Reinado da Comunidade dos Arturos em Minas Gerais; identificar o significado do canto neste Reinado; compreender o canto como guardião da memória e preservação de símbolos e práticas relacionados aos valores civilizatórios africanos na Comunidade dos Arturos.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

A pandemia de Covid-19 modificou o planejamento de 2020 e a condução de projetos de pesquisa para este ano foram modificados. Inicialmente, tínhamos organizado uma pesquisa empírica com múltiplas visitas *in loco* à Comunidade dos Arturos, em Contagem (MG). A ideia

¹ Neste ensaio sobre literatura, Pereira argumenta que os cantos do Reinado, quando nos voltamos para o seu texto, podem ser compreendidos como gênero textual, os *cantopoemas*. Neste sentido, os arranjos estruturais e temáticos dos cantopoemas estão em “exílio” por não serem, há décadas, considerados como fonte de inspiração poética (PEREIRA, 2017).

era observar diretamente no campo a Festa de Nossa Senhora do Rosário que aconteceria a partir do dia 12 de outubro de 2020.

No entanto, conforme confirmado pela rainha do Reinado dos Arturos, Maria Gorethe, as celebrações na Comunidade foram suspensas, sem previsão de retorno naquele ano. Os Arturos, na verdade, têm grandes preocupações sobre o atual cenário: a Comunidade tem alto número de idosos. Diante disso, a metodologia prevista para a execução deste trabalho precisou passar por reformulações.

Os Arturos, conforme dito, têm sido fonte de diálogo há anos para pesquisadores de diversas áreas, o que confere ao grupo amplo *corpus* teórico e descritivo sobre a Comunidade e suas práticas culturais. Além disso, o IEPHA – MG em 2014 concluiu o registro da comunidade com documentário, inventário de referências culturais e dossiê, ampliando ainda mais a literatura sobre a Comunidade. Quanto a estas últimas produções estaduais, como já citado, é perceptível a existência de lacunas. Apesar disso, o conteúdo trabalhado pelo próprio dossiê do IEPHA, quando observado sob lentes críticas, torna-se fonte primária.

Diante do exposto, optamos inicialmente pela pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A primeira relaciona-se às fontes secundárias e será executada na identificação e seleção de trabalhos e estudos já realizados sobre a Comunidade. Isto se deu sobre fontes primárias, a partir de documentos da própria Comunidade, Dossiê, Inventário da Comunidade e Documentário IEPHA de 2014.

Em 2021 as festas retornaram, mas com abrangência menor, incluindo apenas membros da Comunidade. Aos poucos o grupo voltou a abrir as portas e, nesta oportunidade, foi possível vistá-los para conversar um pouco mais. Essa experiência, devido as limitações da pandemia, foi curta, mas prazerosa e importante para compreensão da grandeza dos Arturos e de algumas de suas atuais necessidades. Nesse encontro foi possível conversar com alguns membros da Comunidade que muito carinhosamente nos receberam. Apesar de estarem realizando um evento de dias das crianças em parceria com universitários de medicina, separaram alguns minutos para entrevista.

Grande parte dessa entrevista aconteceu no interior da Capela de Nossa Senhora do Rosário que está no interior da Comunidade. Ali guarda-se tambores sagrados, imagens dos santos de devoção do grupo e fotografias emolduradas de capitães de Guarda, padres e dos membros fundadores, Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva. Estar no interior da capela de que tanto lemos e sentir a importância dela e de seus significados dos membros foi uma experiência única. O sagrado ali preservado com afeto visível cuida e traz o

desejo de ali ficar – e retornar mais vezes. A partir desse diálogo, por exemplo, foi possível conhecer um pouco mais da atual dinâmica da família e do quão sério é a invasão de terras que hoje o grupo vive.

O canto se expressa em celebrações cuja corporeidade e presença é essencial, mas a execução das festas foi cancelada. Apesar disso, o Reinado possui vídeos de fácil acesso na internet e, os cantos, objeto central desta investigação, tem alguns de seus textos registrados em obras como a de Gomes e Pereira (2000) e de Lucas (2002).

A pesquisa bibliográfica conta com o levantamento de dados sobre a Comunidade a partir de Leda Martins (1997), Núbia Gomes e Edimilson de Almeida Pereira (2000), Glaura Lucas (2002), Romeu Sabará (1976) e Erisvaldo Santos (2019) serão algumas das referências para a contextualização dos Arturos logo nos primeiros capítulos.

Já a pesquisa de cunho documental trabalhou com o material produzido pelo IEPHA e explorou áudios gravados da entrevista realizada em outubro de 2021 e vídeos da celebração reunidos no canal Tradições de Minas. Apesar das citadas lacunas, o Dossiê que fundamenta o registro consegue trazer informações pertinentes sobre os Arturos, seus ancestrais, documentos sobre suas terras, certidões de nascimento e de óbito. Por outro lado, Inventário de Referências da Comunidade é mais técnico, divide-se em fichas catalográfica dos bens do grupo e apresenta métodos de salvaguarda propostos pelo estado de Minas Gerais. O documentário produzido pelo IEPHA em parceria com a Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais (ADTV) e a PUC Minas também trazem dados relevantes, como entrevistas com os membros do grupo, fotografias do acervo particular da Comunidade e vídeos de festividades, momentos de confraternização através de refeições em grupo, benzeção, entre outros. O site do Instituto oferece algumas notícias sobre a Comunidade e revistas que trazem resumos do dossiê, materiais estes que foram aqui analisados.

Cabe citar também que o conteúdo publicado pelo órgão mineiro responsável pela política de preservação estadual, segundo páginas do Dossiê, foi construído com a participação da Comunidade. Logo no início do texto encontra-se uma lauda assinada pelos que estavam a ser registrados. Além destas fontes, utilizamos como consulta o site do município de Contagem (MG), o site do IEPHA, redes sociais da Comunidade e o conjunto de três (03) entrevistas coletadas durante ida à Contagem em outubro de 2021. Nessa oportunidade foram entrevistados os representantes atuais, o capitão de Moçambique Everton Eustáquio e Aparecida do Nascimento. José Bonifácio da Luz, conhecido Mestre Bengala, de título notório saber pela UFMG, também aceitou o convite para uma breve conversa.

A análise da textualidade dos cantos e do registro se deu através de prisma antropológico e sociológico, em que a atuação da *Memória Coletiva* segundo perspectiva de Maurice Halbwachs foi chave para a construção das reflexões por hora propostas.

As conclusões a que chegamos não pretendem encerrar a discussão sobre expressões dos cantos de matriz africana. Na verdade, reconhecemos as limitações comuns à pesquisa de mestrado. Acrescenta-se ainda a isso a limitação que o isolamento social impôs a todos nós. Por fim, buscamos suscitar hipóteses e levantamento de questões sobre memórias registradas nas linguagens e textualidades das culturas negras que existem - e resistem - em terras brasileiras.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O texto desta dissertação está estruturado em cinco partes distintas e complementares: introdução, primeiro, segundo e terceiro capítulos, finalizando a discussão com considerações finais.

Na introdução procuramos abordar o “eu” da pesquisa, expondo a aproximação com a temática e com os sujeitos detentores dos bens culturais aqui explorados. Almejamos mostrar as motivações das análises feitas de maneira a explicitar que as escolhas do pesquisador são movidas por afetos - e também políticas.

O primeiro capítulo descreve e apresenta o universo da Comunidade, descrevendo um pouco de sua longa história em Contagem. O capítulo direciona seu foco às origens dos Arturos, sua relação com a ancestralidade negra. Além disso, aqui também apresentamos os porquês do uso do termo *quilombola*, destacando sua luta pela regularização de terras, hoje invadidas indevidamente por vizinhos ao terreno da Comunidade. O capítulo introduz alguns dos bens culturais que a Comunidade administra e protege, e dá alguns indícios sobre a condução do Reinado.

No segundo capítulo damos foco ao canto entoando durante o Reinado. Para tanto iniciamos o capítulo falando sobre a dinâmica da Festa a partir de panfletos com sua programação e os principais percursos que o cortejo festivo percorre. Entendemos que o canto do Reinado é expressão e comunicação cujos sentidos alcançam os interlocutores na superfície da performance da Festa. Desse modo, explicitamos brevemente alguns apontamentos acerca desse aspecto do canto para, depois, aprofundarmos e atingirmos o objetivo do capítulo: argumentar que este fenômeno comunicacional é também um mecanismo de salvaguarda e manutenção de memórias. Questões sobre tradição oral e memória serão aprofundadas à medida e um fragmento de canto, a embaixada, será destacada.

No terceiro capítulo buscamos apresentar alguns dos valores de matriz africana que hoje encontramos na diáspora negra no Brasil. Falamos sobre como os cantos são desenvolvidos ao longo do Dossiê e ressaltamos os impactos que esse material trouxe aos Arturos. Embora esteja constantemente dialogando com os órgãos públicos, a Comunidade tem atuado ativamente na preservação de seus bens e no ensino de práticas antirracistas. Isso se dá por meio de oficina que os Arturos têm organizado no ponto de cultura Carmelinda Maria da Silva.

As considerações finais apontam a possibilidade de os cantos figurarem um instrumento de preservação de memórias que merecem maior atenção nos documentos recentemente produzidos. Outros órgãos como a UFMG promovem discussões com os mestres dos conhecimentos ancestrais da Comunidade e os Arturos têm promovido espaços para a partilha de seus saberes. Neste contexto, órgãos como o IEPHA a contínua divulgação dessas construções musicais. Os cantos demonstram ser a comunicação entre o terreno e o espiritual e, durante sua execução e performance, mantém, salvaguarda e preserva memórias por décadas. Seu poder de síntese de informações e de sentidos que dialoga em si merece maior debate em diferentes campos de saber acadêmico. Estudar a paisagem sonora do Reinado dos Arturos é um caminho para compreender as formas de sobrevivência cultural experimentado por negras e negros no Brasil.

CAPÍTULO I

A COMUNIDADE NEGRA DOS ARTUROS: ORIGEM E FORMAÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama geral da Comunidade Negra dos Arturos. Trataremos de suas raízes, dos que deram origem ao grupo a começar por seu fundador, Arthur Camilo. Seu nome dá título aos Arturos, seus ensinamentos são lembrados com responsabilidade entre seus descendentes que com compromisso levam consigo seus conhecimentos sobre o Reinado e demais tradições. Aqui dissertamos sobre a extensa riqueza cultural dos Arturos, mantenedores de valores civilizatórios africanos. O texto se dedica a trazer alguns dos motivos que fazem com que a Comunidade carregue também o título de quilombo. Título esse que representa a luta e resistência da Comunidade às invasões de suas terras, sua história e identidade.

Em *Orientalismo* (2011), Said aponta que, até início do século XX, o globo foi, pelo “Ocidente”, colonizado². Tal processo tem como lógica primeira a expropriação de territórios, (geográficos e culturais), através de diferentes formas de violência. Meios de subsistência, língua, religiosidade, terras e pessoas, ao tornarem-se alvo de interesses imperialistas europeus, passam a ser subvertidas, agredidas. A chegada de milhares de africanos à América integra tal processo que, na perspectiva de Said, é iniciado no século XV³.

Apesar de os processos de colonização pelos quais o Brasil passou preconizarem a extinção de sujeitos negros, seus nomes e história, a cultura de tais agentes, contrariando normas vingentes, encontra entre os laços criados e as mais diversas redes de solidariedade, estratégias de sobrevivência e manutenção de conhecimentos ancestrais. No seio de tais redes, a compreensão da ancestralidade, os quilombos e a religiosidade constituíram-se como um importante instrumento de saber. Ou seja, a ligação com o divino pode ser compreendida como “um índice de resistência cultural e de sobrevivência étnica, política e social” (MARTINS, 1997, p. 24).

² “Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Por inúmeras razões, elas atraem algumas pessoas e muitas vezes trazem uma miséria indescritível para outras.” (SAID, 2011, p.39)

³ “Considera-se que, em 1800, as potências ocidentais reivindicavam 55%, mas na verdade detinham 35% da superfície do globo, e em 1878 essa proporção atingiu 67%, numa taxa de crescimento de cerca de 220 mil quilômetros quadrados por ano. Em 1914, a taxa anual havia subido para vertiginosos 620 mil quadrados e a Europa detinha um total aproximado de 85% do mundo, na forma de colônias, protetorados, dependências, domínios e commonwealths.” (SAID, 2011, p.40)

A Comunidade dos Arturos, assim, acaba por reunir muito de tais elementos. A constante menção aos ancestrais, a organização e luta em torno de seus direitos quilombolas, a fé alicerçada em Nossa Senhora do Rosários e seus fundamentos indica/ representa, em muitos aspectos, diferentes faces da população afro-brasileira, como a criação sólida de redes de solidariedade e a manutenção de tradições ancestrais.

1.1 O Arthur fundador: referência e ancestralidade

A Comunidade Negra dos Arturos é formada por agrupamento familiar, residente em propriedade particular no município de Contagem, Minas Gerais. Os elos formadores do grupo são Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva, ancestrais diretos, pais e fundadores dos Arturos. Aqui, a força e importância da ancestralidade entre os Arturos fica evidente: seus descendentes respondem pelo nome daqueles que os originaram. Sobre a função da *ancestralidade* nas culturas de matriz africana ressemantizadas em solo brasileiro, o filósofo Eduardo Oliveira indica que:

Tributária da experiência tradicional africana, a ancestralidade converte-se em categoria analítica para interpretar as várias esferas da vida do negro brasileiro. Retro-alimentada pela tradição, ela é um signo que perpassa as manifestações culturais dos negros no Brasil, esparramando sua dinâmica para qualquer grupo racial que queira assumir os valores africanos. Passa, assim, a configurar-se como uma epistemologia que permite engendrar estruturas sociais capazes de confrontar o modo único de organizar a vida e a produção no mundo contemporâneo. (OLIVEIRA, 2009, p.2)

Muitas expressões culturais afro-brasileiras têm como cosmologia, lógica organizacional, meio de interpretação do real e das relações interpessoais, a ancestralidade; fundamental fonte de saber tradicional. O cenário fragmentado – e fragmentador – que se formou na América portuguesa ao longo do período colonial expôs sujeitos negros a formas de violência diversas como mudança de nome, “demonização” de religiosidades africanas, estigmatização de corpos pretos. A lógica escravocrata vivenciada pelo Brasil sistematicamente “coisificou” milhares de africanos (MARTINS, 1997, p. 24) e suas diferentes etnias, tudo viabilizado por interesses e olhares do colono. Assim, Martins (1997):

Esse olhar, amparado numa visão etnocêntrica e eurocêntrica, desconsiderou a história, as civilizações e culturas africanas, predominantemente ágrafas, menosprezou sua rica textualidade oral; quis invalidar seus panteões, cosmologias, teogonias; impôs uma verdade absoluta, novos operadores simbólicos, um *modus* alheio e totalizante de pensar, interpretar organizar-se, uma nova visão de mundo, enfim. (MARTINS, 1997, p. 24-25)

Tamanha violência atua de modo, ainda nas palavras da autora, a “assujeitar”, tais sujeitos, pois valores e perspectivas ocidentais acabam por suprimir e invalidar bens culturais de matriz africana. Em algumas instâncias, a colocação de Bourdieu (1998)⁴ sobre *violência simbólica*, pode ser pertinente para se entender este universo.

Apesar dos processos de subjugação do território, a conexão com as origens (ou seja, com pais, netos ou entes ligados aos antigos) representada pela noção de ancestralidade, assume função catalisadora, auxiliando na reconfiguração de identidades negras na diáspora luso-americana. Assim, remeter a lembrança dos antepassados, às línguas usadas por eles, suas formas de contar histórias e suas experiências, fortalece laços e auxilia na reestruturação de identidades em contexto de diáspora.

Além disso, as relações interpessoais, mediante perspectiva ancestral, compreendem que a morte não é a finalização da existência, mas sim a sua transmutação para uma outra forma de manifestação. Assim, a ancestralidade não constitui apenas um índice de algumas culturas afro-brasileira de matriz africana, mas também afere que, “na cultura negra, o ancestral estará sempre presente, no grupo como um aliado, parceiro da troca ritual, através da qual o AXÉ se transmite” (THEODORO, 1985, p. 85).

Ou seja, esta concepção é, por vezes, força motriz de religiosidades afro-brasileiras. Segundo o professor Eduardo Oliveira (2009) “ancestralidade, inicialmente, é o princípio que organiza o candomblé e arregimenta todos os princípios e valores caros ao povo-de-santo na dinâmica civilizatória africana” (OLIVEIRA, 2009, p.2). Por fim, o olhar ajustado diante da lente *ancestral*, pode configurar também um potente instrumento de resistência afro-brasileira, já que ratifica identidades e viabiliza força a movimentos sociais (OLIVEIRA, 2009).

A referência direta a Arthur Camilo no nome da Comunidade pode ser mais uma indicação dos vínculos com as culturas de matriz africana que os Arturos têm enquanto demonstra a reverência e respeito aos que vieram antes deles. Em atividades cotidianas ou ritos de festivo, a força ancestral sempre se faz presente, por meio de orientações diretas de capitães e através dos próprios ritos, reproduzidos e mantidos pela Comunidade. Compreender a riqueza e complexidade dessas perspectivas que regem toda a dinâmica dos Arturos é um caminho de

⁴ Pierre Bourdieu baliza a noção de “violência simbólica”, a concebendo como “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2003, p. 7-8). Para o autor, é difícil escapar dela pois sua atuação se dá nas entrelinhas das sensibilidades, ela é por vezes imperceptível e legítima práticas violentas.

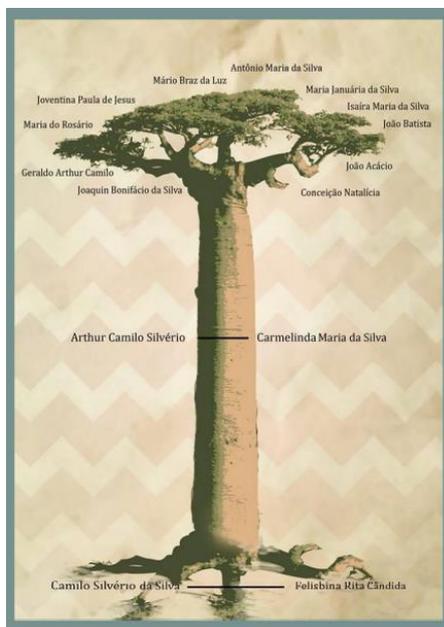
acesso a conceitos elementais para introdução e acesso às racionalidades tradicionais negras no Brasil.

1.1.1 Comunidade Negra dos Arturos e sua conexão a ancestralidade

Sabará (1976), um dos primeiros pesquisadores a visitar a Comunidade dos Arturos, observa em seus levantamentos que é claro o vínculo entre a Comunidade e o passado escravista brasileiro. Suas pesquisas descritas no Dossiê dos Arturos (2014) resgata o relato de uma das irmãs de Arthur Camilo, Josina Januária. Sua fala cita nome e sobrenome de seus avós: Maria Conga de Jesus e Felipe. Além deles, Josina cita o nome de sua mãe, Felisbina Maria de Jesus e o nome de seus então proprietários, “José Antônio e Candinha, e a fazenda em que ela nasceu, a Fazenda Bom Jesus, situada em São Gonçalo da Contagem” (IEPHA, 2014, p. 33).

Registrada no Livro de Batismo da Paróquia de São Gonçalo da Contagem, a certidão de nascimento de Felisbina fala sobre os padrinhos da ancestral dos Arturos, Paulo e Maria Cabinda. Estas informações sobre a mãe de Josina Januária e Arthur Camilo aprofundam a compreensão sobre as redes de solidariedade que, de muitas maneiras, auxiliaram na formação da Comunidade.

Figura 1: Árvore Genealógica da família de Arthur Camilo e Carmelinda Maria



Fonte: Foto Acervo IEPHA

Tais termos, “Congo” e “Cabinda”, foram usados para fins de registro e controle sobre o local de origem dos escravizados. Os termos usados nos nomes de seus avós e seus padrinhos “sugerem que possivelmente, ambos eram africanos, provenientes da África Central” (IEPHA, 2014, p. 33). Segundo Soares (1998, p.1), *Mina, Cabinda, Congo e Crioulo* eram expressões usadas para o conhecimento sobre os negros escravizados nascidos no Brasil e os nascidos na África. A afirmação destacada pelo dossiê pode ser um mecanismo para se ratificar os vínculos da Comunidade com matrizes africanas. Apesar disso, durante observação atenta aos bens culturais do grupo e sua dimensão estética percebe-se elementos importantes para a constatação destes vínculos. Citando especificamente os cânticos do Reinado, Martins (1997) ressalta aquilo que será retomado nas próximas páginas:

a sintaxe que organiza os ritos e toda a representação simbólica deriva-se da narrativa fundadora, tecida pelo cruzamento do texto católico com repertórios textuais de arquivos ágrafos africanos, como um texto terceiro, pela tradição oral.” (MARTINS, 1997, P. 47)

O envolvimento de Camilo Silvério com a fé católica, conforme apresentam documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Contagem, sempre foi bastante intenso. A Irmandade contou com doações de Camilo Silvério (IEPHA, 2014, p. 12) e, concomitante a isso, a transmissão a seus filhos sobre saberes ligados ao Reinado era constante. Cantos, ritualística, manejo de ervas e valores podem ter perpassado pelas experiências de homem negro, mestre de Reinado em sua região.

Figura 2: Arthur Camilo Silvério



Fonte: IEPHA, 2014

Figura 3: Carmelinda Maria da Silva



Fonte: IEPHA, 2014

Em Arthur Camilo, patriarca da Comunidade, centra a figura daquele que transmitiu o conhecimento tradicional da Comunidade. Nasce livre, segundo a lei vigente, no antigo arraial de São Gonçalo de Contagem, em 21 de dezembro de 1885, conforme certidão de nascimento encontrada por pesquisadores do IEPHA (IEPHA, 2014, p.38). Embora nascido de pais ainda escravizados, Arthur Camilo torna-se fruto da “Lei do Ventre Livre”, de 28 de setembro de 1871. Conforme relatos de seus filhos e outros descendentes IEPHA, 2014, p.38, Arthur Camilo é apadrinhado por antigos “proprietários” de seus pais e vive em regime muito semelhante à escravidão até meados de sua adolescência.

Os processos de apadrinhamento pelos quais passou foram muito comuns durante fins do século XIX e XX (IEPHA, 2014, p.38), e articularam-se como concentrador de mão de obra ainda escrava, “visto que, seus proprietários e padrinhos, grandes donos de terras, ainda estabeleciam com seus empregados, relações de submissão, dependência, coerção, entre outras” (IEPHA, 2014, p.38). A vivência de Arthur Camilo não foi diferente desta, como afirmam relatos de seus filhos. As narrativas que circulam entre sua descendência dão conta de que é clara a existência do sistema de apadrinhamento vivido por seus ancestrais. De acordo com esses relatos, era comum o hábito de se partilhar experiências antigas aos familiares, além das lições acerca do Reinado e Nossa Senhora do Rosário, tal como demonstra a entrevista transcrita por Núbia Gomes e Edimilson de Almeida Pereira: “Ele mostrava a gente que aqui nele no lado esquerdo tinha um sinal de

ferrão que toca boi que o carrero bateu nele. Pôs o ferrão nele que deu marca” (Izaíra Maria da Silva – Tita). (GOMES; PEREIRA, 2000, p.100)

Outros episódios como estes foram registrados na memória da primeira geração, como o falecimento de Camilo Silvério (GOMES; PEREIRA, 2000, p.173) envolto por acontecimentos difíceis (IEPHA, 2014, p.38). Devido a isso, com quinze anos de idade, Arthur Camilo foge das terras de seu padrinho e anos mais tarde casa-se com Carmelinda Maria da Silva. O casal passa a viver na Mata do Macuco, em Santa Quitéria (MG), onde têm dez filhos:

Geraldo Arthur Camilo (16/11/1913), Conceição Natalícia da Silva (03/10/1918), Maria do Rosário da Silva (07/10/1923), Juventina Paula de Jesus (25/01/1925), José Acácio (09/04/1926), Isaíra Maria da Silva (06/07/1929), Mário Braz da Luz (02/02/1933), Antônio Maria da Silva (18/07/1935), Joaquim Bonifácio da Silva (03/08/1940), João Batista da Luz, Maria Januária da Silva. (IEPHA, 2014, p.58)

Nas palavras de Gomes e Pereira (2000), “a figura do pai encarnou o simbolismo da unidade, filtrado através da religião” (GOMES; PEREIRA, 2000, p.162). Em documentário produzido pelo IEPHA em 2014, os membros da comunidade sinalizam a necessidade e responsabilidade de manter as tradições transmitidas por Arthur Camilo, em nome da devoção à Nossa Senhora do Rosário e dos ancestrais fundadores. A Comunidade é, assim, fundamentalmente, estruturada nas relações familiares e na devoção à Senhora do Rosário, o que se manifesta em rezas, transmissão oral, celebrações e benzeções.

Figura 4: Filhos de Arthur Camilo Silvério, primeira geração da Comunidade



Fonte: Acervo IEPHA

A história dos Arturos compartilha similaridades com outras milhares de famílias negras cujas culturas se reescrevem na diáspora. Uma observação atenta sobre o município onde a Comunidade dos Arturos se estabelece, suscita outras particularidades desta família e da cultura negra da região.

O território ocupado pela comunidade fica a 2,5 km de distância do centro de Contagem, em bairro conhecido como Domingos Pereira, “nas imediações do bairro Vera Cruz” (SANTOS, 2019, p.45). Parte da história da cidade é descrita no site da prefeitura de Contagem (PREFEIRA DE CONTAGEM, 2020) que inicia sua narrativa a partir do nome da cidade; o crescente aumento da fiscalização da portuguesa sobre os bens produzidos na região e a população escravizada (PREFEIRA DE CONTAGEM, 2020), no início do século XVIII (FONSECA, 1978, p.128), é uma das origens do nome da região. Devido ao posto de taxaço, surge, ao seu entorno, um pequeno povoado cujo padroeiro era São Gonçalo, o protetor dos viajantes. Assim, São Gonçalo da Contagem, foi, por décadas, o nome do então arraial.

Antes de o posto de fiscalização ser encerrado em 1759, o povoado começa a perder forças “em razão do crescimento da Vila de Pitangui, criada em 1715” (SANTOS, 2019, p.48). Em 1831, a pequena população local contava com 2.155 habitantes. Desse número, 1.410 habitantes eram livres, “402 brancos e 1.008 “pretos” e “mulatos”, e “a população escrava perfazia um total de 752” (SANTOS, 2019, p.48).

Ou seja, São Gonçalo da Contagem contou com uma numerosa população negra que anos mais tarde continuaria a influenciar culturalmente a cidade de Contagem. Este número de africanos escravizados no estado mineiro tornou-se um fator de alerta para a Coroa (GOMES; PEREIRA, 2000, p.182), mas apesar da vigília portuguesa, até os dias atuais é expressivo o número de casas de Umbanda, Quimbanda e benzeção na região. Gomes e Pereira, inclusive, constataam que:

O surgimento de uma população economicamente ativa vinculada a criação de gado, agricultura e comércio permitiu a fixação de um contingente servil na região. Com ele permaneceram as tradições dos antepassados que haviam resistido às devassas do sistema escravista. (GOMES; PEREIRA, 2000, P.182)

Ainda segundo dados da prefeitura, ratificados por Fonseca (1978), o município de Contagem permanece “estagnado” até 1941, quando inicia a construção do parque industrial, espaço de forte movimentação econômica na primeira metade do século XX.

Apesar de alcançar autonomia em 1911 (PREFEIRA DE CONTAGEM, 2020), a cidade demora a ver seu número de habitantes aumentar.

Tais dados podem ser interessantes para compreender o surgimento e configuração da Comunidade dos Arturos: a pesquisa documental efetuada por Gomes e Pereira demonstra que no dia 2 de novembro de 1888, os 6,5 hectares de terra onde hoje habita a Comunidade, é adquirida por Camilo Silvério, pai do fundador da Comunidade, e deixada a seus seis filhos, fruto de seu relacionamento com Felisbina Maria de Jesus, antepassados Arturos. Desse modo, o levantamento da região habitada pela Comunidade e sua breve trajetória histórica demonstram que a descendência de Camilo Silvério “participa de uma realidade social que tem por moldura a realidade de um passado étnico, histórico e social que lhe permitem projetar uma imagem reveladora de si mesma.” (GOMES; PEREIRA, 2000, p.183). Ou seja, neste contexto, a Comunidade, durante o século XX, comunga características de uma região que vagarosamente urbanizava-se, mas que simultaneamente nutria hábitos rurais.

Figura 5: Contagem (MG)



Fonte: Prefeitura de Contagem (MG)

Figura 6 : Vista aérea Comunidade dos Arturos (MG)



Fonte: Acervo IEPHA/ Casa de Cultura

Segundo Gomes e Pereira (2000), o grupo manteve práticas ligadas à agricultura da terra logo nos primeiros anos de habitação em sua propriedade atual, herdada a Arthur Camilo por seu pai, Camilo Silvério.

A partir da ocupação de *jornaleiro* (IPAC/ IEPHA, 2014, p.13), nome da função daquele que trabalhava em regime de jornadas (IEPHA, 2014, p.14), Camilo Silvério faz a compra do terreno. Isto indica que Camilo Silvério já não era mais escravizado ao fim de sua vida. Com a construção dos polos industriais em Contagem, no entanto, tais

práticas mudaram. Os descendentes de Arthur Camilo passam a trabalhar na cidade industrial como operários em fábricas ou, no caso das mulheres da família, na função de trabalhadoras domésticas (GOMES; PEREIRA, 2000, p.187).

A disposição das casas, conforme indica Vieira (2003), se dá “aleatoriamente”, reservado para os descendentes de Arthur Camilo e seus cônjuges que se agregam à comunidade. A primeira geração dos Arturos viveu no espaço da comunidade durante toda a vida, com exceção de Conceição Natalícia da Silva (Tetane), o que não a impediu de visitar frequentemente o grupo bem como fazer parte de suas atividades (VIEIRA, 2003, p. 133).

Atualmente os Arturos vivem integrados ao meio urbano, portanto seus antigos métodos de cuidado com a terra não são mais frequentes. A rede de memórias ligadas às práticas rurais, no entanto, não se findou com o passar das décadas: celebrações como a conhecida Festa do João do Mato fazem menção aos tempos em que a subsistência dependia do cuidado com a terra, ligada à colheita. Também conhecida como Festa da Capina, a Festa do João do Mato tem como narrativa principal a necessidade de cuidado das terras através da retirada de excesso de vegetação invasiva e retirada de outros detritos. A tarefa é realizada em conjunto e embalada com cantos. Ao fim da limpeza surge João do Mato que, após discutir com os participantes do mutirão, é levado à casa paterna e recebe a proposta de ir embora em troca de uma prenda. Nas palavras de Gomes e Pereira (2000):

Não sendo lavradores, os Arturos já não tinham as grandes plantações, onde a necessidade da capina trazia a dança das enxadas e o lamento das vozes que trabalhavam em uníssono, como os homens que juntos se alinhavam nas eiras. Mas a alegria e as brincadeiras presentes no tempo dos antigos recriaram a festa do João do Mato [...]. No início de dezembro, quando o ano se encaminha para seu declínio, João do Mato será expulso dos campos pelo trabalho cuidadoso das enxadas. (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 304)

Em visita à Comunidade, em outubro de 2021, observamos que os Arturos, apesar da criação de poucos animais, relacionam-se com o meio de maneira diferente. O cultivo da terra não tem sido a principal fonte de sustento. Há, no entanto, a intenção de iniciarem projetos ligados a criação de pequenas hortas, alguns desses planos já entraram em vigor em 2021.

Figura 7: João do Mato encontro encontra com a Comunidade.



Fonte: Acervo IEPHA/ MG

Figura 8: Ritual de expulsão do João do Mato em frente à casa paterna.



Fonte: Acervo IEPHA/ MG.

Através do bater das enxadas, o inimigo - capaz de destruir vegetações e sabotar o sustento - é expulso e “a destruição é adiada, a vida se garante porque viver é opor-se a morrer” (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 307). A memória da Comunidade e seu aspecto rural é mantida por meio da celebração – e este é apenas um exemplo de muitos outros que demonstra a *plasticidade* destas memórias e de seus meios de preservação. Especificamente a Festa do João do Mato tem como fundo a ensinamento o cuidado com a terra e quais as possíveis consequências da displicência com o espaço de cultivo. A ludicidade do João do Mato e os ciclos que ele representa fazem parte de um amplo e extenso universo no qual a Comunidade está inserida (GOMES; PEREIRA, 2000, p.197)

Em 2011 a Comunidade entra com pedido ao IEPHA de patrimonialização. O processo de registro como Patrimônio Cultural de Minas Gerais envolveu visitas à Comunidade, entrevistas, pesquisas ao acervo particular dos Arturos e leitura de materiais

já produzidos⁵. O processo resulta no levantamento dos seus bens culturais, organizados na tabela a seguir:

Figura 9: Lista de bens inventariados

IPAC	BEM CULTURAL
5100	Comunidade dos Arturos
4988	Festa de Nossa Senhora do Rosário
4989	Festa da Abolição
4990	Festa do João do Mato
4991	Folia de Reis
4992	Candombe
4994	Guarda de Congo
4995	Guarda de Moçambique
4996	Batuque
4997	Reinado
4998	Levantamento Mastros
4999	Culinária dos Arturos
5000	Conhecimentos Plantas
5001	Benzeção
5002	Confecção de Tambores
5003	Mestre de Benzeção – Seu Mário
5004	Mestra do Batuque – Dona Tetane
5005	Mestre Seu Antônio
5006	Ofício Benzeção
5007	Grupo Filhos de Zambi

Tabela 02: Lista de Bens Culturais Inventariados.

Fonte: IPAC/ IEPHA (2014)

O compromisso com a manutenção de saberes ancestrais fez com que a Comunidade reunisse muitas expressões culturais de matriz africana, muitas delas organizadas e registradas pelo poder público mineiro⁶, universidades e pesquisadores. Um dos bens citados pelo inventário, inclusive, é conduzido pelas mulheres da Comunidade: a Culinária dos Arturos que hoje ocupa a categoria *Modo de Fazer*. A ficha catalográfica preocupa-se em descrever os ingredientes, temperos, instrumentos/ ferramentas, seleção do alimento e processo de preparação. Além do preparo de alimentos, as mulheres são as encarregadas de fazer sabão a partir da reutilização de ingredientes caseiros.

Os alimentos compartilhados em dias de festividade são feitos em forno de barro e as técnicas de manipulação do forno e receitas são partilhadas oralmente para as jovens do grupo para fins de manutenção do bem, bem este apreendido pela primeira geração de mulheres dos Arturos através de Dona Carmelinda, esposa de Arthur Camilo. Após as intensas transformações vividas pelo grupo após a industrialização da cidade, a atribuição

⁵ Pesquisadores como Núbia Gomes, Edimilson de Almeida Pereira, Leda Martis e Glaura Lucas estão entre os principais autores consultados na elaboração do dossiê.

⁶ A Comunidade possui o registro de Patrimônio Imaterial de Minas Gerais pelo IEPHA (2014) e junto ao município de Contagem (MG).

de funções entre as mulheres e “a esposa, a mãe, a trabalhadora e a filha do Rosário vão se combinando no decorrer do tempo, de modo a compor um perfil complexo da mulher nos Arturos” (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 197). Até o momento listamos aqui alguns dos muitos bens do grupo, mas não todos. Antes de o IEPHA chegar à relação final, o órgão observou haver na Comunidade o uso de dois termos diferentes para se referir ao Reinado que por vezes era chamado de *Congado*. Antes, havia uma ficha para o Congado e outra para o Reinado. O que vemos agora é que houve a junção das fichas pois, segundo o órgão, a categoria *Reinado* “poderia representar melhor os valores expressos pelo bem cultural” (IPAC/ IEPHA, 2014, p. 7). Estas nuances no uso das palavras ainda não encontraram ponto comum entre os membros da Comunidade, o que não resulta em “alterações na vivência do bem cultural, na fé e nas tradições” (IPAC/ IEPHA, 2014, p.7).

Um dos primeiros registros escritos sobre os Arturos compõe a fundamentação deste trabalho e é produzido por Gomes e Pereira. Embora tenhamos muitas pesquisas sobre os Arturos, um dos principais responsáveis pela transmissão dos saberes e valores da Comunidade é o próprio grupo por meio da oralidade. Carmelinda e Arthur, casal fundador do grupo, preocupam-se em transmitir aos filhos o conhecimento sobre os bens listados. O casal representa os saberes ancestrais, ou seja, neste contexto “a família é o primeiro local de aprendizado (...). Desde cedo a criança tem nos pais e na lembrança dos antepassados os espelhos onde mirar-se” (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 197).

Neste sentido, a constante referência aos ancestrais e às suas narrativas sobre os “tempos do cativo”, as partilhas dos pais à primeira geração da Comunidade acerca da presença de Nossa Senhora do Rosário e as vivências em torno da devoção a ela criam uma rede de sentidos que estruturam a memória do grupo, constituindo sua identidade e motivação para a permanência das práticas aprendidas por meio de Arthur Camilo. Esta rede de sentidos permanece, apesar das alterações da paisagem da cidade e das transformações das relações sociais percebidas entre as passagens das gerações.

1.2 – Comunidade *Quilombola* dos Arturos

Os membros da Comunidade em entrevistas ao longo das últimas décadas e em redes sociais⁷, têm adotado o termo *quilombola* para se autorreferenciar. O motivo do uso da terminologia é registrado pelo dossiê e apresentado em documento escrito em 2011

⁷ Conforme pode ser consultado aqui, o grupo se autorreferencia como quilombolas. <https://www.facebook.com/Comunidadequilomboladosarturos>

pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Contagem – a então representante jurídica dos Arturos - e enviado à Fundação Palmares. O texto argumenta que o pedido de autorreconhecimento se dá a partir de sua “remanescência de comunidades de quilombos”. Em 25 de novembro do mesmo ano é emitida pela Fundação Palmares a certidão que atesta tal herança. Segundo o IEPHA, a movimentação em torno da escrita da carta e da emissão do documento visa dar:

sequência jurídica para a aquisição de direitos territoriais (...) para a regularização do território utilizado nas suas práticas cotidianas e rituais, para além do território demarcado pelo título de compra (...). (IEPHA, 2014, p.133)

O que fundamenta o requerimento passa também pelo texto e pesquisa⁸ de Gomes e Pereira que focam principalmente nas afirmativas dos autores sobre *resistência cultural negra* que os arturos representam, além da manutenção de memórias por meio da vivência do sagrado e práticas cotidianas expressas em seus bens culturais. O processo de reconhecimento e titulação das terras próximas à propriedade particular da Comunidade ainda se encontra em movimentação.

Ao longo do ano de 2021 a Comunidade recebeu visitas da prefeitura de Contagem a fim de compreender a extensão do terreno e os processos de invasão de propriedade que tem vivido. Atualmente a Comunidade aguarda técnicos de perícia e análise do espaço pleiteado. A existência da solicitação demonstra que nos dias atuais a perspectiva que o grupo tem sobre si mesmo passa por mudanças significativas, de modo que os descendentes de Arthur Camilo hoje percebem cada vez mais sua relevância para a diáspora africana no Brasil e articulam-se politicamente em prol de reconhecimento e obtenção de seus direitos constitucionais⁹.

A expressão *quilombola* levanta questões de múltiplas dimensões políticas e teóricas. Até a década de 1980, a palavra “quilombola” não era de comum uso nas comunidades tradicionais negras. O termo, inclusive, após a assinatura da abolição, deixa de ser usado em documentos oficiais a partir de 1889, visto que, mediante à lógica escravagista, findada a escravidão, finda-se os sentidos do *quilombo* (SOUZA, 2008). Ele

⁸ Essa pesquisa também auxilia o processo de Registro da Comunidade.

⁹ Em visita à Comunidade em outubro de 2021, uma das representantes da Comunidade dos Arturos, Naiara, afirmou que o grupo tem se organizado para integrar editais ligados à cultura do Estado de Minas e do município de Contagem.

volta a ser usado pelo estado na década de 1980, integrando o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias no artigo 68º que elucida:

aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

Souza (2008) aponta que para os povos tradicionais que o artigo 68º visa alcançar, *quilombola* não se revelava ser uma expressão comum, familiar a seus ouvidos. Segundo relato colhido pela autora, Ronaldo, integrante da Comunidade da Independência (RJ), afirma que as terras em que sua comunidade vive, a pedido de sua avó Antonica, “nunca deveriam ser desfeitas, vendidas, que deveriam ficar para outras gerações.” (SOUZA, 2008: p.84). E continua:

(...) Campinho sempre foi conhecido por ser terra de preto, não tinha essa identidade quilombola, mas teve essa identidade de terra de preto e era unida em torno dos objetivos comuns. (SOUZA, 2008, p.84)

Ainda sobre as nomenclaturas alternativas ao termo “quilombola”, Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) em *Terras de preto, terras de santo, terras de índio uso comum e conflito*, encontra-se detalhes sobre estas três tipografias. Outras expressões usadas são “terras de Irmandade”, “terras de parentes”, “terras de ausente”, “terras de herança” (e/ou “terras de herdeiros”) e “patrimônio” (ALMEIDA, 2008, p.146). Almeida desenvolve o raciocínio destrinchando os sentidos da “Terra de preto”. De acordo com o autor, ela está relacionada às terras pertencentes a ex-escravizados, domínios “doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante à prestação de serviços guerreiros” (ALMEIDA, 2008, p.146-147).

O território permanece ocupado por seus descendentes por gerações sem que haja desmembramento do terreno e posse individual. Às “terras de santo” atribui-se origem em antigas terras pertencentes à Igreja. Almeida cita a desorganização de fazendas de algodão que:

a partir da segunda década do século XIX, levou, por exemplo, no Maranhão, a que imensas extensões exploradas por ordens religiosas (jesuítas e depois carmelitas, mercedários) fossem abandonadas ou entregues a moradores, agregados e índios destribalizados e submetidos

a uma condição de acamponesamento, que ali já cultivavam. (ALMEIDA, 2008, p.149)

As terras de índios compreendem os domínios formalmente entregues a grupos indígenas por parte do Estado a partir da segunda metade do século XIX. A multiplicidade de expressões passíveis de uso para se fazer referência a estes povos indica a vastidão de identidades, realidades, perspectivas e necessidades que o estado por meio do artigo 68 da ACDT pode atender. Embora haja grande diversidade de identidades, é um dos pontos em comum entre as comunidades que, nas palavras de Givância Silva, liderança quilombola e fundadora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ): “o pertencimento em relação ao território é algo mais profundo. A luta quilombola existe porque há um sentimento por parte dos quilombolas de que aquele território em que eles habitam é deles” (SOUZA, 2008, p.86).

Apesar das alternativas, a palavra “quilombola”, segundo Souza (2008), o termo começa a reunir interesses de povos cuja “identidade e território passam a ser indissociáveis”. Além disso, a luta não é respectiva unicamente à terra, mas também, segundo Givância Silva, “por fundamentos culturais, ancestrais. É o sentimento de continuidade da luta e resistência” (SOUZA, 2008, p.86). Assim, a luta centra-se no direito à titulação de terras e no reconhecimento dos sentidos ali produzidos.

O artigo 68º da ADCT é flexível suficiente para admitir diferentes interpretações. Souza descreve um pouco do percurso da luta quilombola entre políticas públicas no Brasil desde 1988 e cita o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 que propõe:

Consideram-se *remanescentes das comunidades dos quilombos* os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003)

Bárbara Souza em *Aquilombar-se* (2008), afirma que este movimento do Estado brasileiro, em tese, marca o reconhecimento de que o Brasil é pluriétnico visto que, para a autora, o artigo 68º permite compreender as múltiplas formas de uso da terra. Em termos práticos, por outro lado, os anos seguintes trouxeram incertezas sobre a garantia da terra às comunidades. Órgãos como Fundação Cultural Palmares e INCRA, ainda estão longe de atender com celeridade as necessidades destes povos.

A escrita da carta de autorreconhecimento pela Comunidade dos Arturos é um dos direitos garantidos por lei. Essa ferramenta pode articular-se de modo a resguardar a percepção do sujeito sobre a sua identidade ou, segundo Souza, acaba por acrescentar riscos à obtenção de direitos destas comunidades (SOUZA, 2018). Em todo caso, o autorreconhecimento oferece caminhos para a compreensão da cartografia social do país, trazendo à tona identidades que os discursos articuladores do Estado-nação propõem compulsoriamente.

Não apenas o artigo 68º descreve a responsabilidade do estado brasileiro com as comunidades quilombolas, a Constituição Federal oferece outros mecanismos, desta vez por meio dos artigos 215 e 216. Eles são uma resposta às crescentes discussões sobre cultura, abrangência do patrimônio cultural e às pautas propostas pelo movimento negro nas décadas anteriores.

A perspectiva cada vez mais plural sobre cultura já vinha sendo desenvolvida e em trabalhos como os feitos por Fonseca na década de 1970, no bojo da Ditadura Militar, evidenciam um pouco tal contexto. Suas articulações se voltavam propriamente ao levantamento de referências culturais em solo brasileiro. Uma das diretrizes apontadas por Fonseca acerca de seu trabalho, consiste justamente no prisma que o conduz que é a concepção de Referência Cultural. Em suas palavras,

(...) acredito que pensar a preservação de bens culturais a partir da identificação de referências culturais (...) significa adotar uma postura antes preventiva que curativa. Pois trata-se de identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. (FONSECA, 2000, p.119)

O artigo 216 sinaliza a importância das referências culturais e da memória na instituição do Patrimônio em seu último inciso e inclui que entre as responsabilidades do estado brasileiro está a observância dos direitos de comunidades quilombolas, ao afirmar que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (BRASIL, 2020). Embora observemos esta menção às comunidades quilombolas auto identificadas, o que temos na prática são morosos processos de titulação de terras. Patrimônio, identidade e memória para as comunidades quilombolas, assim, constituem relação estreita ao direito de uso das terras de seus ancestrais para fins de manutenção de suas culturas. A efetividade da titulação atualmente é viável, apesar dos gargalos do processo, através da Fundação Cultural Palmares e do

INCRA. A dificuldade de titulação de terras é acrescida à grave vulnerabilidade vivida pelos povos que aguardam a titulação. Muitas comunidades ainda convivem com a falta de recursos básicos, de saneamento básico à saúde e educação (SOUZA, 2018).

Os Arturos ao apropriarem-se do termo *quilombola* expõem os seus fortes vínculos com o território onde habitam. Foram muitos os motivos que os fizeram requerer o título em 2013, sendo um deles a posse de terras que ainda carecem de regularização junto ao INCRA.

O território da Comunidade vem sendo invadido por vizinhos e comerciantes do município. Segundo capitão Everton Eustáquio, um dos representantes atuais da Comunidade, a prefeitura de Contagem e órgãos parceiros, como o IEPHA, tem atuado de maneira a prestar auxílio na retomada destes espaços. Em suas palavras, “estamos nessa luta aí, nós estamos tendo um processo regulação, regularização fundiária, né? Do nosso terreno” (Capitão Everton Eustáquio, 2021).

Assim, refletindo sobre a proposta teórica *Quilombismo*, proposta por Abdias do Nascimento (1980), encontra-se diretrizes suficientes que fundamentam e reforçam a potência que a perspectiva quilombola detém sobre povos tradicionais. De acordo com o autor:

Um método de análise, compreensão e definição de uma experiência concreta, o Quilombismo expressa a ciência do sangue escravo, do suor que este derramou enquanto pés e mãos edificadores da economia deste país. Um futuro de melhor qualidade para as massas afro-brasileiras só poderá ocorrer pelo esforço enérgico de organização e mobilização coletiva, tanto das massas negras como das inteligências e capacidades escolarizadas da raça para a enorme batalha na frente da criação teórico-científica. (NASCIMENTO, 1980, p. 264)

A descendência da Comunidade perpassa pela experiência escravista em Minas Gerais. Apesar de o fundador ser fruto da Lei do Ventre Livre, sua vivência vai de encontro com trabalhos análogos à escravidão.

Embora mantenedora de bens e costumes aprendidos durante os dias de uma Contagem rural, a Comunidade atualmente encontra-se em uma cidade, em área urbana. Comércio, prédios comerciais e residenciais estão hoje no entorno do território Arturo. Deste modo, é possível considerar que nos dias atuais, a Comunidade não é apenas um quilombo, mas também um quilombo *urbano*. O cotidiano foi profundamente transformado e membros da Comunidade trabalham no centro de Belo Horizonte e de seu

município. Assim, o uso da terra como principal fonte de sobrevivência não é, nos dias atuais, mais comum. No entanto, a Comunidade continua a manter suas práticas religiosas e a organização em torno dos mesmos valores que a levou ao Registro.

É necessário ratificar que entre comunidades tradicionais mantenedoras de bens culturais centenários, detentores de saberes ancestrais, fonte de análise e pesquisa sobre expressões de matriz africana no Brasil, espaço, cultura e subsistência mantém estreita conexão. Os locais frequentados por avós e tios, capitães do Reinado, são relativos às vivências e experiências do sagrado, incorporada muitas vezes ao cotidiano. Ou seja, a preservação e salvaguarda de bens produzidos pelos sujeitos detentores de determinada produção cultural tem sua efetividade concretizada através de políticas de Estado que garantam direitos fundamentais de tais povos, tais como a propriedade. O local onde antepassados se “presentificam”, não apenas integra os fundamentos sagrados da Comunidade, como também garante a sobrevivência cultural de seus mantenedores, os Arturos.

1.3 Reinado dos Arturos: a Festa de Nossa Senhora do Rosário

*Seo moçambiqueiro
Segura a toada
Que o povo de Angola
Não é caçoada*

Guarda de Moçambique

Congado, como é conhecido popularmente, acontece anualmente em muitas cidades do Brasil, como em Pernambuco, Goiás, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul. No estado de Minas Gerais, a celebração é muito comum e acontece especialmente, como em outras regiões, no mês de outubro. Alguns dos Santos reverenciados são a Virgem do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia que durante as festividades estampam standartes, ocupam andores e tem suas cores representadas nas roupas de fiés e em bandeiras por onde a procissão passa.

Figura 10: Reinado dos Arturos, Guarda de Moçambique



Fonte: IEPHA, 2014

Em todo o Brasil, embora encontremos extensa diversidade de celebrações, alguns dos santos homenageados, as temáticas da celebração giram em torno da coroação de reis e rainhas, representação de lutas, homenagem a Chico Rei e a lembrança da retirada de Nossa Senhora do Rosário. A duração da Festa varia - entre um mês e três dias – e, cantos e tambores conduzem a devoção pelas ruas das cidades.

Na Comunidade dos Arturos, o termo *Congado* é adotado de modo flexível. Alguns dos membros usam a palavra *Reinado* para se referir à festa, enquanto outros usam o mesmo termo para se dirigirem especificamente aos fundamentos e aos muitos sentidos que a celebração reúne e, neste contexto, o uso do termo é tomado por entonação pessoal. No entanto, por opção da comunidade, o dossiê que auxilia o registro dos Arturos como Patrimônio Cultural de Minas Gerais, faz uso da expressão *Reinado*, enquanto *Congado* representa a Festa de Nossa Senhora do Rosário de modo geral, usado normalmente pelo público. Tais diferenças entre termos não afeta a celebração, seus sentidos e o convívio entre os Arturos.

Reinado, em suma, é a cosmovisão que rege práticas religiosas da comunidade. Durante algumas celebrações, como a Festa da Abolição (13 de maio) e a Festa de Nossa Senhora do Rosário (outubro), a rede de sentidos da religiosidade artura materializa-se.

Outras expressões também são essenciais para que o Reinado (a Festa de Nossa Senhora Rosário) aconteça, tal como o *Candombe*¹⁰:

O ano da Comunidade dos Arturos está dividido em dois tempos: o período de reino “aberto” e o período do reino “fechado”. O Reinado, numa concepção simplificada, é o período em que o Candombe e as guardas estão ativos, a parte do ano em que os tambores tocam e os congadeiros cumprem sua missão, a de louvar a Virgem do Rosário. (IPAC/ IEPHA, 2014, p. 121).

O Dossiê para fins de Registro faz referência ao Reinado como o ciclo de celebrações anuais, mas a mesma terminologia é empregada também para a Festa do Rosário entre os membros da Comunidade.

Antes de mudar-se para a cidade de Contagem, Arthur Camilo tinha como hábito levar seus filhos às festas de outubro organizadas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Com a formação da Comunidade em 1940 (GOMES; PEREIRA, 2000), a família passa a coordenar e planejar as festas de Nossa Senhora junto da Irmandade.

Desde antes da formação do grupo, a fé na Senhora do Rosário e a prática da coroação de reis rainhas era comum a Arthur Camilo e seus antepassados. Atualmente,

A profunda ligação dos Arturos com a celebração do Reinado em Contagem é a razão pela qual (...) a maior parte dos integrantes da Irmandade do Rosário, do mesmo município, pertence à comunidade, sendo comum a não distinção entre uma e outra. (IPAC/ IEPHA, 2014, p. 121)

Segundo o dossiê de registro, o ano para a Comunidade divide-se em dois momentos: quando o Reinado está aberto e quando está fechado. A cerimônia que abre o Reinado, conhecida como Candombe, acontece no interior da capela da Comunidade. Toca-se pela primeira vez no ano os tambores sagrados durante esta cerimônia cuja participação é limitada aos Arturos (PEREIRA, 2000). A união entre passado, presente e futuro acontece no tocar dos tambores do Candombe. Tocado os instrumentos sagrados e finalizado o rito, as guardas de Moçambique e de Congo:

¹⁰ Ritual conduzido por tambores que os Arturos acreditam terem sido usados por seus antepassados, ainda no período de escravidão. A cerimônia se diferencia do Candomblé, visto que não há incorporação de orixás e antepassados. Organizado em círculo, o Candombe se dá por meio de cantos que instigam a composição de novas letras, uso de cantos antigos e exaltação dos ancestrais. Passado, presente e futuro tornam-se um só e as memórias da comunidade são mais uma vez retomadas.

se formam e percorrem os principais caminhos dentro da comunidade, passando pela Casa Paterna e outros pontos importantes – cruzeiros, casa de reis e de membros respeitados” (IPAC/ IEPHA, 2014, p. 121)

A Festa da Abolição em maio e a de Nossa Senhora do Rosário em outubro são algumas das principais celebrações que acontecem ao longo do ano. Também conhecida como “Reinadinho”, a Festa da Abolição surgiu após homenagens em 13 de maio aos ancestrais escravizados. A Festa tem a duração de dois dias e conta com a participação das Guardas de Congo e Moçambique, além de encenações do grupo teatral da Comunidade¹¹, narrando o processo de abolição e assinatura da Lei Áurea.

Figura 11: Festa da Abolição



Fonte: IEPHA (2014)

Figura 12: Cortejo dos escravos durante a Festa da Abolição.



Fonte: Acervo IEPHA/ MG.

¹¹ “O Grupo Afro-brasileiro Arturos Filhos de Zambi, surgiu em meados de 1992, a partir da iniciativa de duas integrantes da Comunidade dos Arturos: Anaíse e Gorete Luz, suas criadoras e primeiras diretoras, junto a Pastoral do Negro. No início os ensinamentos foram repassados por Anaíse e Gorete, que abordavam durante as aulas de catequese ministradas aos jovens e crianças da comunidade, temas relacionados com as questões afro e afro-brasileira. A partir desse momento começaram a se apresentar nas Missas Afro ou Missas Africanas, onde executavam danças com elementos dessa cultura.” (IPAC/ IEPHA, 2014, p. 225)

Nossa Senhora do Rosário é a principal santa de devoção da Comunidade dos Arturos. O Rosário, ou *coroa de rosas* (CNBB Brasil, 2021), é uma referência direta à dimensão dialógica, interativa que Nossa Senhora do Rosário detém. Ou seja, ela é aquela que faz o intermédio, conecta devotos à espiritualidade. Neste sentido:

O Rosário de Nossa Senhora simbolizaria a oração, meio de despachar as petições e de Deus conceder o que lhe pediam. Ao se utilizar do rosário, o crente estaria fazendo o pedido diretamente a quem despacha, sem o recurso a intermediários. (SOUZA, 2014, p.164)

Ao apresentar os Reinados negros no Brasil escravista, Marina Souza (2014) aponta diferentes caminhos possíveis que levaram Nossa Senhora do Rosário a ser uma das Santas de maior destaque entre a população negra e o catolicismo popular. Segundo a autora, a difusão do culto Nossa Senhora do Rosário a africanos inicia-se no século XV, ao longo dos anos iniciais da opressão portuguesa sobre a mão de obra negra. Neste período, submetidos à escravidão em serviços domésticos e em lavouras, o negro, além de adentrar a este sistema exploratório, é introduzido à religiosidade cristã, “aspecto indissociável da expansão portuguesa, que legitimava por meio da ação evangelizadora seu direito sobre os povos e terras descobertos” (SOUZA, 2014, p.162).

O cotidiano lusófono, durante os anos escravistas, era marcado por festividades promovidas pela coroa e, quando estas ocasiões coincidiam com folgas de africanos escravizados, já era possível observar a junção entre costumes de matriz africana aos eventos portugueses da corte (SOUZA, 2014, p.165). Tais ocasiões registravam o costume da população negra em coroar reis e rainhas durante celebrações portuguesas. Havia, no entanto, receio por parte da Coroa que estes espaços de celebração negra facilitassem a organização de fugas e rebeliões. Assim, em 1559, em Lisboa, as proibições de festividades negras tornaram-se comuns em Portugal. Com o intuito de controlar rebeliões, a Coroa com o tempo passa a permitir que celebrações, tais como a coroação de reis e rainhas negras, acontecessem no decorrer de festividades cristãs portuguesas, sempre cercadas por autoridades administrativas.

Além dos fatores anteriormente, Souza (2014) destaca características da Senhora do Rosário capazes de aproximar universos culturais diferentes entre si, como a sua principal função catalisadora. Por se apresentar sob persona benevolente, atenta aos devotos, pronta para conduzir preces a Deus, a Senhora do Rosário, segundo a autora, encontra entre a população negra alta receptividade. Ao aprofundar tal ponto, a autora destaca a fala de Tinhorão (1988) que afirma:

o catolicismo foi sempre integrado às comunidades negras por meio das “exterioridades do culto” e não pela “assimilação dos conceitos teóricos da fé”, conclui que os negros elegeram Nossa Senhora do Rosário para objeto de culto por terem estabelecido uma relação direta entre o seu rosário e o “rosário de Ifá”, usado por sacerdotes africanos. (TINHORÃO APUD. Souza, 2014, p.164)

Outros eventos, de acordo com Souza (2014), também foram importantes para a propagação do culto a Santa, como a vitória portuguesa na Batalha de Lepanto¹², no século XVI, e a introdução de africanos ao catolicismo, viabilizada nas Irmandades. Mesmo criadas inicialmente para brancos, com o tempo sujeitos negros “acabaram por criar as suas próprias associações” (SOUZA, 2014, p.165).

O texto de Souza (2014) demonstra também que práticas em conjunto, como rezas, culto a santos, ritos conduzidos por sacerdotes e procissões podem ter auxiliado na aproximação de religiosidades tão diversas, o que abriu espaço para maior aceitação entre negros. Apesar dessa proximidade, hábitos como a coroação de reis e rainhas durante celebração a santos, ritmos e coreografias formam alguns dos códigos demarcadores da matriz africana presentes em Congados. Tais elementos, próprios das culturas africanas expressavam (e continuam a expressar) memórias de sujeitos negros.

Figura 13: Imagem de Nossa Senhora do Rosário restaurada



Foto: Laura Fiorini/arquivo pessoal (G1)

Figura 14: Andor de Nossa Senhora do Rosário no interior da Capela da Comunidade



Fonte: Arquivo pessoal Beatriz Chaves

¹² Em 1571, ocorreu uma das maiores batalhas navais da história, conhecida como a "batalha de Lepanto". Nela, os navios católicos, em muito menor número, venceram os navios dos Mouros muçulmanos, que queriam invadir a Europa.

Além disso, “a intensa ação evangelizadora dessa ordem religiosa é tida por quase todos os autores que estudaram as irmandades do Rosário como fator de disseminação de tal invocação entre os africanos. (SOUZA, 2014, p. 166). Ou seja, a Senhora do Rosário figura uma das primeiras (e principais) entidades católicas apresentadas aos africanos, talvez por seu caráter essencialmente mediador entre a humanidade e o sagrado cristão.

A Senhora do Rosário assume, com o tempo, o importante papel de uma das principais santas do catolicismo popular ligado aos Congados - ou Reinados – do país. A protetora dos pretos é, desse modo, uma das mais importantes referências no catolicismo popular e na devoção e cosmologia do Reinado no Brasil. As referências negras/ afro-brasileiras acabam por recriar os sentidos sustentados pela igreja, conferindo à celebração elementos de matriz africana como o uso de tambores sagrados, o cortejo e homenagem a reis e rainhas negras do Reinado e o canto com referências próprias da comunidade negra, como a experiência do cativo.

Essas recriações passam também pelo estabelecimento de bases narrativas em que Nossa Senhora do Rosário é encontrada nas águas e escolhe ficar entre a população negra. A Festa tem como base narrativa estrutura semelhante em diferentes locais, apesar das variações entre os diferentes Congados. Nas palavras de Leda Martins (1997):

No Brasil, as várias versões da lenda fundacional constituem um rico tecido textual de variações em torno de um mesmo tema. Como as narrativas mitopoéticas da antiguidade de todos os povos, a transcrição da fábula pelos congadeiros funda-se num ato criador textual coletivo que produz uma teia discursiva em movimento contínuo. (MARTINS, 1997, p. 49)

Em termos gerais, a narrativa do Reinado conta que a imagem da Virgem do Rosário foi encontrada nas águas (MARTINS, 1997, p.40) por um grupo de negros em período escravagista. Os senhores brancos recolheram a santa e lavam-na para a igreja. Ao nascer do sol, entretanto, a imagem de Nossa Senhora do Rosário voltou às águas e isso se sucedeu por dias. É um dos pontos comuns entre as narrativas que apenas ao som de tambores negros a imagem movimentava-se nas águas em direção a terra. Após ser recolhida, ela apenas permanecia entre os negros escravizados. Mesmo com a diversidade de Congados, é possível notar que:

Há, basicamente, nessas narrações, três elementos que insistem na rede de enunciação e na construção do seu enunciado: 1º) a descrição de uma situação de repressão vivida pelo negro escravo; 2º) a reversão simbólica dessa situação com a retirada da santa das águas ou da pedra, capitaneada pelos tambores; 3º)

a instituição de uma hierarquia e de um outro poder, fundados pelo arcabouço mítico. (MARTINS, 1997, p. 49)

Quando levada à capela por mãos brancas, a imagem retorna no dia seguinte ao mar. Ou seja, no universo mitopoético do Rosário, a figura do colonizador (apresentado como agressivo e teimoso)¹³, tem sua autoridade – material e espiritual - questionada quando o negro é escolhido pela entidade sagrada. A reversão simbólica se dá também pelo afeto da Senhora do Rosário pelos sons dos tambores sagrados ritmados pela cultura negra de matriz africana.

A estética sonora que fez movimentar a Santa das águas é reproduzida nos dias de hoje pelos Arturos, através de suas Guardas. O grupo de tocadores que movimentou pela primeira vez a santa nas águas ficou conhecido como Guarda de Congo. O que a mantém em terra, entretanto, são as mãos de negros mais velhos, mais tarde nomeados como Guarda de Moçambique.

Segundo a narrativa, o Congo se dirigiu para a areia, tocando seus instrumentos para que a santa saísse do mar, no entanto, apenas conseguiu fazer com que a imagem se movesse rapidamente, sendo retirada das águas somente pelos negros mais velhos, os moçambiqueiros. (IEPHA, 2014, p.78)

Quando os moçambiqueiros a retiram das águas e a levam para próximo de seus semelhantes, ali a imagem fica. Em algumas versões a santa chora ao ver os senhores brancos castigando os negros, em outras temos mais detalhes, como quem viu Nossa Senhora primeiro. Apesar das múltiplas versões, em todas as narrativas, Nossa Senhora do Rosário é retirada pelos negros e/ ou escolhe o convívio com a comunidade negra. Os cantos do Reinado, assim, giram em torno dessa narrativa, das dificuldades de acesso à Igreja, dos maus tratos sofridos por seus antepassados e da reafirmação da etnicidade. Para os Arturos, estes fatores elementares da festa, demonstram ser importantes para a constituição da identidade da comunidade. Nas palavras de Gomes e Pereira:

Impossibilitados de manterem suas estruturas sociais, os negros africanos tentaram fazer presente os elementos que sobreviveram de sua cultura: o mundo simbólico das crenças e dos valores religiosos. A festa religiosa se tornou a arca de depósito das lembranças (...).” (GOMES; PEREIRA, 2000, p.36)

As diferentes dimensões das festas populares protagonizadas por negros e negras são “arcas” de lembranças. Dentre essas dimensões, o canto, os louvores em homenagem à Senhora do Rosário e os que se dedicam a narrar as memórias do tempo do cativo são alguns dos aspectos do Reinado que no instante em que são executados trazem para o presente, experiências do cativo.

A identidade Artura constitui-se, como visto, sobre rede de sentidos atreladas à sobrevivência a sistemas racistas e escravistas, experimentados na pele da ancestralidade negra. O grupo, assim, dedica-se a respeitar fazer viver essas memórias. A Comunidade, seus membros e mestres, os sujeitos que mantêm conhecimentos ancestrais – como a condução dos ritos do Reinado, os cânticos apropriados para cada ocasião, o domínio de ervas e plantas para benção, a culinária quilombola -, são o patrimônio vivo que constantemente viabiliza estratégias de sobrevivência de sua cultura.

CAPÍTULO II

ORAÇÕES, CANTIGAS, CANTOS: VOZES E INSTRUMENTOS SAGRADOS NO REINADO NEGRO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

O presente capítulo tem como finalidade apresentar concepções sobre o canto do Reinado dos Arturos - a Festa de Nossa Senhora que acontece no mês de outubro – de maneira a demonstrar como o canto pode atuar como instrumento de preservação de memórias da Comunidade. Para tanto, falaremos sobre a ordem em que a celebração ocorre e destacaremos alguns cantos comuns à Festa.

A Festa do Rosário na Comunidade dos Arturos é uma das celebrações mais importantes de Contagem (MG). Ela movimenta o município e durante toda sua execução ao longo de mês reúne devotos. Tais devotos concentram nas procissões, preces, meditações à Virgem do Rosário. Mas, além de tais aspectos católicos, as práticas devocionais compartilhadas aos que visitam a celebração são compostas também por elementos de matriz africana. Isso pode ser observado em muitas dimensões da celebração, porém, este trabalho dissertativo mantém sua análise sobre uma delas, o canto, sons e letras que compõem esse bem cultural da Comunidade.

Essa expressão cultural, entretanto, se manifesta por meio de complexa estrutura ritual e a *performance* que compõe o “cortejo festivo formado por suas guardas de Congo e Moçambique” (IEPHA, 2014, p. 27 -28) representa parte fundamental da Festa. Assim, o início deste capítulo se dedicará a contextualizar a Festa de Nossa Senhora do Rosário partindo, inicialmente, da estrutura do bem e sua performance. Após isso, o capítulo avança de maneira a trabalhar os conceitos que a literatura acadêmica reúne sobre o canto do Reinado de Nossa Senhora do Rosário na Comunidade. Questões sobre tradição oral e memória serão aprofundadas à medida que, ao fim do capítulo, a análise sobre o recorte de cantos previamente feito for desenvolvida. Nesta etapa do capítulo, o trabalho destacará alguns dos muitos aspectos de matriz africana que tais cantos reúnem em si.

2.1 Procedimentos e o desenvolvimento da Festa do Rosário entre os Arturos

Entre os Arturos, o desenvolvimento da Festa se dá por meio do cortejo das Guardas de Congo e Moçambique. O cortejo festivo acompanha os reis e rainhas do Reinado com o objetivo de cumprir com a tradição. Celebram, ao longo dos três dias de Festa, ritos que “estabelecem vínculos entre a esfera profana com o reino sagrado” (IPAC, 2014: p.27). Segundo o Inventário,

é através destes ritos que “contratos entre o sagrado e o profano” se reestabelecem. Ou seja, como será dissertado no próximo capítulo, performance e ritualística são, na constituição da Festa, algo essencial. São os ritos e cantos alguns dos elementos que a estruturam.

As Guardas de Congo e Moçambique existem segundo os preceitos da narrativa que funda a Festa de Nossa Senhora. Trajando branco e azul, a Guarda de Moçambique representa aqueles por quem a Senhora do Rosário foi recolhida.

Figura 15: Guarda de Moçambique



Fonte: IEPHA, 2014

Os moçambiqueiros materializam a narrativa por meio de coreografia mais lenta e espaçada, cantos mais vagarosos e emotivos. Essa guarda representa os anciões, os que detém os mistérios do Reinado que conhecem os cantos mais fortes (SANTOS, 2019). É formada normalmente por homens mais velhos, apesar de já receberem mulheres e jovens (IEPHA, 2014). Eles são “os “donos de Coroa”, ou seja, os responsáveis pela condução e proteção do Trono Coroado” (IPAC/ IEPHA, 2014, p. 101). A coreografia da Guarda de Moçambique costuma ser mais espaçada e vertical, conduz o cortejo e os reis coroados do Reinado. Suas roupas possuem menos adereços e brilhos, o que destaca a seriedade do grupo assinalando sua humildade e riqueza mística/ espiritual (GOMES; PEREIRA, 2000).

Com as cores branco e rosa, a Guarda de Congo no Reinado dos Arturos é composta por membros mais jovens e mulheres. Seus cantos são mais acelerados e alegres, acompanhados de coreografia conhecida como “vassourinha”, pois abrem os caminhos do Trono Coroado (LUCAS, 2005, p.114). Sua participação no Reinado está relacionada à celebração das bênçãos recebidas. É perceptível que “os integrantes são mais festivos, sorridentes, prestativos e zelosos” (IPAC/ IEPHA, 2014, p.93).

Figura 16: Guarda de Congo



Fonte: IEPHA, 2014

Durante todos os cortejos da Festa, as Guardas de Congo e de Moçambique estão presentes. Seus sons e características constituem o cenário festivo desta religiosidade popular. É no instante em que os capitães das Guardas iniciam os cantos e os instrumentos sagrados são entoados que o Reinado se inicia. A territorialidade da Comunidade, assim é uma categoria decisiva nas práticas do grupo, visto que mais que um lugar é o lugar onde os antepassados viveram e é onde está o Reino de Nossa Senhora do Rosário” (IEPHA, 2014, 123- 124). Os locais sagrados são, segundo Inventário, a Comunidade, a Rua, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e a Casa de Cultura¹⁴.

Figura 17: Cronograma Festa de Nossa Senhora do Rosário



Com a bênção e a saudade dos Capitães

ARTUROS
CONTAGEM - MG

Manoel Soares Lacerda
Capitão

Arthur Maria de Sá
Capitão

Festa de Nossa Senhora do Rosário
09, 10 e 11 de outubro de 2021

DIA 09 SÁBADO

- 09h concentração das guardas de congo e Moçambique na Comunidade.
- 09h Levantamento das bandeiras na casa da cultura Nasr Mendes Moreira, em frente à Igreja do Rosário e na Comunidade dos Arturos, com as Guardas de Congo e Moçambique.

DIA 10 DOMINGO

- 09h Festa da Matina na Comunidade dos Arturos e Igreja do Rosário
- 09h concentração das guardas de congo e Moçambique na Comunidade
- 10h Visita de corais
- 11h Missa congo com a participação das Guardas de Congo na comunidade
- 13h Almoço na comunidade
- 15h Cumprimento de promessas na Comunidade dos Arturos.
- 17h Procissão em honra a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Elgíria e Nossa Senhora Aparecida dentro da comunidade
- 20h Paratização da festa

AVISO:
Atividade que ocorrerá em conformância com o protocolo de prevenção de contágio de COVID-19.

DIA 11 SEGUNDA

- 17h Concentração das Guardas Congo e Moçambique dos Arturos.
- 18h Celebração Eucarística na Comunidade dos Arturos
- 18h30 Deslocamento das Bandeiras, na Casa da Cultura, Igreja do Rosário e Comunidade dos Arturos.
- 21h Encerramento da Festa.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS

Rua da Capelinha, 55, Jd. Vera Cruz, Contagem - MG
e-mail: arturos@arturos.org.br
contato: 031-35912883 / fone: 031-35912837

Fonte: Arquivo Comunidade dos Arturos

¹⁴ “(...) um dos locais onde se levantam mastros é considerado um espaço sagrado, pois mesmo antes da criação da comunidade a festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário era celebrada no local por José Aristides e Arthur Camilo” (IPAC/ IEPHA, 2014, p. 29 – 30).

A figura 16 apresenta a ordem da Festa de Nossa Senhora em 2021. Devido a pandemia de Covid-19, a Festa precisou ser restrita aos membros da Comunidade. Apesar disso, a Festa e sua ritualística seguiram estrutura similar a dos anos anteriores. Mediante divulgação usada este ano (figura 16), a estrutura da celebração se deu da seguinte forma:

Dia 9, sábado:

19h Concentração das guardas de Congo e Moçambique na Comunidade.

20h Levantamento das bandeiras na casa de Cultura Nair Mendes Moreira, em frente à Igreja do Rosário e na Comunidade dos Arturos com as Guardas de Congo e Moçambique.

Dia 10, domingo:

4h Festa da Matina na Comunidade dos Arturos e Igreja do Rosário

8h Concentração das guardas de Congo e Moçambique na Comunidade dos Arturos

9h Visita das Coroas

11h Missa Conga com a participação das Guardas de Congado na Comunidade

13h Almoço

15h Cumprimento de promessas na Comunidade dos Arturos

17h Procissão em honra a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora Aparecida dentro da Comunidade dos Arturos

20h Paralisação da Festa

Dia 11, segunda:

17h Concentração das Guardas Congos e Moçambique na Comunidade dos Arturos

18h Celebração Eucarística na Comunidade dos Arturos

19h30 Descimento das Bandeiras, na casa de cultura, Igreja do Rosário, e na Comunidade dos Arturos

21h Encerramento da Festa.

(Jorge Santos, Facebook, 2021)

Conforme descreve o Inventário da Comunidade (IPAC/ IEPHA) e o panfleto digital acima, a Festa do Rosário inicia-se no interior da Comunidade, na Capela do Rosário. Reis e rainhas que compõem a corte daquele ano seguram bandeiras a serem hasteadas no fim do dia. Após a concentração, os reis com as bandeiras, antecidos pela Guarda do Moçambique, com a Guarda de Congo à frente do cortejo, percorrem, dentro da comunidade, um caminho ritual. (IPAC/ IEPHA, 2014, p.28). Segundo informações do Inventário, a tendência é que a Festa e seus ritos aconteçam com mais frequência no interior da Comunidade (IPAC/ IEPHA, 2014, p.30).

Figura 18: Entrada Capela da Comunidade



Fonte: Arquivo pessoal Beatriz Chaves

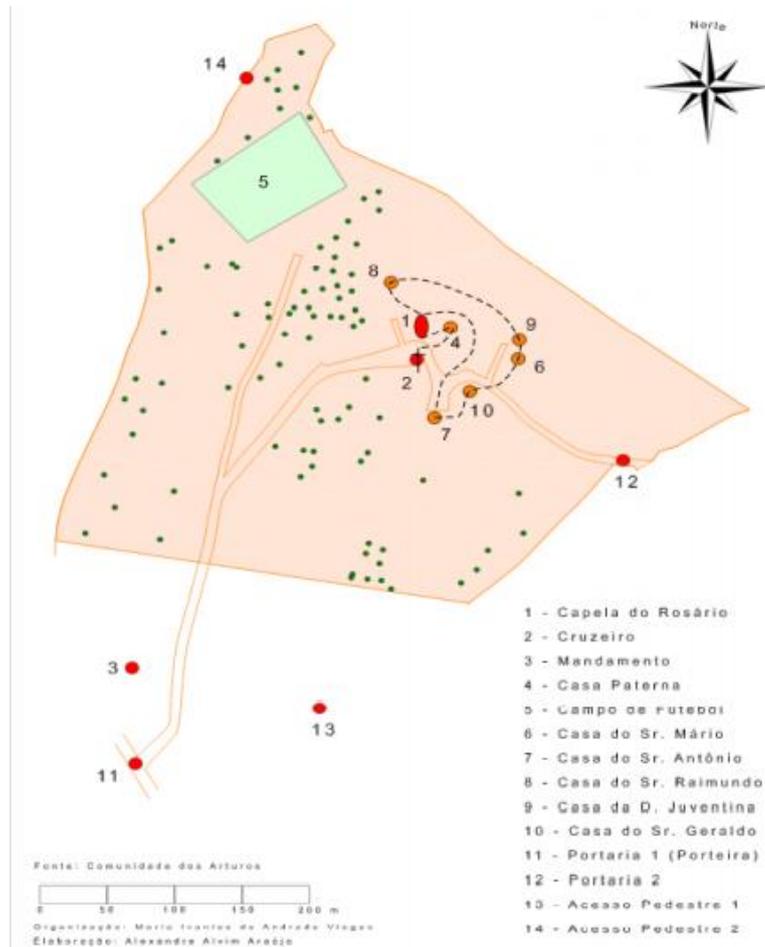
Figura 19: Altar Capela da Comunidade



Fonte: Arquivo pessoal Beatriz Chaves

O cortejo segue à Casa de Cultura de Contagem, à Igreja Matriz e retorna à Comunidade no intuito de hastear bandeiras de São Benedito, da Coroa de Maria, de Nossa Senhora, São Jorge, São Cosme e Damião. Todo o processo de levantamento de bandeiras é regido por cantos e coreografias que articulam e constituem a rede de sentidos da Festa. Esta articulação configura cada gestual da celebração ao longo dos três dias.

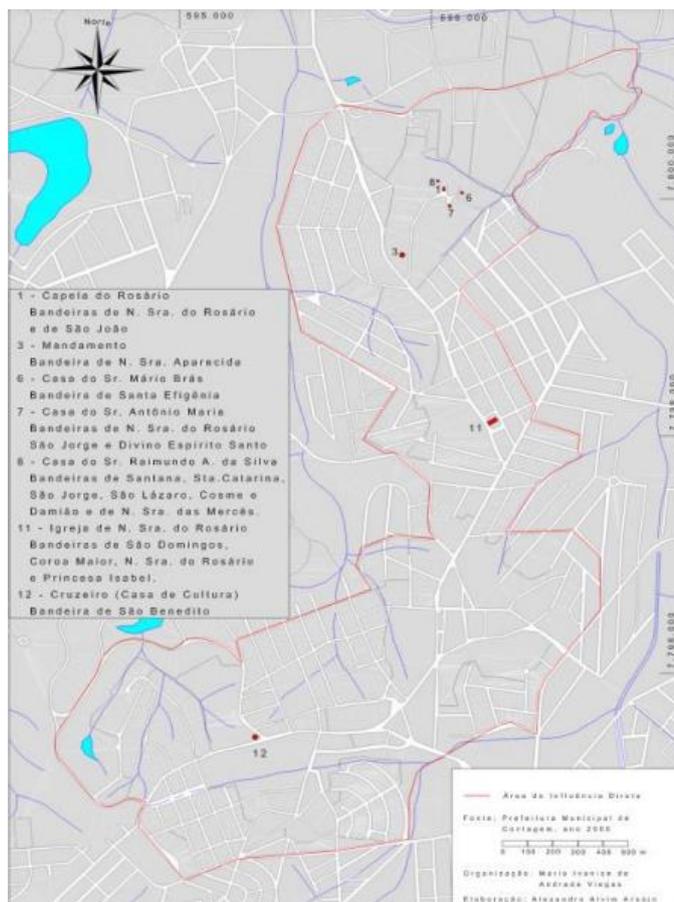
Figura 20: Percurso das Guardas dentro da Comunidade



Fonte: Ivanice de Andrade

Toda a Festa e cosmologia do Reinado se dá sobre lógica hierárquica. Capitães e coroados obedecem e respeitam suas posições no Reinado para que a celebração e cantos aos ancestrais ocorram de modo organizado e respeitoso. Conforme relatos de Everton Eustáquio, um dos capitães da Festa e um dos líderes da Comunidade, no instante em que o Arturo veste seu traje, ele adentra ao Reinado de Nossa Senhora e torna-se dele um integrante.

Figura 21: Locais de levantamento de Mastros e Bandeiras



Fonte: Ivanice de Andrade

A Festa ocorre nos dias que se seguem de maneira a seguir os ritos estruturais. Por intermédio da performance das Guardas de Congo e Moçambique, Corte e demais devotos, a celebração a Nossa Senhora, e demais Santos, são homenageados e reverenciados. Promessas são cumpridas ao durante as procissões ao som das vozes de mestres do Reinado Arturo. Ou seja, conforme cita Leda Martins (1997), a ritualística da Festa é essencial para a cosmologia da Festa e sua compreensão. As narrativas sobre o surgimento da imagem de Nossa Senhora do Rosário e fios de matriz africana são as principais constituintes da Festa e seus ritos, conforme será desenvolvido no próximo capítulo.

2.1.1: O Reinado dos Arturos no contexto do catolicismo popular

O catolicismo vivenciado pela Comunidade dos Arturos enquadra-se, em muitos aspectos, no que é considerado “catolicismo popular”, um dos “braços” da Igreja muito ativa ainda nos dias de hoje. Essa manifestação da fé católica reúne em si plasticidade suficiente para envolver diferentes modos de “crer” e relacionar-se com figuras cristãs. As festas de devoção

que circulam pelas ruas das cidades são, neste contexto, exemplos das relações existentes entre o ortodoxo e aquilo que não é, aquilo que foge de alguns de seus rigores¹⁵. Na visão de muitos pesquisadores das ciências sociais, essas festas reúnem em si como pilar a concepção de *sagrado e profano*.

A partir do prisma judaico-cristão, o próprio termo *feira* suscita associações com o profano. Nela, o indivíduo dança, movimenta seu corpo ao som de ritmos diversos o que, para o cristianismo ortodoxo pode significar disassociação com o éter, com o que está no campo do sagrado. Para Alves & Junqueira (2009):

A dança quebra essas couraças e rigidez, pois, dançando, movimentamos a energia da vida presente em nós, que o cotidiano castrador insiste em querer apagar. (ALVES; JUNQUEIRA, 2009, p. 439)

A *feira*, assim, é o espaço em que o corpo ganha liberdade de movimentos e o divertimento, controlado no dia a dia, preenche ambientes compartilhados usados normalmente para cumprimento de outras atividades. Durkheim (1996), na verdade, pontua categoricamente que sagrado e profano compartilham de uma “heterogeneidade absoluta” devido à essência oposta que ambos termos têm. Dentro de seu raciocínio, o que é sacro define-se a partir do entendimento do que é “impuro” e o que é elevado, portanto acima do mundo profano.

Uma vez que as coisas sacras estão acima das coisas profanas, as crenças são representações do sagrado em distinção ao profano que geram regras de conduta diante do sagrado. (COSTA, 2017. p.21)

A descrição dessa dicotomia dentro do pensamento de Durkheim (1996) complementa a discussão do autor sobre definições de *religião* e sua função dentro da estrutura sociais. Seus estudos tomavam como base literatura etnográfica disponível sobre o totemismo australiano o que torna seus apontamentos específicos para a compreensão desse sistema de crenças. No entanto, as categorias *sagrado e profano* são não apenas pensadas por teóricos das ciências humanas, mas também são abordadas nos fundamentos da Igreja. As festas de devoção organizadas por devotos possuem potencial para fazer diálogo entre esta dicotomia.

Além de tal dicotomia perpassar diferentes fundamentos católicos, enquanto fruto europeu, o universo judaico-cristão reforça instrumentos culturais e performances sociais cotidianas que tendem a compreender a expressividade corporal de modo diferente ao que se encontra em culturas de matriz africana. Estruturadas sobre valores de matriz africana, bens

¹⁵ As Irmandades voltadas às populações negras também podem ser um exemplo deste movimento da Igreja visto que a estrutura da Irmandade visa atender àqueles que não tinham acesso direto à instituição.

culturais como o Reinado, encontram no corpo, no movimento, na circularidade, na oralidade e na musicalidade métodos para a manifestação no plano físico do que é transcendental.

O corpo e seus movimentos ao longo de Festas a santos católicos existem não apenas para retirar os sujeitos de seus estados cotidianos, mas para reintroduzi-los a um universo mítico. Canto e performance são orquestrados com a finalidade de acessar “espaços” metafísicos. Assim, a participação ativa do corpo em processos rituais de matriz africana possui papel importante, sendo condutores de ritos e de saberes, grafado nesse corpo. As festas do catolicismo popular, desse modo, são elaborações culturais pensadas e organizadas no seio de comunidades de devotos que integram ritos e performances, dedicados a acessar ao universo espiritual através de estratégias que fogem por vezes às performances da ortodoxia católica.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário entre dos Arturos demonstra como o índice *feira* pode carregar consigo ritos importantes para a rede de sentidos da Comunidade. A Festa, desse modo, congrega uma série de elementos relacionados à devoção a Nossa Senhora e a honra aos ancestrais negros do grupo. Esta devoção faz parte da estrutura do grupo e é assumida por ele com compromisso claro: manter e salvaguardar os saberes compartilhados por Arthur Camilo Silvério e os demais ancestrais. Brincando e desafiando outros grupos de Reinado/Congado por meio de cantos e coreografias é que o diálogo com a ancestralidade e com a Virgem se concretiza. O caráter festivo e religioso da celebração demonstra que expressões populares e expressões negras possuem outros métodos de registro de memória e manifestação da fé.

Entre os Arturos, por outro lado, a Festa assume caráter de *missão* muito mais do que o de “divertimento”. A religiosidade da Festa reveste todas as comorações de cunho sagrado, “de uma promessa feita ao pai Arthur Camilo Silvério: venerar e honrar a Senhora do Rosário” (Gomes; Pereira, 2000, p.379). A missão não pode deixar de ser anualmente cumprida. Um dos únicos infortúnios que realmente limitou a execução da Festa se deu em 2020, devido a pandemia de Covid-19. De todo modo, este aspecto sagrado se manifesta nas produções musicais, como a transcrita por Núbia Gomes e Edimilson de Almeida Pereira em 1988:

Eu **trabalho** três dias
Eu **trabalho**
O Rosário é de Maria” (Congo)

Ô **trabalha**, pretinho
Trabalha
Pra Senhora do Rosário
(Congo)
Ei, vamo cumpra nossa **missão**
De mandado do Rosário

Oi, o Rosaro de Maria
É a nossa **obrigação** (Moçambique)
(GOMES; PEREIRA, 2000, p.379)

No caso das expressões de origem africana, pode-se destacar ainda que:

À territorialização e à restituição de formas expressivas da tradição africana alia-se a reinterpretação, pelo negro, dos ícones religiosos cristãos, investidos de novas conotações semânticas. Nessa via de leitura, a devoção aos santos reveste-se de instigantes significados, pois as divindades cristãs tornam-se transmissores da religiosidade africana, barrada pelo sistema escravocrata e pela interdição aos deuses africanos. (MARTINS, 1997, p. 40)

O processo de reinterpretação destacado aqui pela pesquisadora do teatro brasileiro Leda Martins (1997) traz à tona que o sujeito negro não sofreu passivamente durante o movimento de colonização vivido no Brasil. A recepção da religiosidade portuguesa, na verdade, se deu por meio de leituras e releituras de seus santos e dogmas, relação essa que conferiu ao Reinado, e em outras expressões afro-brasileiras, estruturas católicas e de matriz africana. Dimensionar um aspecto ou outro, bem como onde um inicia e o outro termina não é tarefa fácil – tão pouco é o propósito do presente texto. Entretanto, faz-se necessário destacar¹⁶ como o Inventário de Bens Culturais da Comunidade descrevem a Festa de Nossa Senhora do Rosário.

O grupo de pesquisadores do IPAC (IEPHA, 2014) dedicam-se a descrever a ritualística e passo a passo da celebração, ou seja, descreve espaços onde guardas, capitães, reis e rainhas circulam ao longo da Festa e os que conduzem o rito. Ao mesmo tempo, o texto traz destaque aos elementos essencialmente cristãos do festejo, suas ligações com as tradições católicas e a devoção à Santa. Por outro lado, um olhar atento ao *como* este processo ritualístico se apresenta na Festa dos Arturos, observa que a *estética* – composta pelas as cores das guardas, suas coreografias, ritmos e cantos - manifesta memórias comuns não apenas ao que é judaico-cristão, mas também a elementos próprios da diáspora negra existente no Brasil. Ou seja, apesar dos fortes vínculos com o universo católico, é possível perceber que em cenários de subjugação negra pelas culturas brancas, surgem os Congados.

Os Reinados ou Congados – assim como as demais culturas de matriz africana espalhadas pelo território brasileiro - indicam que “os negros se apropriaram da cultura branca dominante, reinterpretando-a dentro do seu próprio campo semântico e simbólico, cultuando Nossa Senhora do Rosário (VIEIRA, 2003, p. 33). Já na superfície desta Festa é perceptível esta reinterpretação, chamada por vezes de *sincretismo*.

¹⁶ O próximo capítulo se aprofundará na construção do dossiê, seus pontos passíveis de melhorias e as consequências que ele trouxe à Comunidade.

Em *Repensando o Sincretismo* (1995), Ferreti dedica-se a fazer detalhada revisão bibliográfica de textos, autores e pesquisas que se dedicaram a analisar os fundamentos do “sincretismo” religioso no Brasil, especialmente aqueles aplicáveis às religiosidades de matriz africana. De Nina Rodrigues a antropólogos da década de 1980, Ferreti investiga quais os pontos essenciais e polêmicos que a Antropologia havia delimitado, até então, sobre tais processos “sincréticos” no interior de terreiros de Umbanda e Candomblé. Na tentativa de entender e aplicar tais saberes à sua pesquisa sobre o Tambor de Mina no Maranhão, Ferreti conclui que a perspectiva do Sociólogo Francisco Cartaxo Rolim é uma das que possui tramas teóricas suficientes para ambranger seu estudo. Nas palavras de Ferreti (1995):

Concluí que os símbolos e ritos católicos usados foram reinterpretados segundo a visão de forças vitais do mundo africano, onde se origina o dinamismo selecionador. [Rolim] defende a tese de que o catolicismo se africanizou. Concordamos com esta conclusão de Rolim (...). (FERRETTI, 1995, p.93)

Embora os estudos de Ferreti (1995) dediquem-se ao Candomblé e aos seus “sincretismos” com outros sistemas de crenças, seus apontamentos, com devidas proporções, podem ser direcionados ao catolicismo popular vivenciado pelo negro, representado aqui pela Festa de Nossa Senhora do Rosário. Isso porque, ainda segundo Ferretti (1995), o termo é polivalente e, em um mesmo ritual pode manifestar sinais de “não-sincretismo”, misturas, paralelismos e convergências, três variantes que abrangem alguns dos significados principais do conceito de sincretismo. Segundo o autor:

Podemos dizer que existe *convergência* entre idéias africanas e de outras religiões, sobre a concepção de Deus ou sobre o conceito de reencarnação; que existe *paralelismo* nas relações entre orixás e santos católicos; que existe *mistura* na observação de certos rituais pelo povo-de-santo, como o batismo e a missa de sétimo dia, e que existe *separação* em rituais específicos de terreiros, como no tambor de choro ou axexê, no arrambam ou no lorogum, que são diferentes dos rituais das outras religiões. Nem todas estas dimensões ou sentidos de sincretismo estão sempre presentes, sendo necessário identificá-los em cada circunstância. Numa mesma casa e em diferentes momentos rituais, podemos encontrar assim separações, misturas, paralelismos e convergências. (FERRETTI, 1995, p.91)

É possível, então, identificar que o *sincretismo*, apesar de conter em si sentido básico, seu desdobramento teórico é diverso. Isto fica evidente quando se percebe que tal variabilidade pode ser tão extensa quanto a multiplicade de casos que ela abrange. O sincretismo, guarda-chuva de conceitos, assim, alcança o Congado, Festa cujas relações entre as matrizes africanas

e catolicismo manifestam-se de modo complexo, mas ainda sim, de modo claro aos que participam da celebração.

Na tentativa de compreender como estas relações se dão no interior do Congado dos Arturos, Gomes e Perereira (2000) afirmam que a *dissimulação* se tornou um ponto importante no contato entre o negro e as tradições ligadas ao catolicismo. Para os autores, “a dissimulação se fazia no sentido de promover a libertação do negro oprimido, tornando-se uma estratégia de resistência adotada em outras áreas do escravismo brasileiro” (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 34). Segundo essa interpretação, o congadeiro usa como método a fé católica para acessar a um sistema de crenças de matriz africana, mas com limitado envolvimento com o catolicismo. Assim, a dissimulação é, na realidade “manter contato com o elemento estranho sem se deixar envolver totalmente por ele” (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 34).

Entretanto, a raiz da palavra indica que “dissimular é encobrir, disfarçar, ocultar e camuflar” (SANTOS, 2019, p. 30) e para Erivaldo Pereira Santos (2019), uma das vertentes que tratam do sincretismo entre religiosidades afro-brasileiras entende que:

os africanos estavam iludindo os donos do poder e catequistas, ao cultuar os santos católicos. Segundo esse nível de interpretação sociológica, a devoção dos africanos dirigia-se às suas divindades e aos seus ancestrais, e não a Nossa Senhora do Rosário e Santa Bárbara, por exemplo. (SANTOS, 2019, p. 31).

No entanto, os vínculos entre Arturos e Nossa Senhora do Rosário - como outras entidades cristãs da Festa -, constituem um dos fundamentos da celebração. Tais vínculos são índices da fé na Senhora do Rosário. O documentário sobre a Comunidade produzido pelo IEPHA (2014), por exemplo, reúne falas como que indicam a devoção a Nossa Senhora do Rosário.

O argumento de que houve *dissimulação* por parte de negros escravizados pode ser, em muitos aspectos, limitada - e limitadora -, visto que o catolicismo possui plasticidade para reunir e agrupar perspectivas diferentes da religiosidade.

Citando a descrição de Luís Mott sobre uma cerimônia de culto africano nas Minas setecentistas, Santos (2019) ressalta que, entre os documentos de Mott havia indicações de que Santo Antônio havia sido invocado.

A presença de Santo Antônio, seria uma dissimulação ou uma apropriação do poder e da fama milagrosa do santo? Será que esse fato não indica que a reação

dos negros à violência operada pelo catolicismo – também – manifestou-se como reinterpretação? (SANTOS, 2019, p. 31).

Assim, contrapondo Gomes e Pereira (2000), Santos (2019) afirma que “os africanos escravizados gestaram um catolicismo diferente daquele ministrado pela Igreja oficial” (SANTOS, 2019, p. 21). A fé cristã, projetada sobre sujeitos negros de modo unilateral e violento ao longo de séculos, foi não apenas aceita como também, no seio das manifestações negras, passou por ressemantizações. Neste contexto, o Arturo devoto é também um agente transformador, sujeito produtor de sentidos – conforme permite a tradição.

Quanto a isso, Santos (2019) argumenta que “o que sobrevive de africano nas festas em louvor a Nossa Senhora do Rosário está na forma da celebração: cantos, danças, caixas de percussão, tamboril, comida e cachaça” (SANTOS, 2019, 22). Ou seja, apesar de o sistema de crenças que conduz a Festa de Nossa Senhora do Rosário compartilhar elementos católicos, dela são demarcáveis significantes de matriz africana, a saber a *performance* que estabelece a condução de liturgias ligadas ao universo cristão. Na verdade, a ritualística das celebrações acaba por assumir novos caminhos, e a estética da *performance* e os ritmos que a conduz continuam conectados às dimensões afrodiaspóricas.

2.1.2 Memória negra e a performance do Reindo Arturo

Nos primeiros contatos com uma celebração organizada por determinada comunidade de devotos, tende a chamar a atenção os aspectos visuais e sonoros que da festa são comuns. Tratando-se do Reinado da Comunidade dos Arturos, os marcantes ritmos que soam dos instrumentos presos aos pés das guardas¹⁷, os sons vocálicos entoados pelos capitães e a identidade imagética de Moçambique, Congo, reis e rainhas coroados, são alguns dos elementos que atraem olhos e ouvidos do espectador. Aos modos de condução da Festa, alguns podem nomear *performance*.

Essa expressão passa por diferentes áreas de saberes, como a psicanálise, Teatro, Linguística, Sociologia, História e Antropologia. Por cada área que passa, o termo adquire novo contorno teórico. Para Victor Tuner (1920-1983), um dos responsáveis por lançar bases e horizontes conceituais importantes às ciências sociais, a performance completa a experiência (DAWSEY, 2008: p.532).

¹⁷ Conhecidos como gungas, tais instrumentos produzem sons semelhantes a chocalhos. Normalmente produzidos por membros da Comunidade, os gungas são feitos chapa de aço, inox que se prendem com correia de couro aos tornozelos dos congadeiros.

Até fechar esta proposição, Turner dedicou-se a entender o que são os ritos e “a eficácia dos símbolos nos processos rituais e sociais” (BORGES, 2019; p.3). Seus apontamentos influenciaram décadas de pesquisas antropológicas. Para isso, Turner formula suas teorias a partir da convivência e estudo entre os Ndembu (1957)¹⁸. Após resultados dessa pesquisa, Turner descreve estruturas ritualísticas que ocorrem dentro das práticas dessa comunidade e, além disso, prescreve conceitos como *separação*, *transição* e *reagregação*¹⁹, etapas que, para o pesquisador, seriam fundamentais para a execução de variados ritos. Ou seja, Turner descreve ritos imbricados na dinâmica social da comunidade Ndembu que são essenciais para a ascensão a cargos, funções e posições dos sujeitos no interior do grupo.

O autor, assim, demarca como são elaboradas cerimônias como casamentos, a recepção da menarca, a migração do noivo para a família da noiva²⁰. Muitos dos apontamentos de Turner decorriam da observação ativa dos Ndembu e do quanto alguns rituais do grupo eram determinantes para a sua composição e organização social.

Turner foi alvo de críticas sobre seu material produzido, especialmente porque seus textos não aprofundaram o conceito do que é performance, mas sim lançaram reflexões sobre um campo que “se caracteriza mais pelas questões não resolvidas do que pelas fórmulas” (DAWSEY, 2008; p.531). Mesmo assim, uma das afirmativas do autor indica que, a partir da definição do termo em francês, performance é “realizar inteiramente” (Turner, 1982, pp. 13-4). Desse modo, a performance “completando a experiência”, pode traduzir uma série de sentidos e significados compartilhados entre os membros de uma sociedade.

A coreografia da Guarda de Moçambique, por exemplo, possui passos mais lentos. Os braços dos congadeiros são atraídos para a terra e os movimentos acabam por ser mais vagarosos. O ritmo de seus passos traduz a carga simbólica que a Guarda possui que é a referência aos mais antigos, negros mais velhos. A lentidão de alguns passos característicos retoma o peso do cárcere suportado pelos ancestrais. Em contrapartida, a Guarda também atesta seu poder pois por ela a Virgem do Rosário é retirada das águas; assim, a condução e proteção dos coroados da Festa ficam sob sua responsabilidade. Além disso, existem mistérios

¹⁸ Sociedade que vive na Zâmbia, sul da África e foi objeto de estudo de Victor Turner durante os anos 50.

¹⁹ O primeiro *sub-rito*¹⁹ retira o sujeito de seu estado atual para assumir um outro. A transição é o entrelugar, e a reagregação constitui o retorno do sujeito aos seus, mas desta vez sob status diferente ao anterior.

²⁰ À época, a comunidade Ndembu era estruturada sobre o matriarcado o que conferia ao grupo relações e dinâmicas diferentes ao que é vivenciado em boa parte das sociedades ocidentais. (TURNER, 1974)

compartilhados apenas entre membros da Comunidade e seus regentes. Aqui trazemos os índices mais perceptíveis, alguns deles já transcritos pela literatura.

A “floresta de símbolos”²¹, assim, manifesta-se na performance que une universo mitopoético da Comunidade ao plano terreno, à matéria. A performance, pode-se inferir, não apenas completa a experiência (aqui traduzida como o campo de significados do Reinado), mas também dá forma à fé nos fundamentos ancestrais. Por fim, é possível afirmar que, se é na performance que se encontra o diálogo entre índices e seus sentidos compartilhados no seio da Comunidade, o performar, em si, representa grande parte da celebração, a Festa, é performance.

Embora o contato desta pesquisa com a Festa de Nossa Senhora do Rosário tenha se dado de modo limitado devido à pandemia de Covid-19, o presente estudo se debruçou sobre bibliografia disponível sobre a Comunidade dos Arturos, seu dossiê de registro, documentário produzido por pesquisadores do IEPHA e 10 vídeos compartilhados no YouTube pelo canal Tradições de Minas, iniciado no ano de 2011. Este último, a partir de seus registros, envia para a Rede vídeos de Folias de Reis e de Congado no estado de Minas Gerais. Além disso, faz parte de intenções futuras retornar frequentemente à Comunidade para que haja estreitamento e maior conhecimento sobre outras festividades dos Arturos. De todo modo, a literatura – especialmente aquela organizada no seio das universidades - até hoje produzida oferece bases para o presente estudo sobre memórias de matriz africana na Festa que permeiam processos rituais em suas diversas dimensões, como o canto.

Apesar de a análise voltar-se para o canto – letras e musicalidade – o aspecto performático e ritualístico em que ele está envolto precisa ser antes aqui citado visto que a celebração é composta por uma série de elementos que a constituem e, sua performance, é um aspecto importante de sua definição. Após o primeiro olhar, observa-se que os processos que constituem a Festa de Nossa Senhora do Rosário na Comunidade dos Arturos, seguem-se a partir de uma memória coletiva que mantém uma rede de sentidos cuja referência é a ligação não apenas com a Senhora do Rosário, mas também com a ancestralidade negra e os “tempos de cativo”. Leda Martins (1997) ao comentar os discursos que sustentam os Congados mineiros atesta que:

apesar de nos defrontamos com algumas variações, a estrutura ritual e a fundamentação mítico/ mítica mantêm nessas manifestações um arcabouço e uma fabulação similares que prefiguram um certo *continuum* um arquetípico que funda a sua textura discursiva e mítico-dramática. Em sua coreografia ritual, na cosmovisão que traduzem e toda sua tessitura simbólica, os festejos

²¹ Referência ao texto de Victor Tuner, 2005.

e cerimônias dos congos, em toda sua variedade e diversidade, são microssistemas que vazam, fissuram, reorganizam, africana e agrafamente, o tecido cultural e simbólico brasileiro, mantendo ativas as possibilidades de outras formas de veridicção e percepção do real que o dialogam, nem sempre amistosamente, com as formas e modelos de pensamento privilegiados pelo Ocidente. (MARTINS, 1997, p.35)

Leda Martins, pesquisadora e rainha do Congado de Jatobá (MG), a partir de suas vivências e análises acadêmicas, traz em 1997 um dos muitos textos que produziu sobre os festejos mineiros e as *oralituras* e *afrografias* neles produzidas, o livro *Afrografias da Memória*. Sua atenção, especialmente no trecho em destaque, desenvolve a categoria *performance*, comum às Festas do Jatobá e da Comunidade dos Arturos, aplicável também aos demais Congados de Minas Gerais. Para Martins, assim, há, entre os muitos festejos das Gerais, uma constelação de significados similares. Os passos que, regidos pelos ritmos afro-brasileiros da Festa, o traje das guardas – ou ternos, os cantos que introduzem um rito e que o finalizam, são elementos que têm como pano de fundo uma rede de sentidos compartilhados pelas diferentes comunidades negras organizadoras e detentoras dos Congados em Minas Gerais²².

Assim, *performamance* coreográfica e o corpus musical que compõem o Congado dos Arturos são algumas das categorias que estruturam a Festa. Tais categorias têm relação direta com significados e reinterpretações feitas no interior da fé professada a Nossa Senhora do Rosário. Dança e musicalidade, corpo e voz, trazem da virtualidade da memória para o plano físico narrativas construídas pelos ancestrais negros. Os movimentos feitos no momento de cumprimentar bandeiras, o modo como reis e rainhas da Festa recebe as Guardas em suas casas para dar continuidade à celebração, o instante da entoação dos cantos pelos capitães, são preceitos ensinados, compartilhados pelos ancestrais que, um dia, também reproduziram tais passos, louvaram os mesmos santos, através das mesmas letras²³.

Além disso, o tocar os instrumentos movimenta sentidos e referências próprias das filosofias de matriz africana, como a presença de ancestrais durante a execução de ritos. No Dossiê da Comunidade, destaca-se a fala de Toninho, um dos membros dos Arturos. Em suas palavras: “Os ancestrais da gente que não tá mais aqui quando bate o tambor parece que a gente ver eles tudo reunindo de novo (IEPHA, 2014, p. 89)”.

²² A afirmativa refere-se ao que é apontado por Leda Martins que tem como corpus de análise principalmente os Congados de Minas Gerais.

²³ O tempo, novas necessidades e uma série de outros fatores auxiliam na mudança das letras dos cantos, mas a busca pela reprodução similar ao que os ancestrais entoavam mantém algumas formas fixas. Além disso, o sistema de crenças e preceitos da fé conduzem a composição do canto, conferindo ao corpus de cantos da Festa, apesar as possíveis mudanças, relativa fixidez.

Nesse sentido, a fala de Jorge Santos, membro da Comunidade dos Arturos e um dos responsáveis pela construção de instrumentos, também chama a atenção.

Ao som desses tambores é que várias questões foram realizadas. Desde a vinda, desde o negro ainda na África, a sua viagem, né? Aqui para o Brasil como escravo, aqui no Brasil trabalho escravo, então assim, o negro uma vez escravizado, tratados como animais era através de seus rituais que muita das vezes eles se comunicavam, porque durante o dia eles não podia nem se comunicar uns para com os outros, então as nossas tradições hoje tem uma origem, tem uma forma de ser realizada onde através dos cantos e da expressão da dança nós nos comunicamos uns para com os outros e os tambores contribuiu pra isso. E hoje a gente tem condições através do som tambores de reviver esses momentos, valorizar esses momentos dos nossos ancestrais e pra que a gente tenha condições de mostrar, de preservar e mostrar para as novas gerações o quanto é importante as nossas tradições. (Jorge Santos, membro da Comunidade, em entrevista ao IEPHA, 2014, p. 89)

Os ritos, seus processos e a performática em que ocorrem são centrais aos fundamentos e sistema de crenças da Comunidade. Mas, além disso, é interessante observar que a dança, os sons, e o cantos ocupam destaque na fala de Jorge Santos. Dela destaca-se que os tambores e as coreografias possuem algumas finalidades específicas: a comunicação entre os membros, o reviver das experiências ancestrais, a preservação dos costumes. Acrescenta-se também que a fala de Jorge manifesta preocupação em, no executar da Festa, preservar tradições demonstrando aos mais jovens a importância dela. A manutenção dos saberes ancestrais está, deste modo, imbricada na performática cuja paisagem sonora se demarca entre índices a de matriz africana, como os sons dos tambores e gungas e as vozes dos capitães das Guardas.

2.2 Ritmos, sons e textos: a execução do canto no Reinado

A Festa, assim, se dá a partir da performance. A estética que reveste a ritualística da celebração, ou seja, o *como* as cerimônias são executadas, reflete uma vasta gama de significados - ligados a um passado ancestral negro - apreendidos e compartilhados entre os membros da Comunidade dos Arturos e, também, entre os visitantes da Festa. Tais saberes são compartilhados ao longo de outras celebrações no decorrer do ano, como a Festa da Abolição²⁴,

²⁴ Festa também conhecida como “*Reinadinho* ou *Festa Pequena*, isso em função de durar menos dias que a chamada “Festa Grande”, em devoção a Nossa Senhora do Rosário” (IEPHA, 2014, p. 90) e que tem diferentes propósitos, como falar sobre a libertação negra de modo a não esquecer o sofrimento e angústia vivida por seus antepassados durante a escravidão. A execução da Festa conta com o grupo teatral Filhos da Zambi, composta por membros da Comunidade e com a participação ativa das Guadas de Congo e Moçambique.

Batuques²⁵ e demais festividades do grupo. A Festa de Nossa Senhora do Rosário acaba, assim, por projetar muitos dos conhecimentos aprendidos ao longo do ciclo de celebrações anuais, e esse foi um dos muitos motivos pelos quais a presente pesquisa se debruçou sobre a Festa do Rosário.

A duração de três dias da Festa acaba por gerar um vasto repertório de cantos: do hasteamento das bandeiras até o fechamento da Festa, toca-se a canta-se muitos cantos. Para cada etapa da Festa, um canto específico, envolto sempre de muita emoção pelos participantes. O que, no entanto, é o *canto*?

Claro, vale destacar que o termo *canto* aqui utilizado não tem como propósito preescrever o uso da palavra, mas sim fazer uso de uma expressão que consiga convergir múltiplas interpretações da paisagem sonora do Congado em um vocábulo. Considerou-se, neste termo, as múltiplas dimensões que a expressão contém, mas, principalmente, aquela que considera a execução do canto, em seu espaço ritualístico, sons e conjunto de palavras entoadas. Neste movimento, durante a execução do *corpus sonoro* da Festa, é que se encontra lugar para a manutenção e preservação de memórias de matriz africana. Além disso, termo canto evoca a coporeidade do negro congadeiro para a formulação de suas orações.

Muitos pesquisadores contribuíram profundamente para as teorias em torno dessa questão, da produção sonora - e também “textuais” – da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Pereira (2017), poeta e pesquisador da Comunidade dos Arturos (2000), ressalta, em suas reflexões sobre os cantos, os aspectos *textuais* das cantigas das celebrações dos Arturos; cria, inclusive, o termo *cantopoema* para definir estas produções. Em suas palavras,

a ênfase sobre o texto revelou uma refinada elaboração da linguagem e dos arranjos sonoros, assim como o perfil criativo de vários indivíduos. Em virtude da importância atribuída à letra e à melodia, acreditamos ser pertinente chamar de “cantopoemas” uma parte do discurso que os devotos elaboram para o período específico das celebrações e que, mediante a aceitação do grupo, permeia também as suas vivências cotidianas. (PEREIRA, 2017, p. 572)

²⁵ “dança de matriz africana, coreografada coletivamente em forma de roda, tendo se disseminado na América Portuguesa por meio dos africanos escravizados. Praticada até hoje em algumas regiões do Brasil, foi uma das expressões culturais responsáveis pelo surgimento, entre outros, da dança de roda, quando o sagrado e o profano se fundem em uma mistura de ritmos, em que as “batidas” no tambor determinaram o canto e a gestualidade. A dança se organiza com o alinhamento de homens junto aos seus instrumentos musicais, em frente a uma fileira de mulheres, formando um corredor no meio, onde a dança acontece. Predominam nessa dança, os instrumentos de percussão, atabaques, guaiás, puítas, pandeiros e por vezes uma viola. (IEPHA, 2014, p.98)

O que significa, deste modo, afirmar que os textos produzidos em comunidades tradicionais – como entre os Arturos - durante ritos e práticas religiosas, são cantopoemas, ou seja, objetos artísticos? Antes de tudo, pode significar a criação de bases para concepções alternativas sobre produções artísticas, visto que até então, a capacidade intelectual de execução e apreensão da arte se manteve em grupos seletos.

A proposta de Edimilson de Almeida Pereira, discute análises do campo literário e, apresenta aos pensadores das Letras a possibilidade de interpretações sobre os critérios estéticos dos cânones. Ler os cantos como instrumentos de manutenção de memórias e como objetos que podem ser entendidos como arte, apresenta a possibilidade de novas leituras sobre o que é *arte*. Para o autor, “[...] torna-se pertinente ler os cantopoemas como realizações estéticas, ressaltando ao mesmo tempo, o valor histórico social que os afirma como elementos relevantes para a diversidade dos grupos.” (PEREIRA, 2017, p. 574)

A sonoridade dos cantos, por outro, também é um aspecto já investigado pela academia. Glauro Lucas (2002) elabora um detalhado trabalho etnomusicólogo acerca dos Congados da Comunidade dos Arturos e da Irmandade do Jatobá, organização também mineira. Seu livro *Os sons do Rosário* (2002) são resultado de dissertação de Mestrado, apresentada em 1999 ao Departamento de Música da Escola de Comunicação e Artes da USP. Ou seja, o trabalho conta com a apresentação dos Congados, das comunidades que os organizam, detalhamento das nuances sonoras e rítmicas dos cantos e descrição e fotos dos instrumentos.

A autora, ao longo de seu livro, varia o uso do termo entre canto e cantigas. De todo modo, sua fala busca ser abrangente e evidencia os aspectos sonoros do Congado, desenvolvendo, assim, sua pesquisa sobre a transcrição dos ritmos da Festa das duas comunidades. Alguns cantos dos grupos, como resultado da pesquisa, são transcritos para partituras. Em suas palavras, “as construções musicais do congado - cânticos, embaixadas e padrões rítmicos - se desenvolvem de acordo com uma dinâmica própria do universo das tradições orais” (LUCAS, 2002, p.75).

Sua escolha no formato de registro dessas elaborações e a ênfase sobre a sonoridade dos cantos, indicam que o foco da autora é a melodia, caminho teórico diferente ao seguido por Pereira (2017). A forma de referência a essas construções, nos textos de Martins (2003) relativamente concilia ambas perspectivas. A autora mineira busca dialogar com o caráter performático e textual que o canto reúne em si por meio do termo *oralitura*. Assim, Martins propõe:

A esses gestos, a essas inscrições e palimpsestos performativos, grafados pela voz e pelo corpo, denominei **oralitura**, matizando na noção desse termo a singular inscrição cultural que, como letra (*littera*) cliva viva a enunciação do sujeito e de sua coletividade, sublinhando ainda no termo seu valor de *litura*, rasura da linguagem, alteração significante constitutiva da alteridade dos sujeitos, das culturas e das representações simbólicas. (MARTINS, 2003, p.77).

Martins, embora disserte sobre as comunidades de Jatobá (MG) e os Arturos, a autora admite que o “ponto de vista narrativo e o repertório cognitivo” em suas interpretações advém do primeiro grupo. Mesmo assim, seus direcionamentos aos cantos do Congado atingem não apenas a Comunidade dos Arturos, como também outras inscrições orais na afrodíaspóra brasileira.

Tanto Pereira (2017) quanto Martins (2003) convergem em um ponto: a tecitura do canto do Congado é fértil para inspirar formas poéticas de artistas contemporâneos. Pereira avança neste raciocínio e observa a textualidade sagrada dessas festas sob a perspectiva de seu potencial literário. Sua consideração entende os textos como poesia, ou seja, gênero literário e afirma que as culturas advindas do tronco linguístico banto ainda não compõem de modo expressivo as temáticas das produções do universo literário negro e/ ou afro-brasileiro. Ou seja, a cosmologia mitopoética, onde Virgem do Rosário e Nzambi convivem harmoniosamente, ainda não são exploradas neste eixo do cânone. Foquemos, no entanto, na retórica do autor sobre o desdobramento estético dos cantos, ou, em suas palavras, cantopoemas. Já Martins, embora dê ênfase aos textos produzidos, prospecta a potência performática que tais construções têm.

Se faz necessário, desse modo, translinear as firmativas da Comunidade sobre o que são essas produções. Durante entrevista com Everton Eustáquio, foi feita a seguinte pergunta: para o senhor, qual a forma correta de se dirigir à musicalidade da Festa do Rosário? O que este canto é para você? Sua resposta é objetiva:

“é oração. Você pode perguntar a outra pessoa e ouvirá respostas diferentes, mas para mim, é uma oração. Pode chamar como quiser, mas é uma oração para mim.” (Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

Isso demonstra que a musicalidade presente em todos os ritos da Comunidade assume papel outro nas cerimônias. Apesar da capacidade de alimentar formas e escritas e trazer horizontes à estética afrodiaspórica no Brasil, o canto é o canal entre os negros e a dimensão espiritual. Assim, enquanto registra na memória coletiva impressões e significados

compartilhados e reproduzidos pela Comunidade ao longo dos anos de sua existência, o canto em performance, junto do corpo e da voz, comunica, invoca os ancestrais, os presentifica.

2.2.1 As embaixadas no Reinado dos Arturos

Para cada cerimônia, é necessário o uso de um canto. Sons e palavras são um dos condutores das mensagens e relacionamente entre o homem e o sagrado, logo, o canto encontra-se em todas as atividades dos três dias de Festa. No hasteamento de bandeiras, por exemplo, as vozes se cobrem de alegria e, conforme sobem as bandeiras, repetidamente cantam versos como:

Levantei bandeirê
Levantei banderá
Levantei coroê
Levantei coroá
(VIEIRA, 2003, p.67)

Certos ritos são conduzidos sempre com o mesmo canto. Há, entretanto, na memória coletiva da Comunidade, grande quantidade de construções sonoras o que permite que os capitães escolham seus favoritos e os adequem conforme julguem mais adequados para cumprir suas obrigações. Assim, existem cantos para a abertura e fechamento de atividades, e os:

cantos de cortejo, os de levantamento e descida de mastro, os de pedido de licença, os da Missa Conga, os de coroação de reis, os de despedida, além daqueles destinados a louvar os santos, ao pagamento de promessas, para agradecer a mesa, para chegar a cada de reis e rainhas, para passar pelas encruzilhadas, para os desafios etc. (LUCAS, 2003, p. 75)

Não apenas as letras de cada um desses cantos se alteram, mas também as composições rítmicas e melódicas, no entanto, os ritmos e sons mantêm estruturas muito similares. As Guardas, devido aos perfis e simbologias distintas, também acrescentam variáveis aos cantos. Desse modo, diante de tantas paisagens performáticas da Festa, aqui, deteremos nosso estudo aos cantos entoados durante as *embaixadas*²⁶ e às teias semânticas que conduzem suas elaborações.

Conforme demonstra Lucas (2002), as embaixadas são construções musicais formadas a partir, essencialmente, pelo improvisado e pelo repertório previamente conhecido pelo capitão da Guarda de Moçambique. Esse procedimento sonoro ocorre nos primeiros dias da Festa, em

²⁶ “Dentre estes [cantos], há os que os congadeiros chamam de embaixadas, através das quais, os capitães homenageiam, por exemplo, seus reis e rainhas” (LUCAS, 2002, p. 22).

sua abertura do Congado. Um dos primeiros ritos de início é a visita dos congadeiros à casa dos reis e rainhas coroados, percurso guiado pelos moçambiqueiros.

Ou seja, no contexto do Reinado dos Arturos, a Festa de Nossa Senhora é organizada e iniciada no interior da Comunidade. Seguindo as “narrativas à grafas” que fundamentam a Festa, o percurso responsável por honrar os coroados do ano deve ser conduzido pela Guarda de Moçambique, responsáveis pela proteção da corte. Conduzindo o cortejo até a residência dos coroados, o Moçambique homenageia reis e rainhas enquanto convida-os para participar das cerimônias que se seguem.

Os cantos entoados neste instante são conduzidos pelos capitães moçambiqueiros. É interessante observar que este rito é conduzido por cantos criados pelos capitães da Guarda, criados no instante do rito. Apesar das variáveis, estes cantos demonstram que embora haja espaço para mudanças no corpus do canto, ele reserva e preserva não apenas algumas estruturas do canto como também possibilita a formação de novas tramas, de novas construções textuais, elaboradas na oralidade. Lucas descreve *embaixada* como:

cantos que normalmente apresentam o mesmo contorno melódico, e não são acompanhadas pelos instrumentos, a não ser por um rufar de caixas ao final das frases, momento em que o couro ajuda a sustentar uma corte. O ritmo melódico das embaixadas é livre vinculado ao ritmo do texto muitas vezes improvisado não se prendendo, assim, a métrica regular que se estabelece quando a acompanhamento instrumental. (LUCAS, 2002, p.84)

A embaixada, assim, é um dos definidores do Congado. Nela, os interlocutores, capitães, reis e rainhas, conversam e negociam. Há nas embaixadas longas falas eloquentes e apaixonadas. Os anexos do estudo de Lucas (2003) apresentam 33 transcrições de cantos das Guardas de Congo, Moçambique e algumas entoadas no Candombe. A transcrição número 23 é uma embaixada que não apenas recebe bem a autoria de composições por meio de seus capitães, como também é um dos poucos “cantos que não se acompanham instrumentos” (LUCAS, 2002, p.22). A transcrição feita por Lucas é estritamente sonora, mas, para fins objetivos, trazemos abaixo a transcrição das letras compostas durante a Festa de 1997, em uma embaixada. O canto foi produzido pelo capitão Jorge Antônio dos Santos, Moçambique, na abertura da Festa daquele ano:

Cap.: “Viva as três
cora santa!”

Cap.: “Viva as três
cora santa!”

Cap.: “Viva Nossa
Senhora do Rosário!”

Cap.: “Viva Nossa
Senhora do Rosário!”

Cap.: “Viva a paz
com Deus!”

Cap.: “Viva a paz
com Deus!”

Todos: “Viva!”
Todos: “Viva!”
Todos: “Viva!”
Todos: “Viva!”
Todos: “Viva!”

Todos: “Viva!”
(LUCAS, 2002,
p.201)

Após isso, identifica-se que o canto da embaixada passa pela seguinte ordem: vivas às coroas, a Nossa Senhora e a Deus. Cumprimento ao Rei, saudação para iniciar o reinado. Seguindo protocolos e respeitando a hierarquia do reinado, o capitão pede a benção ao coroado. Ainda na presença do Rei da Festa, o capitão entoou:

Ê é devera Senhor Rei
vim aqui te visitar
para abrir nosso reinado
Você tem nos ajudar
Todos: Áê

Ê
Senhor Rei eu peço sua licença
No Rosário de Maria
quero receber de vós a bença Á
Todos: (auê)

Ê
É devera Senhor Rei
Vós tem coroa maior
abençoa esse capitão
com poder de Deus Nossa Senhora Á
Todos: (auê)

Ê viva Deus e viva mundo
Viv’o povo de Congado e viv’a coroa santa desse povo do
rosário!
(LUCAS, 2002, p.210)

A corte, Guardas e demais participantes sustentam o tom dos últimos versos e os instrumentos são percutidos livremente. Observa-se também que a cadência dos sons vocálicos são os sustentados pelos demais participantes. Na transcrição acima as marcas características da oralidade são mantidas por serem características marcantes dessas produções.

Entre os cantos da embaixada são compostos por termos que podem passar despercebidos pela audiência, mas que cabe exclusivamente aos membros do grupo, seus sentidos são compartilhados entre eles. No entanto, é possível notar a constante referenciação aos ancestrais nos cantos da embaixada. O capitão continua a embaixada ao Rei:

Ê moçambiqueiro pede licença moçambiqueiro
É d'ingo mê de coroa
Ê meu senhor Rei
No Rosário de Maria
Ói eu vimte visitar

Óia no da de hoje
Vou cantar nosso Congá
Viva Deus viva mundo
Ora viva coroa!
Ê coroa santa é coroa de rosário!
É Benedito, santo Benedito coroado!
Viva Deus e viva mundo a coroa do Rosário
(LUCAS, 2002, p.222)

Antes de seguir até a casa da Rainha, o Capitão encerra a embaixada e convida-o para segui-lo.

Ei Angol'Angol'Ala uê
Todos: Á
Angolá de nego véio
Angolá de ziringung'auê

Nego véio bate candombo
no terreiro de quilomb'auê Á (auê)
Ê é devera senhor Rei
ora vamo passeá vamo ver
Saravá rainha pá depois chegá lá no altar Á (auê)
(LUCAS, 2002, p .221)

Os versos produzidos em dia de Festa que têm seus sentidos restritos aos membros ou a alguns cargos do Reinado são mistérios do Congado, compartilhados apenas para alguns, conforme preceitos. De todo modo, apesar da plasticidade que o instante proporciona, a rede de sentidos da Festa se manifesta por meio dos tons, do modo de cantar, característico da Guarda: as melodias proferidas pelo capitão são mais vagarosas e sentimentais. Movimentam as sensações e afetos dos ouvintes, levando-os a se concentrar nas palavras encantadas ali cantadas. Os textos finais do capitão fazem menção à presença dos ancestrais e reafirma que a referência na composição do canto passa pela compreensão de que a sua dimensão e papel pertencem ao universo oriundo de Angola – ligado a matrizes africanas - locus também de origem de muitos aspectos da celebração artura.

Os cantos representam um dos muitos elementos do Patrimônio que a Comunidade dos Arturos é detentora. Comum a todas as celebrações do Reinado, os cantos junto aos tambores, têm a função de interligar diferentes espaços no tempo. Ele une o passado, o presente e o futuro.

Além disto, eles são fundamentais para a condução das festas do Reinado, ditando o clima da festa: por vezes mais arrastados e melancólicos (quando relembram das dores do cativo e das condições desumanas da escravidão), outras vezes mais agitados e alegres (quando dedicam-se a exaltar a Virgem do Rosário, senhora e protetora dos pretos). Devido a isso, os cantos assumem relevância não só estética e histórica, mas também constituem uma das *referências culturais* negras, advindas da afrodiáspora. Fonseca (2000) alega que só se constituem como referências culturais quando são consideradas e valorizadas enquanto marcas distintivas por sujeitos definidos. (FONSECA, 2000, p. 113).

De fato, percebe-se os cantos veiculam as “representações coletivas” presentes na comunidade enquanto reafirma suas identidades durante as celebrações do Reinado. Pereira seleciona alguns dos cantos em seu artigo e os cita organizando-os por meio de algumas de suas principais temáticas:

1 - Afirmação da legitimidade do narrador:

É divera, povo bão
Agora eu vô falá
Eu sô fio dessa ingoma
Eu nasci nesse congá

2 – Revigoração dos laços com os ancestrais

Ih, essa gunga num é minha, ai, ai
Essa gunga num é minha
Essa gunga é de vovó meu irmão
Pra nós conservá
Chora ingomá

3 – Os conflitos ideológicos

O sô Padro abre a porta
Ô! Que o nego qué entrá
Qué ouvi a santa missa
Que o Padro Eterno vai celebrá

Quando eu saí de casa
Minha mãe recomendô
Oi, meu fio, cê num apanha
Que seu pai nunca panhô

4 – Valorização da etnicidade

Seo moçambiqueiro
Segura a toada
Que o povo de Angola
Não é caçoada

Nego de coroa
É nego batizado

Nego de coroa
Nego iluminado
(PEREIRA, 2017, p.391)

O número de cantos da Comunidade é extenso, mas os motivos de suas produções são descritos por Gomes e Pereira (2000) em cinco: o arquétipo feminino protetor – representado pela mãe, a Virgem do Rosário – a força dos antepassados, o encontro da alegria e da dor na festividade e o cântico de circunstância. Os cantos também destacam laços geográficos e a travessia do negro pelo atlântico:

“Ah, ei, ingoma
Ah, ei, ingoma
Essa gunga vem lá do **mar**
Correu mundo, correu **mar**
Correu mundo, correu **mar**

Ah, ei, ingoma
Ah, ei, ingoma
Essa ingoma, meu Deus, de vovô
Dexô o mundo, dexô o **mar**
Viajano pra terra de cá” (Moçambique)

“Envém do **mar**
Envém do **mar**
A coroa eu vô levá
Envém do **mar** (Congo)
(GOMES; PEREIRA, 2000, p.372)

Além das percepções que Pereira certamente suscita nas análises dos cantos, existem questões ligadas a esses textos associadas à manutenção de uma cosmovisão de uma comunidade que auxilia na manutenção de cultos ancestrais e reivindica seu direito ao passado. Tanto reconhecer a estética dos cantos quanto os estudá-los como veículos de referências culturais é necessário para demonstrar a complexidade destas produções e direcionar pesquisas para outras formas de se entender literatura e as artes. Assim, o ampliar dos gostos e o diversificar dos eixos de produção artísticas passam a ser uma possibilidade.

Por fim, a concepção da expressão *cantopoema* de Pereira (2017), em questionamento às visões racistas ou classistas das ciências ou das artes, elabora alternativas para a valoração de sujeitos e de suas culturas. Tendo em vista todo o histórico da formulação das academias e de seus argumentos em torno da arte, afirmar que cantos são *cantopoemas* suscita a visibilidade destes textos e contribui com estudos sobre referências culturais e o patrimônio afro-brasileiro.

Os cantos possuem finalidades específicas no interior dos ritos, o que não é desconsiderado por Pereira, mas a produção da expressão proposta pelo autor traz iluminuras próprias para análises dos estudiosos das Literaturas. Apesar de mais abrangente, o termo *oralitura* de Martins acaba também por tangenciar a discussão aos estudos da linguagem. Laura Lucas, dialoga com as múltiplas dimensões desse canto. É, no entanto, a perspectiva da Comunidade que deve ser - especialmente nas análises de pesquisadores do Patrimônio – que deve ser destacada. A noção de *oração* carregada pelo fiel traz a essas produções o caráter sagrado e íntimo que elas detêm. Elas, tambores e corpos negros, são parte fundamental do contato com os ancestrais, da presentificação do passado e respeito pela trajetória dos que chegaram antes.

2.3 O Canto como o Guardião da Memória

O canto, assim, pode ser entendido, em suas dimensões performáticas e sonoras, um modo de comunicar, uma forma de linguagem. Por definição, *linguagem* é um termo abrangente, visto que “há muitas maneiras de se significar” (ORLANDI, 2001, p. 15). Isso abre precedentes para que língua/ linguagem integrem também estudos filosóficos, históricos, literários e que acabem também por contribuir para as reflexões sobre cultura e patrimônio na função de instrumento teórico-metodológico ou objeto de análise.

Linguagem, tecitura ampla capaz de veicular significados diversos, se manifesta por meio de muitos códigos além da *língua*. Além das estruturas linguísticas, cores, notas musicais, coreografias, performances, ritualísticas das diversas religiosidades são capazes de ter como finalidade o comunicar. A forma, no entanto, que isto se dá, como os grupos sociais se lançam sobre estes meios de comunicação passam pela rede de sentidos compartilhados entre os sujeitos. Estas redes, assim, habitam as veias da memória que, coletivamente, estruturam-se e preservam-se.

Deste modo, o presente capítulo se dedicará a dissertar sobre o canto presente em ritos afroreligiosos do catolicismo popular, tomando como objeto de investigação a produção comum ao Reinado da Comunidade dos Arturos.

2.3.1 Comunidades tradicionais: entre a oralidade e o registro escrito

O trabalho que se debruça sobre as linguagens textuais formuladas na oralidade da Comunidade dos Arturos precisa estar ciente sobre o que o grupo representa para a cultura mineira e nacional. O Reinado e a narrativa de retirada da imagem de Nossa Senhora do Rosário

das águas, conta um pouco sobre as formas que o povo negro encontrou de lidar com a travessia do mar atlântico até terras americanas e os traumas em decorrência disso.

A existência dos Arturos, sua ocupação em Contagem, as tradições transmitidas por meio dos vínculos entre os “pretinhos do rosário” (SANTOS, 2019), a religiosidade, devoção em Nossa Senhora do Rosário e a fé nos antepassados constituem “uma forma do homem negro ser-no-mundo” (SANTOS, 2019, p.61), expresso na dança, na paisagem sonora (LUCAS, 2002) e nos textos dos cantos, conforme aqui enunciamos. Este último índice, possui em sua estética, em suas estratégias de transmissão e em seu conteúdo, rica gama de elementos textuais, estéticos, informações e sentidos que podem contribuir com estudos sobre a diáspora africana em terras americanas, bem como pensar sobre os modos de elaboração da linguagem e a construção dos sentidos entre os Arturos.

O período de redemocratização do Brasil foi acompanhado por estudos de culturas tradicionais afro-brasileiras e suas muitas especificidades. Neste espaço de tempo, textos como o de Gomes e Pereira (2000) desempenharam um papel importante entre as contribuições dos estudos afro-brasileiros. Este material traz ainda uma quantidade interessante de dados e informações sobre a Comunidade dos Arturos, compondo, inclusive, o seu Dossiê de Registro concluído em 2014. O trabalho propõe e executa minuciosa descrição etnográfica do grupo e suas atividades, trazendo detalhes sobre a organização das festas, a disposição do espaço ocupado pela Comunidade, a localização de cada casa, os ofícios ensinados, a história dos membros fundadores e alguns dos documentos de registro das terras.

Além de fotos, descrição de instrumentos e do preparo das cerimônias, Gomes e Pereira (2000) completam o material com páginas de letras e partituras de alguns dos muitos cantos da Comunidade, embora este não fosse o foco da pesquisa. Isso porque, segundo a etnomusicóloga Glaura Lucas (2002): “como a música é uma presença constante em todas as etapas do ritual do Reinado, ela é, portanto, mencionada na literatura em geral, não estando restrita aos trabalhos que enfocam especificamente os aspectos musicais. (LUCAS, 2000, p.41).

Gomes e Pereira deixam claro a importância dos cantos e da oralidade nas práticas cotidianas do grupo:

A tradição da oralidade nos Arturos segue seu curso e é por meio dela que os mais jovens recebem o patrimônio cultural dos antepassados. As crianças acompanham as guardas de Congo e Moçambique, ouvindo e aprendendo a linguagem dos cantos. (GOMES; PEREIRA, 2000, p.168)

O texto dá continuidade ao seu raciocínio, destacando, desta vez, a linguagem contida nas coreografias próprias de cada guarda da Comunidade. Os autores falam também sobre os desdobramentos pedagógicos da celebração e os mecanismos de ensino e aprendizagem do grupo, destacando que todo o dinamismo do processo se dá por intermédio da *oralidade*. Não apenas Gomes e Pereira indicam que os Arturos preservam estruturas próprias das tradições orais, como também Martins (1997 e 2003), Santos (1997), Lucas (2002) e o Dossiê de Registro dos Arturos. Nas palavras dos pesquisadores IEPHA, a sua escrita se fez em articulação com os Arturos, priorizando os registros orais do grupo, já que suas memórias se mantêm nesse formato. Segundo o texto:

a própria memória dos Arturos foi e é construída essencialmente sob a ótica dessa transmissão, sendo rememorada nas suas expressões culturais, nos seus cantos, nos momentos de ensinamento e principalmente no seu cotidiano (IEPHA, 2014, P.25).

Este fragmento não apenas indica o registro de entrevistas para fins de obtenção, levantamento e organização como metodologia de pesquisa do IEPHA, mas remonta a algo anterior à Comunidade, remete aos pilares das civilizações africanas que, trazidas ao Brasil, constroem e marcam profundamente a cultura do país. Os Arturos, assim, mantêm sua cultura através de estratégias ainda vinculadas à tradição oral, cujo modelo de transmissão do patrimônio se dá, na Comunidade, por meio da oralidade e de *oralituras*, devido descendência e ligação com os saberes sagrados e ancestrais. Helena Theodoro (1985) argumenta que:

A característica essencial das culturas africanas e, logicamente, da cultura negra brasileira, é a oralidade, porque mesmo quando se utiliza a escrita, a tradição – que se entende como sinônimo de atividade – apenas se expande autenticamente pela oralidade. (THEODORO, 1985, p. 91)

Mas o que significa afirmar que a Comunidade dos Arturos é um grupo de *tradição oral* ou que mantêm características dessas tradições? Quais as implicações que esta conclusão acarreta nos estudos sobre suas referências culturais?

Como dito anteriormente, a tradição oral faz parte da estrutura da Comunidade e está presente nas suas celebrações religiosas (abertas ao público ou não), faz parte do sistema de ensino das tradições no seio do grupo. Uma parte desses saberes, assim, conta com memorização dos cantos, práticas, trocas cotidianas e dos laços entres os membros da Comunidade. Esse modo de organização de informações e sentidos influencia na dinâmica do

grupo. Nesse sentido, os cantos atuam como um dos mecanismos de manutenção das tradições. Entender estes princípios fundadores dos povos tradicionais negros implica entender que a oralidade é orgânica nestes espaços e integra todas as produções culturais do grupo.

Portanto, a elaboração textual poética, ritual, de valores e de memórias, por ela passarão. Em *Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra* (1998), Walter Ong, assim como outros pesquisadores, ao descrever a história das transformações da linguagem, centra-se no Ocidente europeu:

A sociedade humana primeiramente se formou com a ajuda do discurso oral, tornando-se letrada muito mais tarde em sua história, e inicialmente apenas em certos grupos. O *Homo Sapiens* existe há cerca de 30.000 – 50.000 anos. O mais antigo registro escrito data de apenas 6.000 anos atrás. (ONG, 1998, p.10)

A oralidade permanece como parte do cotidiano das sociedades ocidentais, bem como nas populações que viram as forças do colonialismo e do imperialismo europeu tomarem seus territórios (SAID, 2011). A oralidade, assim sendo, continua presente, mas com funções diferentes dos povos de *tradição oral*. Teóricos como Walter Ong (1998) e Marshall McLuhan (1972) teorizam sobre culturas orais e escritas investigando as diferenças de percepção da realidade entre estas sociedades.

McLuhan, inclusive, em *A Galáxia de Gutenberg* (1972), indica que estas sociedades têm, em seu intelecto e cognição, formas específicas de apreensão e interpretação de alguns formatos textuais em que a linguagem se apresentaria, como o cinema e a televisão (MCLUHAN, 1972). Essa afirmativa reúne polêmicas que este trabalho, em suas diretrizes de pesquisa, não se propõe a responder integralmente. De todo modo, pode ser válido referenciar a informação aqui, visto que muito do que compõe as categorias “oral” e “escrita” chegam aos ouvidos - acadêmicos ou não - ainda com severas cargas de preconceito e desinformação. O que é próprio da oralidade, costuma ser entendido como “primário” e/ ou “primitivo”, enquanto o que é próprio da escrita, é lembrado por ser “elevado” ou “avançado”. A citação de Walter Ong demonstra isso: a história das civilizações ocidentais enquadra o discurso oral na estrutura dos povos como parte de um passado longínquo e, seguindo a lógica do progresso e avanço técnico, a escrita configura a ascensão da civilização.

Apesar deste pano de fundo (que afeta também as percepções de Ong), já em *Oralidade e Cultura escrita* de 1998, o autor sinaliza que tais categorias totalizantes têm limites e podem ser reducionistas. Para Walter Ong, termos como “literatura oral” ou “escrita oral”, por

exemplo, têm o potencial de distorcer a descrição do fenômeno oral entre sociedades tradicionais. Por isso, o autor prefere expressões como “apresentação oral”, “formas verbais” ou “formas artísticas orais”. Esta última “incluía tanto as formas orais quanto as compostas por escrito, assim como tudo o que se situa entre ambas” (ONG, 1998; P.22). Em todo caso, o sistema de ensino em que hoje vivemos – nacional e internacional, em termos gerais - se constitui principalmente por meio da escrita. Embora os estudos sobre linguagem caminhem cada vez mais em direção ao reconhecimento da pluralidade de expressões linguísticas, uma esmagadora maioria de teorias, como as de Literatura, gramática e Linguística, ainda se debruçam sobre o registro visual das palavras e a cultura que as estruturam.

A escrita, além disso [...] constitui uma atividade particularmente preponderante e imperialista, que tende a absorver outras, mesmo sem qualquer concurso das etimologias. Embora as palavras estejam fundadas na linguagem falada, a escrita tiranicamente as encerra para sempre num campo visual. (ONG, 1998, p.20)

Ou seja, as relações de poder também se refletem na construção do conhecimento, bem como na validação e estudo de um bem cultural e seus desdobramentos enquanto obra de arte. O movimento aqui proposto, assim, precisa levar em conta esta multiplicidade de expressões, o que a academia ainda não concluiu de modo satisfatório. O aspecto oral dos povos tradicionais não é sinônimo de atraso, mas sim da pluralidade de sensibilidades, percepções e interpretações do real, o que, na verdade, traz à tona a complexidade destes grupos e as limitações da academia.

A relação do homem com a palavra e seus sentidos no contexto das tradições orais é diferente. Na medida em que o registro depende dos artifícios da memória, “a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte” (HAMPATÉ BÁ, 2010, p.168). Nesse espaço, entre palavra e sujeito, canto e homem, há especificidades; aquele que profere o texto, assume com ele um compromisso. Nas palavras de Ahamadou Hampaté Bá, etnólogo costa-marfinense, especialista em tradições orais do continente africano:

Lá, onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra.” (HAMPATÉ BÁ, 2010, p.168)

A palavra que flui por meio da verbalização oral, mesmo que, para a cultura escrita, pareça fugaz, tem sua permanência nas práticas das tradições orais e na maneira como o homem a apreende e a utiliza. Ou seja, para Hampaté Bá, não apenas a memória atua neste tipo de

tradição, mas também os acordos sociais estabelecidos entre seus membros e as narrativas contruídas são fatores essenciais para a manutenção dos discursos, bem como o próprio homem que a transporta. O autor inclusive defende que “os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo” (HAMPATÉ BÁ, 2010, p.168). Portanto, aprofundar pesquisas sobre as textualidades e/ gêneros textuais das tradições do Congado que se originam destes formatos de relação com a memória, é ter em perspectiva que a visão de mundo destas comunidades e dos portadores destes textos têm suas especificidades de organização do conhecimento.

Embora compartilhados com toda a comunidade em situações do cotidiano, em ritos e cerimônias formais, algumas figuras centralizam a responsabilidade de guardar e compartilhar tais conteúdos. Nas culturas tradicionais africanas e suas descendentes, esta função é atribuída aos integrantes mais velhos da comunidade, aos mestres e/ ou griots que “conhecem tradições relativas a toda uma série de diferentes eventos” (VANSINA, 2010, p.141). Entre os Arturos, Gomes e Pereira apontam que “se destacam os capitães de guarda detentores de conhecimentos que só no momento oportuno serão passados àqueles que se tornarem aptos para recebê-los” (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 168).

Não apenas os capitães do Congado detêm os textos da tradição. Os mestres da Comunidade articulam-se como os principais condutores de todos os saberes e, entre os Arturos, os filhos de Arthur Camilo, os da primeira geração dos grupos, são os que reuniram tais saberes, hoje compartilhados por outros mestres. A pandemia de Covid-19, infelizmente, no ano de 2021, levou o sr Mário Braz da Luz, último filho da primeira geração. Além de benzedor, Mário Braz da Luz representa a ancestralidade do grupo, filho do fundador da comunidade.

Atualmente, o mestre José Bonifácio da Luz (Bengala) representa um dos *griots* da Comunidade. Bengala é Liderança política e espiritual, educador e Mestre de Congo no Reino dos Arturos, guardião dos cantos e das danças. Por seu extenso conhecimento e responsabilidade, Mestre Bengala recebeu em 16 de dezembro de 2021 título de *notório saber* pela UFMG. Segundo a Universidade, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFMG concedeu, por unanimidade, o título de NOTÓRIO SABER (equivalente ao grau de Doutor) a mais quatro mestres das comunidades tradicionais. (UFMG, 2021)

Nestas tradições, o mestre é a figura daquele que possui os conhecimentos dos antigos. Seu papel na entre os seus e para a cultura que preservam é central, pois “para que uma tradição permaneça é preciso transmiti-la, e a figura dos mestres é fundamental nesse processo” (IEPHA,

2014; p.104). Entre trocas do dia a dia e a execução das celebrações, mestre Bengala tem papel central na partilha das tradições, papel que se estende da Comunidade aos devotos visitantes da Festa.

Figura 22: Mestre Bengala



Fonte: UFMG, Saberes Tradicionais (2021)

Walter Benjamin em *O Narrador* (1936), à luz do Modernismo e da II Guerra Mundial, recorre àquele que *narra* para estabelecer em sua reflexão o efeito de contraste entre a tradição oral (e poesia épica), com o romance, sua escrita e a imprensa. Para Benjamin, enquanto o romance é criado solitariamente, a narrativa, executada pelo narrador oral se faz a partir da experiência por ele obtida e por ele compartilhada. Suas ponderações giram em torno de críticas às transformações socioculturais que se manifestam também na maneira de se partilhar de histórias. Assim, Benjamin coloca em primeiro plano o narrador, representante de um passado recente, produtor de uma “verdadeira narrativa”, que capta os olhares e ouvidos de sua plateia; e o compara com o romancista, modelo das modernas expressões narrativas do homem e de suas estratégias novas de compartilhar histórias. Em suas palavras, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou é a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1936, p.3).

Por outro lado, o autor acredita que é devido ao “surgimento do romance no período moderno” que as narrativas orais desaparecerão. Vale, no entanto, ressaltar que os procedimentos narrativos reunidos nas tradições orais não se sustentam sozinhos. Dessa forma, “quando falamos de patrimônio cultural imaterial estamos falando de um patrimônio vívido, de

uma prática cultural que depende exclusivamente das pessoas” (IEPHA, 2014, p.104). Neste sentido, os mestres conhecedores dos segredos do Congado e dos “pontos mais fortes”, de fato assumem a posição de detentores da palavra, como também configuram a *própria* palavra, o conhecimento/ patrimônio vivo, ocupando a condição de guardião da memória.

Marilena Chauí, ao apresentar em prefácio o texto de Ecleia Bosi de título *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (1972), afirma que uma das funções sociais do idoso é também esta, a de “lembrar” e “aconselhar”, de modo a “unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir” (CHAUÍ, 1979; p.17). Embora Hampaté Bá (2010), indique que “os griots estão longe de ser seus únicos guardiões e transmissores qualificados” (HAMPATÉ BÁ, 2010, p.169), notadamente, é entre os mestres e anciões que se concentra a função de condutor e transmissor da tradição, especialmente entre os Arturos onde “os ensinamentos e as tradições são repassadas dos mais velhos aos mais jovens” (IEPHA, 2014, P.105).

Hampaté Bá, na verdade, propõe que no âmago da tradição oral, o compartilhar pode ser mais complexo, visto que a própria definição de *tradição oral* indica que ela, para seus integrantes é

a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostuada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. (HAMPATÉ BÁ, 2010, p. 169).

Portanto, lançar mão sobre conceitos em torno das comunidades de tradição oral não é apenas interpretá-las mediante suas formas de efetuar os registros sobre sua comunidade e narrativas que as estruturam. A tradição oral diz respeito ao arcabouço de características da cultura, estando nele, também suas narrativas e cantos. Ong e McLuhan classificam como culturas da escrita os grupos alfabetizados e de cultura oral, as que não detém domínio desta técnica. Vansina, atendo-se às tradições africanas, mantém sua classificação baseando-se no verbalismo e na transmissão oral, enquanto Hampaté Bá interpreta tradição como um sistema que conduz práticas do cotidiano, constituindo a organicidade do grupo, onde a memória habita. Na tentativa de exemplificar isto, Hampaté Bá fala um pouco sobre a devoção em *Maa Ngala*, comuns a “região de savana ao sul do Saara”, onde a “fala é, portanto, considerada como a materialização, ou a exteriorização, das vibrações das forças.” (HAMPATÉ BÁ, 2010, p. 172). O autor argumenta ainda que:

de maneira geral, todas as tradições africanas postulam uma visão religiosa do mundo. O universo visível é concebido e sentido como o sinal, a concretização ou o envoltório de um universo invisível e vivo, constituído de forças em perpétuo movimento. (HAMPATÉ BÁ, 2010, p. 173)

No Brasil, a influência do universo da religiosidade permeia valores e a interpretação da realidade. Aqui, encontramos a presença e herança de muitos povos negros diferentes, o que torna a identificação e a catalogação das muitas culturas negras que chegaram ao território americano, uma tarefa árdua. Reginaldo Prandi (2017), observa: “muitos foram os povos africanos representados na formação brasileira, os quais podem ser classificados em dois grandes grupos linguísticos: os sudaneses e os bantos” (PRANDI, 2017, p.541).

Theodoro (1985), referindo-se ao espaço dos terreiros de candomblé, destaca: “desde cantigas, textos míticos, histórias de seres ou animais, acontecimentos importantes ou lendas, todos explicitam o todo cultural, sendo instrumentos de comunicação e ensino” (THEODORO, 1985, p. 94). Os povos estudados por Hampaté Bá e Theodoro são de territórios e culturas diferentes da Comunidade, mas seus apontamentos estendem-se a outras expressões de matriz africana visto que a trama afrodisaspórica passam por variáveis semelhantes no território brasileiro. Acrescenta-se também que entre elas e o Reinado Arturo percebe-se convergências quanto ao espectro das tradições orais. Além disto, Prandi argumenta no sentido de apontar para o diálogo e adaptações entre estes troncos linguísticos e seus demais aspectos culturais. O autor cita como exemplo deste fenômeno o instrumental que conduz as músicas em terreiros de candomblé “de tradição iorubá, fon e banta” (PRANDI, 2010, p. 544).

Nestes contextos de tradições distintas, são usados três atabaques de tamanhos diferentes. Os Arturos fazem uso de algo semelhante durante cerimônias como o Candombe, onde são tocados os três tambores, instrumentos sagrados: o Santana, Santaninha e Jeremias.

Figura 23: Cerimônia do Candombe com os três tambores da Comunidade



Fonte: Acervo IEPHA/ MG

Figura 24: Primeiro tambor da Comunidade



Fonte: Acervo IEPHA/ MG.

Em termos gerais, pode-se intuir, nas palavras de Theodoro que “para a cultura negra, o som, a palavra, são elementos mobilizadores, que conduzem a ação, que propiciam AXÉ” (THEODORO, 1985. P. 95). Além disso, no espaço da religiosidade negra dos Arturos, manifesto entre/ em sons como também nas textualidades das celebrações à Nossa Senhora do Rosário, há, segundo Leda Martins (2003), o alinhamento entre os membros da comunidade, o afeto e rememoração dos fatos históricos ligados à escravidão, a devoção ao Rosário, o respeito e lembrança dos ancestrais:

Tanto no enunciado da narração mítica, quanto na performance dramática que cenicamente a representam, a superação parcial das diversidades étnicas recria o *ethos* comum e o ato coletivo negro como estratégias de substituição e reorganização das fraturas do conhecimento. (MARTINS, 2003, p. 73)

Deste modo, Reginaldo Prandi (2010), argumenta também que a música para o negro-africano tem sentido a *mais* do que para as culturas cujas origens se dão no Ocidente. Elas não são apenas para prazer, os sons materializam, invocam entidades. Ou seja “não é simplesmente consumo estético para a fruição de sentimentos e emoções. É isso também, mas também é mais” (PRANDI, 2010; P.544). Entre os povos tradicionais negris, a musicalidade é movimento, a palavra é ação. Elas imprimem no espaço e no tempo alterações, convocam os ancestrais, prestam louvores à Senhora do Rosário.

2.3.2 Presentificação do passado: memória e rito no Reinado Arturo

Além das percepções sobre a paisagem sonora e a instrumentalização do verbo serem diferentes, as maneiras de manipulação da linguagem e dos textos, fazem surgir gêneros próprios das comunidades orais (VANSINA, 2010), sendo o canto um deles. Assim sendo, a estrutura que compõe o canto do Congado e sua sonoridade, ao constantemente retomarem letras de canções e seus ritmos, o grupo está a invocar a memória de seus antepassados. Isto, aliás é explicitamente citado nos cantos: *Ih, essa gunga num é minha, ai, ai/ Essa gunga num é minha/ Essa gunga é de vovó meu irmão/ Pra nós conservá/ Chora ingomá* (Guarda de Moçambique) (PEREIRA, 2017, p. 390).

Martins (2003) denota haver nos cantos do Congado, aspectos da memória banto, ou dos povos descendentes da África. Seus procedimentos relacionados à estética dos textos, assim, mantêm-se interligados com os antepassados, de modo a conservar as memórias culturais e narrativas dos escravizados. Antes de adentrarmos nesta reflexão, nos apropriemos dos

significados de *memória* e dos efeitos e funções que ela exerce entre as culturas, especialmente entre os Arturos, cujo fundamento condiciona o registro de narrativas da comunidade, o que a constitui, propriamente, como espaço de memórias afro-brasileiras.

À luz das ciências humanas, “memória” pode ser chave de leitura para a compreensão de cultura e, por meio dela, enquanto perspectiva teórica, é possível elaborar métodos para a apreensão de dados, no levantamento de informações de um passado não registrado pela escrita ou outras técnicas e estruturas. Jan Vansina em artigo publicado pela UNESCO na edição de 2010, propõe em *Tradições Oraís* (2010) metodologias a serem utilizadas justamente em sociedades orais, a saber, as sociedades africanas.

Para Vansina, as investigações históricas podem ser encaminhadas por meio de documentos próprios da oralidade. Sua proposição refere-se a tais textos como potenciais fontes de pesquisa, mas o alcance da “verdade dos fatos históricos” poderia ser afetado, visto que informações obtidas através de fontes orais podem ser “questionáveis” devido às possíveis modificações de narrativas sofridas durante a transmissão entre pais e filhos, ou, em caso de a narrativa ser repassada por poetas ou artistas, o fato poder passar por mudanças a depender da entonação do artista.

Embora o autor alegue que “uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio preservação da sabedoria dos ancestrais, (VANSINA, 2010, p.139-140)”, ao longo de sua argumentação, Vansina busca por veracidades históricas e por “verdadeiras culturas orais”. Na busca por “fatos”, o autor argumenta que as informações obtidas através de fontes orais podem ser “questionáveis” devido às possíveis modificações narrativas.

Apesar dessa possibilidade, Gomes e Pereira (2000) descrevem o encontro entre africanos na Comunidade dos Arturos que demonstra a ligação entre as culturas do continente africano e as afro-brasileiras. De acordo com os autores, há uma “ponte-memória com a pátria primeira” que, por vezes, fica evidente e ela:

pode ser percebida pelos visitantes irmãos. Quando um grupo de jovens africanos veio ao Brasil e se hospedou na Comunidade dos Arturos, durante rituais, a sensação de pertencimento se fez tão acentuada que se clarificou na declaração de alguns deles: - andamos, andamos, para chegar em casa.” (GOMES; PEREIRA, 2002, p.20)

Ou seja, a memória exposta aqui, está presente e demarcada não apenas na árvore genealógica ou em documentos de nascimento e óbito dos membros da Comunidade, mas

também se mantém na modos de se expressar, nas coreografias, nos ritmos dos instrumentos. Autores como Pierre Nora, Michel Pollak e Márcia Motta são alguns dos mais citados quando é preciso discutir tópicos relacionados à memória. Embora exista variedade de literatura sobre o tema, é válido discutir o ponto que coexiste entre essas arguições: que é noção de *tempo*.

Paul Ricoeur (1994), apoiando-se na meditação de Santo Agostinho no livro Confissões XI, percebe que o “tempo” é uma *aporia*, um impasse filosófico. Mas, mesmo assim, a memória representa uma forma de assimilação do passado no momento presente, ela é conexão entre tempos e resolução de um impasse. Para Ricoeur, assim sendo, a *memória* atua como uma “ponte” que interliga os diferentes instantes temporais.

Fazendo coro a Agostinho, Ricoeur afirma que o tempo, então, deve ser entendido no presente, que se faz tríplice já que contém em si o passado, o presente e o futuro. Estas três categorias, sendo revistas pelos autores, são entendidas como “unidades de medidas” do próprio tempo, não o tempo em si, conforme busca as investigações existencialistas do próprio autor. Embora não conclua a concepção do que é o tempo, o que recupera e ratifica sua teoria de que este conceito é uma *aporia*, Ricoeur encontra em Agostinho direcionamentos sobre como o tempo opera. Assim, a noção de eternidade passa a ser bússula.

Neste raciocínio, as unidades de medidas do tempo são *distentio amini*, ou “distensão da alma”. O termo alma aqui pode ser compreendido como o campo das subjetividades, individuais ou coletivas. Ou seja, passado, presente e futuro representam os sentidos e formas de ordenamento interno das sociedades. A resposta à *aporia* “*o que é tempo?*”, encontra alguma iluminação na compreensão de que o ele se distende na mente humana. Assim, para Ricoeur, encontramos a memória (passado), a atenção (presente) e a espera (futuro).

O autor faz uso da Hermenêutica, Fenomenologia e Filosofia para fundamentar suas conclusões parciais sobre o tempo. Mas, a partir delas, é interessante perceber que a memória pode ser entendida como uma visão do passado durante o tempo presente e de sua importância para o ordenamento do homem. Ele pode ser entendido como um fenômeno atual e presente no cotidiano, assim como as Festas efetivam, a por meio do canto. Eles são também instrumentos desse resgate e de “ordenamento”. O canto faz presente a memória da Comunidade, a memória coletiva.

2.3.3 O canto: condutor da memória coletiva na Comunidade Negra dos Arturos

Como visto, a interpretação sobre o que é memória é pode ser densa. Algumas questões sobre memória e História, por exemplo, podem tornar o debate ainda mais profundo. Neste

sentido, é possível que, o canto, construção musical consolidada a partir da oralidade e das memórias dos Arturos, seja vista como um *documento* histórico?

Enquanto Vansina reconhece a memória e a tradição oral como possíveis fontes históricas, Márcia Motta (1997) defende que não é possível estabelecer sinonímias entre História e memória. Em sua perspectiva, essas categorias assumem funções diferentes. Embora a memória “se explique pelo presente” (MOTTA, 1997), como enquadra a proposição de Riccour, Motta afirma:

(...) é mais do que razoável admitir que a memória e a história não são sinônimas, pois, diferentemente da primeira, a história aposta na descontinuidade, visto que ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão; ela é manejada, reconstruída, a partir de outros interesses e em direção diversa, e, para se opor à memória, a história tem ainda o objetivo de denunciar e investigar os elementos que foram sublimados ou mesmo ignorados pela memória. (MOTTA, 1997, p.25)

Ou seja, a memória tem fortes vínculos com o campo dos afetos de grupos sociais, o que viabiliza acréscimos de informações e omissão ou “esquecimento” de outras memórias, mediante limitações de quem viveu a experiência ou dos que com ela mantém algum tipo de vínculo próximo. Estas variáveis podem trazer imprecisões sobre os acontecimentos passados, conforme argumenta a autora (MOTTA, 1997). A História, assim, é dotada de critérios e métodos que conferem a ela caráter “neutro” necessário para a produção científica, enquanto a memória, além de apreender *um* passado, pode conter fragmentos do imaginário que, por vezes, é resultado do vínculo afetivo com os entes da comunidade.

Um fenômeno político que reúne esses elementos da memória e que ao mesmo tempo oferece mais caminhos para seu aprofundamento é a concepção dos estados nacionais que encontra terreno favorável durante o século XIX para florescimento de suas ideias. Inicialmente, a nação projetava-se como uma comunidade enraizada em seus laços culturais em que a língua e etnicidade *pura* justificavam os até então novos modelos geopolíticos. Por trás desta concepção, a unidade e coesão da comunidade eram entendidas como um de seus principais traços, o que conferia à comunidade o sentido de grupo e de identificação capaz de levar os seus integrantes à participação de longas guerras ou do sentimento de fraternidade com aqueles que tinham sequer visto (ANDERSON, 2008).

O fortalecimento dos estados nacionais se deu sob muitas variáveis, o que torna ainda inconclusivo uma definição sobre nação que seja amplamente aceita por pensadores dessa

questão, portanto, suas características mais elementares estão passíveis de debate. Além das já citadas, podemos destacar suas memórias e mitos fundadores, que concederam a ela respaldo para a elaboração de sua “soberania” política sobre territórios.

Assim, as memórias nacionais articulam linhas narrativas sobre seu surgimento e história que, elevadas à condição de “oficiais”, são reproduzidas por órgãos institucionais, como a escola, museus, e viabilizadas por instrumentos legais, como leis de tombamento e decretos de registro. A necessidade disso viabiliza que poderes estatais se organizem em torno da memória e de bens patrimoniais da história nacional. A defesa de uma identidade unificada no âmbito das instâncias administrativas do estado facilita o esquecimento ou silenciamento de *outras* memórias, nomeadas por Pollak como *subterrâneas*.

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLAK, 1989, p.6).

Memórias subterrâneas, partilhadas em ambientes familiares ou sindicais, dispõem de visões alternativas ao oficial ou as desconstroem. Pollak cita três casos de memórias subterrâneas: o primeiro é o caso de Nikita Krushev, que no XX Congresso do PC da União Soviética, expõe suas memórias e denuncia os crime do regime estalinista, levando a imagem de Stalin à revisão histórica; o segundo é o caso do silêncio dos sobreviventes dos campos de concentração; aqueles que foram recrutados a força para o exército alemão, entre austríacos e lorenos, que, ao fim da guerra, foram encarados pela história como nazistas, embora coagidos à posição de combatentes, e “de outubro de 1942 a novembro de 1944, 130.000 alsacianos e lorenos foram incorporados a diferentes formações do exército alemão (...)”. (NORA, 1993, p.5).

Logo, memórias subterrâneas estariam ligadas ao que está no não dito, ao que não obteve espaço para ser ouvido por forças políticas. Leda Martins (1997) e Pereira (2017), por outro lado, indicam que não apenas os quadros sociais, conforme debatido por Pollak e Hobsbawam, e suas memórias subterrâneas, articulam-se em torno de narrativas “não oficiais”. Mas que sim o formato das textualidades, expressa na oralidade e nos corpos componentes do Congado, atuam na manutenção disso. Freda Indursky em *A memória na cena do discurso* (2011) trabalha

com a concepção de memória mediante a Análise do Discurso. Segundo Indursky, a memória que este ramo da Linguagem estuda compreende que

o sujeito, ao produzir seu discurso, o realiza sob o regime da repetibilidade, mas o faz afetado pelo esquecimento, na crença de ser a origem daquele saber. Por conseguinte, a *memória* de que se ocupa a AD [Análise do Discurso] não é de natureza cognitiva, nem psicologizante. A memória, neste domínio de conhecimento, é social. E é a noção de *regularização* que dá conta desta memória. (INDURSKY, 2011: s/p)

Halbwachs (1877 – 1945) é um dos primeiros pesquisadores que suscita a importância dos entes sociais na consolidação de uma *memória coletiva*. Acrescentando à ciência visões sobre memória alternativa à psicanálise, Halbwachs cria essa categoria observando que o recordar, embora atue na dimensão individual dos sujeitos, também depende dos contextos sociais, da ação coletiva em torno do evento lembrado.

Sob essa perspectiva, a lembrança se dá por meio não apenas de um indivíduo, mas da contribuição de diferentes sujeitos. Conforme, por exemplo, um grupo recorda um acontecido, é acrescentada, em comentários, diferentes visões sobre o mesmo evento, reestruturando constantemente a lembrança. Ou seja, neste sentido, constitui-se *memória* na coletividade e “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Os contextos sociais, grupos, coletivos, comunidades tradicionais como os Arturos, atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. É com a *memória coletiva* de Halbwachs que “a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social” (SILVA, 2016, p.247).

Entre os congadeiros, a rede de sentidos que dão estrutura ao Congado é compartilhada em conjunto. A Festa e uma parte dos cantos existem porque há o coletivo empenhado em cumprir as ordenanças do Rosário e dos ancestrais. Os motivos que regem o senso de preservar tais tradições ganham força na coletividade e nela é construída.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós ponto não é preciso que outros estejam presentes materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2013, p. 30).

A memória coletiva, assim, tece e protege uma ampla rede de sentidos, visto que é na unidade, seio da Comunidade que os saberes são compartilhados e revividos. Transmitindo, por décadas, de geração para geração, narrativas ancestrais permanecem. Apesar de Halbwachs sugerir que as lembranças são reconstituídas e modificadas, observa-se que a força da coletividade atua em manter as memórias dos ancestrais. As memórias de matriz africana, além disso, tomam formas, são vivas. Mestres, capitães, Reis e Rainhas da Festa, embaixadores e Guardas são, em verdade, memórias vivas que, através de cantos e cantigas invocam a ancestralidade. Os cantos são, assim, instrumentos nas mãos dos sujeitos detentores do bem, estratégia de preservação de memórias, expressão da estética. Tais produções manifestam constantemente esta rede de sentidos enquanto auxiliam na sua preservação.

CAPÍTULO III

O CANTO E VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS: QUESTÕES SOBRE REGISTRO E SEU DOSSIÊ

O presente capítulo tem como principal objetivo apresentar o canto como um importante método pedagógico no interior da Comunidade dos Arturos. Para tanto, será apresentado um pouco da rede de sentidos – das referências culturais - que essas construções musicais externam e como tais produções são apresentadas ao longo do Dossiê para fins de Registro do grupo. Essa etapa da dissertação apresenta também mais alguns trechos de entrevistas com membros da Comunidade e algumas de suas postagens em redes sociais que visam divulgar suas mais recentes atividades culturais.

A Comunidade dá destaque às consequências positivas que o status de *patrimônio imaterial* trouxe a eles. Sua ação como protagonista de sua própria história levou os Arturos a registrar por meio de vídeos, fotos e outros veículos, oficinas, palestras e demais atividades que atualmente organiza. A documentação, segundo entrevistas com membros do grupo, trouxe, inicialmente expectativas que não foram atendidas como o esperado, mas o registro hoje oferece alguns subsídios para o pleito de terras invadidas.

3.1 Os sujeitos detentores do patrimônio: protagonistas de seus saberes

A constituição de patrimônios, no contexto das políticas estatais, integra um dos pilares estruturais dos modernos estados nacionais. Entretanto, a premissa dos bens patrimoniais é, em essência, a *escolha* de uma bem à categoria de patrimônio. Entre um conjunto de produções culturais – sejam materiais ou imateriais – alguns são vistos como representativos de um dado grupo social, seus valores e memórias. Os processos de patrimonialização e salvaguarda desses bens, especialmente durante o século XX, no âmbito das políticas públicas, partiam da seleção de bens que estabelecessem a manutenção de narrativas que reforçassem uma dada *identidade* nacional. Atribuir a um bem cultural a complexa condição de patrimônio, assim, é identificar que nele há elementos suficientes que sintetizam os sentidos de grupos sociais em um território.

Diante disso, a seleção de bens à condição de *patrimônio*, foi, por décadas, na verdade, uma ação envolta de diferentes formas de violência institucional: toda escolha implica no *esquecimento* ou silenciamento das demais alternativas. Os agentes responsáveis pela seleção desses bens foram por décadas “agentes (técnicos e gestores), intelectuais (universidades)” (OLVEIRA; SOUZA, 2018). No entanto, em um território com expressões culturais tão

multiplas e diversas entre si, como afirmar que um bem *é* patrimônio e, além disso, um patrimônio a ser salvaguardado pelo estado? *Quem o faz?*

O cenário de discussão e reflexão sobre patrimônio nacional viveu um marco nos anos de 1930. Com a criação do SPHAN – atual IPHAN -, foi possível estender e aprofundar a atuação do estado sobre a salvaguarda de bens culturais, mas as políticas então prescritas apresentavam uma série de graves limitações: a ênfase do então SPHAN recaía sobre bens de dimensão material, o que representava expressiva maioria de elementos das culturas eurocentricas, ocidentais. Além disso, o suporte usado para a constatação de que algo era um bem patrimonial partia da análise de sua *monumentalidade* e seu “peso” dentro de elitistas perspectivas. Ou seja, observava-se o bem passível de patrimonialização, nos limites das políticas públicas, através de lentes - como as da história, arquitetura, artes - que mantêm e reforçam narrativas eurocentradas.

Em 1938, por exemplo, todo o conjunto urbano de Ouro Preto (MG) foi tombado pelo SPHAN, uma das primeiras cidades brasileiras a passar pelo processo. A arquitetura ouropretana é portuguesa e católica, demonstrando que a intenção desse procedimento não era apenas a de preservar a cidade, mas também de manter salva a herança portuguesa em solo brasileiro. O valor de um bem patrimonial, dessa maneira, é:

atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de patrimônios culturais, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder. (FONSECA, 2012, p. 112)

A outorga de patrimônio ao *tombamento* estabelece as relações de poder e este movimento tem como ponto de partida os interesses em torno da construção de uma identidade nacional, pavimentado pelos saberes acadêmicos “historicamente condicionados”. Neste sentido, povos tradicionais negros e indígenas, cujas expressões se dão - em numeros casos – na dimensão dita *imaterial* das culturas, foram desconsiderados para a análise. Os pensadores do patrimônio, na verdade, reduziam expressões negras e indígenas ora ao limbo polêmico do

folclore, ora aos limites da lei, as criminalizando. Mestres de saberes afro-brasileiros tiveram sua liberdade cerceada por praticarem e ensinarem suas culturas²⁷ em espaços públicos.

Por outro lado, Fonseca (2012) afirma que na década de 1970 os parâmetros de análise sobre bens culturais começam a passar por modificações. Os critérios que levavam ao tombamento e ao reconhecimento de um bem enquanto patrimônio se davam unilateral e hierarquicamente. O detentor de poder e conhecimento acadêmico, através de técnicas especializadas e curriculum, elege o que deveria receber proteção. Quando esta eleição passa a ter como índice não mais apenas a sua *monumentalidade*, mas sim os sentidos e valores que sujeitos detentores atribuem à expressão, o fator *referência cultural* passa a integrar paulatinamente os processos do IPHAN.

A noção de referência cultural leva em consideração a concepção “antropológica de cultura” (FONSECA, 2012; P.113), em que os sentidos compartilhados pelos sujeitos passam a figurar papel central e, assim, a diversidade de produções e práticas culturais acaba por ocupar importante função nos critérios de análise patrimoniais. O viés de observação, antes “considerado objetivo” devido ao suporte que o academicismo oferece, sofre descentralização; o saber considerado legítimo fica exposto a outra dinâmica, a que passa a incluir pluralidade de saberes e vozes de sujeitos nunca antes ouvidos.

Diante das referências culturais das populações negras e indígenas, pesquisadores e demais agentes do Patrimônio deparam-se com filosofias, saberes e cosmovisões diferentes que por décadas, sofreram tentativas de silenciamento. Esses agentes, desse modo, são espectadores, aprendizes. Mestres e Mestras de conhecimentos tradicionais e ancestrais – como o Capitão de Congo na Comunidade dos Arturos, o Mestre Bengala - conduzem a palavra, ensinam e apontam para os caminhos que o raciocínio colonial e escravista ainda busca apagar. Ou seja, ponto central nos dossiês de cunho imaterial, a concepção de referência cultural não só redireciona os parâmetros de estudos ligados ao patrimônio, como também coloca a academia em locus desconfortável, que é o do conhecimento não institucionalizado. Múltiplas redes de sentidos afro-brasileiras, das quais os agentes “patrimoniais” por décadas não tinham domínio, contemplam uma gama de narrativas, algumas delas encontramos compartilhadas

²⁷ Em 1890 a República promulga o Decreto nº 847 em 1890 que “tratou de forma clara e direta sobre a prática de capoeiragem, em seu artigo 402, inserido no capítulo XII, intitulado Dos vadios e Capoeiras, como segue: Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação de Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto e desordens, ameaçando pessoa certa ou é considerado circunstância agravante pertencer a capoeira em alguma banda ou malta. (BRAGA; SALDANHA, 2014; p. 127)

entre os integrantes do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. A corte do Rosário, ou seja, a Comunidade detentora do bem, é um dos conduítes dos saberes.

Entre os pontos de referência cultural partilhados na Festa de Nossa Senhora, pode-se observar alguns centrais, como a retirada de nossa senhora das águas, seu socorro à comunidade negra, o sofrimento vivido pelos ancestrais durante os tempos de escravidão e a coroação de reis e rainhas negras, associada à corte do Rosário de Nossa Senhora. A memória coletiva da Comunidade, assim, apoia-se em eventos narrados ao longo de séculos pelos povos africanos e seus descendentes. A partir dessas narrativas compreende-se alguns dos sentidos que estruturam a Festa, sendo os anteriormente destacados alguns dos perceptíveis aos visitantes ao primeiro contato com a Festa e com os membros.

Nas palavras do capitão Everton Eustáquio (Tequinho), Capitão da Guarda de Moçambique na Comunidade e um dos presidentes dos Arturos:

Para todos os santos, é um outro tipo de cantiga, é um outro tipo de oração. Então tudo tem um processo, tudo tem uma sequência. E Nossa Senhora do Rosário, pra nós negros é assim, foi a mãe de nós, né? De todos os nossos antepassados que ela apareceu, né? Uns falam no mar, outros falam no Rio. Então assim, reza a lenda como diz o outro, que ela apareceu, os escravos estavam ali fazendo o seu cotidiano na beira do rio, lavando isso, fazendo aquilo. Aí viu, viu uma imagem, isso não é só uma imagem, uma santa. Eles correram lá e conseguiram pegar a imagem da santa e fizeram uma capelinha, aí os seus donos, né? Os donos deles, né? Senhores na época. Pegou, não, isso aqui sem imagem não pode ficar aqui, construiu uma igreja enorme. Uma com todos os direitos pra imagem. E no outro dia a imagem já me pareceu, não estava no local que eles tinham deixado, ela voltou pra dentro do rio. E aí o Congo, a Guarda de Congo, né? Assim bateu com a imagem, a imagem aproximou. Aí a imagem aproximou tudo direitinho, veio a guarda de Moçambique, a imagem chegou mais próximo e quando bateu os tambor sagrado, a imagem deu um pulo e foi em cima dos tambores e foi na capela dos pobres, dos negros que a Nossa Senhora do Rosário que ficou e está até hoje. Essa entrevista acontece dentro de uma capela de Nossa Senhora do Rosário, uma capela mais simples, mais humilde, mas é o lugar que ela se adaptou e quis ficar e então assim ela não só do Rosário é assim a nossa padroeira aqui da nossa comunidade. Uma coisa que vem nos nossos antepassados. Então a todos os momento, cantigas é reverenciando a Nossa Senhora do Rosário. o nosso né? E também São Benedito que é um santo negro, Santa Efigênia, né? Nossa Senhora Aparecida. Então assim, nós reverência a todos os santos, né? Mas são esses santos que normalmente, né? A gente quando a gente. Em nossas festas a gente celebra a Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida, São Benedito e Santa Efigênia. Os Santos negros assim que a gente sempre louvando. Mas todas as músicas têm sentido, né? De adoração, de tá rezando sempre a Nossa Senhora.
(Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

A retirada da santa das águas é, assim, um ponto fundamental da rede de sentidos da Comunidade. Esse evento estrutura toda a celebração de outubro; nele é atestado a escolha de Nossa Senhora pelo povo negro, pobre e escravizado que, mesmo não tendo as mesmas condições econômicas e sociais que o branco detinha, passa a ser a morada da santa das águas. Outro ponto fundamental à rede de sentidos da celebração é a honra aos ancestrais para quem a santa fez a aparição pela primeira vez; as primeiras Guardas que a encontram e, com os tambores sagrados, a trouxeram à superfície, para com eles ficar. Da fala do Everton Eustáquio é perceptível também que são muitos os santos louvados na Festa, mas os que têm destaque na Festa de outubro são os santos *negros*. As músicas são específicas a cada santo e cada etapa – rito – da celebração.

Mestre da Guarda de Moçambique desde os 16 anos de idade, Everton relata que boa parte dos sentidos dos cantos, de suas orações, não são de fácil explicação. Na verdade, eles estão vinculados ao campo do sensível, do transcendental; palpável especialmente a partir da partilha presencial. Segundo o mestre:

Nessa entrevista aqui você está conversando com o Everton, né? Meu nome é Tequinho aqui na Comunidade. A partir do momento que a gente coloca a farda, está trajado com nosso trajado, com nosso bastão, ali a gente se transforma. Ali cês vão tá conversando como capitão Everton. Então ali já tá toda aquela doutrina, toda hierarquia. E a gente mergulha no passado, junto com a gente no momento que a gente tá festejando, quando bate os tambores, ali cê sente a presença dos nossos irmãos tudo que faleceu, junto conosco ali naquele momento. Então é uma coisa, assim, não tem explicação, não tem como a gente detalhar. São momentos únicos. (Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

O Reinado de Nossa Senhora, quando na Festa de outubro, faz com que o cidadão comum adentre o espaço do sagrado onde a lógica hierárquica é outra, ele assume outra posição social. Mesmo durante o momento de festa, a autoridade do capitão se manifesta, leva o membro para a dimensão do sagrado e, esse movimento torna acessível os que se foram. Ou seja, antigos capitães, reis e rainhas negras e aqueles que avistaram a imagem da santa pela primeira vez se fazem presentes. Cantos, ou orações, possuem forte apelo não apenas à memória afetiva, mas ao sagrado, conectando, por intermédio das invocações e dos tambores, a ancestralidade. Assim, a categoria tempo torna-se relativa, pois passado e presente passam a coabitar o mesmo espaço de percepção, fazendo com que a memória ancestral negra se mantenha preservada, salvaguardada.

Como indica o mestre, grande parte da experiência se dá através do *corpo* que vivencia a Festa. Os cantos, ou seja, as letras e os sons dos tambores, levam o corpo à comunicação imersiva, característica dessas construções musicais. Isto potencializa a transmissão dos sentidos comuns à Festa fazendo com que o canto seja um importante índice de preservação de tais sensibilidades. Eles são ao mesmo tempo guardiões da memória de matriz africana e sintomas dela na superfície da cultura afro-brasileira e das devoções católicas populares.

O canto a seguir é entoado durante a Festa da Libertação, no mês de maio, mas foi colhido durante ia à campo, em entrevista com Everton Eustáquio, capitão da Guarda de Moçambique. A celebração gira em torno da libertação da escravidão e teatralmente retrata a restrição do negro aos templos brancos e católicos. À frente da porta da igreja, o negro canta:

Lamento Negro

Êê

No dia 13 de Maio
Uma assembleia trabaiô
Nego véio era cativo
A princesa libertô!

Nego véio era cativo
Hoje já virou doutô!

Ê no tempo do cativo
Era branco que mandava
Quando branco ia à missa
Era negro que ia levava ê

Quando o branco ia à missa
era negro que levava

senhor Branco entrava lá pra dentro
nego cá fora ficava

Sinhô branco entrava para dentro
Nego cá fora ficava
Nego só ia rezar
Quando em senzala chagava
Nego só ia rezar
Quando em senzala chagava
Nego não podia falá nada
Que de chibata inda apanhava

Êêê que dor
Jesus Cristo tá no céu
Acolhendo toda as alma

Desses negro sofrêdo²⁸
(Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

O canto demonstra que entre os negros do Rosário preserva-se a memória de um dia lhes foi negado a entrada na Igreja, o comungar da fé católica no espaço cristão. O canto acima também aponta mais alguns detalhes do cotidiano negro quando cita um dos poucos momentos que lhe era possível acessar ao sagrado e a força da violência que forçava o silêncio. Capitão Everton ressalta:

Esse é o lamento dos negro. Normalmente a gente faz isso quando chega na porta da igreja, né? Antigamente o nego não podia estar na igreja pra rezar, pra assistir uma missa. Eles iam e levavam o seu senhores, os senhores entrava. na capela da igreja pra rezar os negros ficavam lá fora. E aí um nego não podia, né? Nem entrar pra dentro, só ficava ouvindo a missa por fora, na parte de fora e não podia falar nada, só ia rezar quando chegava na senzala. E se falasse alguma coisa de Chibata ainda apanhava, apanhava até chegar ao ponto é de matar os negro porque ele reclamou de alguma coisa. Então isso é um é o lamento dos negro. (Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

Observa-se que a transcrição do canto *Lamento Negro* traz o negro escravizado para o centro da música, bem como as limitações de acesso à fé, impostas pelo senhor branco. Por outro lado, a presença da Senhora do Rosário sempre se manifesta com benevolência nesses cantos; ela é retratada como o suporte para os tempos difíceis nessas orações.

O canto está não só presente em Festas como a da Abolição ou do Reinado, mas integram o dia a dia Arturo. “É música da Nossa Senhora Rosário, pra tá nos ajudando. Normalmente a gente canta”. O capitão da Guarda entrecorta a entrevista com alguns cantos que entoa durante o cotidiano, como por exemplo: “Oh, mamãe/ ajuda eu, mamãe/ Ampara eu, mamãe/ Tem dó de mim!”). Esse tipo de louvor é cantado quando o devoto passa por algum obstáculo, por momentos difíceis do dia a dia: “a gente fala, ah, agora não tem como, no serviço, no dia a dia da gente, né? Um obstáculo. Aí cê canta esse tipo de música pedindo nossa a Nossa Senhora pra ajudar, pra amparar, né?”²⁹.

Há também os direcionados a agradecer após o alcance da bênção, como “Oh Senhora do Rosário/ Hoje eu vim para agradecer/ Hoje cedo levantei pedindo força/ a Senhora me deu

²⁸ Capitão Everton Eustáquio da Silva. Canto transcrito de entrevista concedida pelo capitão a Beatriz Chaves, 23 out. 2021.

²⁹ Capitão Everton Eustáquio da Silva. Canto transcrito de entrevista concedida pelo capitão a Beatriz Chaves, 23 out. 2021.

a força/ Vim aqui para agradecer” (Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021). Do acordar cedo para iniciar um ritual ao encerramento da Festa - e de outros ritos - existe um canto específico.

A história da retirada da santa das águas circula entre os membros da Comunidade e entre as canções. O canto executado durante a Festa constantemente narra esse ponto importante dos sentidos do Reinado: “Salve Rainha/ Lá no meio do mar/ Zum, zum, zum/ O mar que nos atrapaia/ Para no portão chegá/ Ajudá a rainha do mar/ Que manda na terra/ Que manda no mar (*Congo*) (GOMES; PEREIRA, 2000, p.356)”.

O modo como a santa escolhe e é acolhida pelos negros escravizados é rememorado como uma demonstração de afeto do sagrado pela comunidade. A ordenança dos ancestrais e a devoção são também cantadas:

É divera, povo bão
Vamo no Rosaro
No Rosaro de Maria
A coroa eu vô levá
A coroa é sagrada
Vamo visitá (Moçambique)

Oi, lhe peço licença
Mãe de Deus!
No Rosaro pra trabaiá (Moçambique)
(GOMES; PEREIRA, 2000, p.356)

Desse modo, os cânticos reproduzidos pelas novas gerações de capitães – entoados um dia por seus pais, avós e ancestrais - reproduzem em seus versos a história vivenciada por negros escravizados por meio dos mesmos enlances melódicos e textuais. Além disso, a musicalidade e relativa fixidez textual dos cantos garantem a salvaguarda de suas perspectivas sobre a escravidão. Ou seja, eles “explicitam a realidade vivida pelo negro e o processo de inferiorização que o racismo tenta impor desde o período da escravidão nos vários espaços e ambientes em que convivem negros e brancos” (SILVA; SOUZA, 2015, p.111). A lógica de reprodução desses cantos, além disso, pedagogicamente transmitem às crianças e visitantes a versão do negro sobre suas próprias vivências e sobre os sentidos que a Festa – e a Comunidade como um todo detém.

Por outro lado, a memória, principalmente a de matriz africana, constitui-se não apenas nas narrativas que os cantos reproduzem, mas também no *como* elas são executadas.

3.2 Valores de matriz africana expressos na voz Artura

Os valores e sentidos introduzidos por Fonseca (2012) em *referências culturais* encontram desdobramentos em outra discussão teórica, desta vez feita por Azoilda Loretto de Trindade (2010). A professora e pesquisadora identifica um conjunto de valores de matriz africana que percorrem os sujeitos negros e as culturas afro-brasileiras:

Ao destacarmos a expressão “valores civilizatórios afro-brasileiros”, temos a intenção de destacar a África, na sua diversidade, e que os africanos e africanas trazidos ou vindos para o Brasil e seus e suas descendentes brasileiras implantaram, marcaram, instituíram valores civilizatórios neste país de dimensões continentais, que é o Brasil. Valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração. (TRINDADE, 2010, p. 30)

Dos sentidos e valores de matriz africana anteriormente destacados por Fonseca, encontra-se a fé na presença e apoio dos negros que já se foram, mas que continuam a conviver com sua descendência, tal como na vivência entre Arturos. Entre estes sentidos e valores, encontra-se a devoção em Nossa Senhora, mãe dos pretos, filhos do Rosário. Esses sentidos resultam dos valores de matriz africana ressemantizados quando em contato com a fé católica. Esses valores civilizatórios de matriz africana grafam – se na memória, no corpo e na voz.

Segundo Trindade, eles influenciam o modo de ser e de sentir. Assim, destacaremos alguns valores, princípios que, de acordo com Trindade, se dão na forma de manifestar conhecimentos. A autora aprofunda a concepção desses valores ao argumentar que eles podem ser instrumentos pedagógicos; eles, assim, podem conduzir os métodos de ensino e aprendizagem, sendo eles a Energia vital, Oralidade, Circularidade, Corporeidade, Musicalidade, Ludicidade e Cooperatividade.

O canto enunciado, como indicado antes, tem motivações, temáticas e finalidades diversas. Quando focamos a Festa do Rosário, é possível observar que os cantos, enquanto instrumentos e método, preservam, mantêm traços das culturas de matriz africana. Essa rede de sentidos preservada por meio dos cantos pode expressar alguns dos valores descritos do por Trindade.

A noção de *Axé*, a energia vital, é aquela que movimenta os seres vivos. Tudo o que tem vida move-se pois tem essa energia. A oralidade, conforme destrinchado no capítulo anterior, não constitui-se apenas como um meio de externar, de comunicar. A *tradição oral* é, na verdade, uma característica que sobrevive entre as culturas afro-brasileiras. Ou seja, o hábito

de compartilhar as experiências do cativo através do cantar, das reuniões familiares, do convívio das práticas religiosas. O compromisso e peso que as palavras – cantadas ou não – assumem entre tradições de matriz africana demarcam um trajeto de manutenção de preceitos comuns às tradições orais. A afirmativa do capitão Everton de que os cantos podem ser vistos como *orações*, podem ser um indicativo dessa relação de compromisso firmado com a palavra falada – ou cantada – que as culturas afro-brasileiras têm.

A disposição em círculo em atividades de grupos é bastante comum. Na visão de Trindade, “a roda tem um significado muito grande, é um valor civilizatório afrobrasileiro, pois aponta para o movimento, a circularidade, a renovação, o processo, a coletividade: roda de samba, de capoeira, as histórias ao redor da fogueira” (TRINDADE, 2010: p. 34).

A corporeidade inclui os sujeitos e seus cinco sentidos no centro da interpretação dos bens culturais. Da cabeça aos pés, os sujeitos absorvem conhecimentos visto que o corpo é o caminho de *circulação e registro* do conhecimento. O canto, por exemplo, movimenta todo o corpo do congadeiro; seus passos coreográficos e voz traduzem significados ritualísticos visíveis para os participantes da Festa, ou apenas para os da Comunidade. O significar, assim, passa por todos os sentidos do corpo, os recebendo ou, por meio dele, transmitindo sentidos.

Enquanto a ludicidade trata do ensino e compartilhamento de conhecimentos por meio de referências em jogos e da imaginação, a cooperatividade lida com a capacidade de cooperação, ou seja, “a cultura negra, a cultura afro-brasileira, é cultura do plural, do coletivo, da cooperação. Não sobreviveríamos se não tivéssemos a capacidade da cooperação, do compartilhar, de se ocupar com o outro”. (TRINDADE, 2010, p.35)

Na Comunidade dos Arturos o senso de grupo é forte; surge dos laços familiares que conectam grande parte de seus membros, mas também se conecta aos preceitos do Reinado de Nossa Senhora e sua hierarquia. O Reinado é a missão do congadeiro e a sua manutenção é feita através do compromisso assumido com ele. As tradições e ritos como um todo da Comunidade articulam-se como grande mantenedores desses valores, oriundos da matriz africana. Nesse sentido e contexto, o canto funciona como um dos veículos desses valores, reproduzindo-os e transmitindo para gerações futuras.

3.3. O canto no contexto do Dossiê de Registro da Comunidade

Nos anos 2000 a Comunidade movimentou-se em prol do pedido de seu registro de Patrimônio Cultural de Minas Gerais e de outros documentos, como o pedido de regularização fundiária e o de autorreconhecimento enquanto *quilombo*. Em 2013 o grupo passa pelo processo

de registro e, após entrevistas, visitas dos pesquisadores IEPHA e recolhimento de material – fotografias, livros de cartórios e filmagens – no ano de 2014 os Arturos recebe o título de Patrimônio Imaterial de Minas Gerais. Antes disso, em 2004, a Comunidade, buscando a defesa de seus direitos enquanto descendentes de negros escravizados e mantenedores de conhecimentos ancestrais, escreve à Fundação Palmares declarando-se como quilombo³⁰.

Segundo dossiê e recentes declarações dos Arturos, toda a elaboração e reunião de material foi acompanhada ativamente pela Comunidade. O método de trabalho efetuado pelo IEPHA, conforme o dossiê, demonstra compreender a importância de se ter próximo a comunidade durante pesquisa e elaboração do material de registro.

(...) desde o primeiro momento, entendeu-se que a caminhada deveria ser necessariamente realizada com a Comunidade. A proposta então, era a de que os Arturos tivessem efetiva participação em todos os momentos da pesquisa, tornando-se agentes no processo de pesquisa. (IEPHA, 2014, p.20)

O peso desse Registro se revelaria também essencial para trabalhos semelhantes no futuro. Isto porque o registro da comunidade na categoria *lugares* foi primeiro a serem feitos pelo IEPHA. Nunca antes uma comunidade havia sido registrada nessa categoria. Logo, os caminhos usados pelos pesquisadores podem - ou não – reproduzidos em oportunidades futuras. Boa parte da participação da Comunidade é descrita pelos pesquisadores como muito presente, e interessada na pesquisa e em suas possíveis consequências. Segundo os autores do texto, a escolha atuação da Comunidade se dá por meio da noção de *referências culturais* e, por isso, o texto reforça que os Arturos foram ouvidos durante todo o processo. Isto se deu por meio de entrevistas, de visitas às residências do grupo, participação dos pesquisadores em suas atividades cotidianas³¹. Foi durante estas visitas que, segundo o dossiê, os pesquisadores IEPHA constataram que o material já produzido sobre a Comunidade, embora rico, apresentava lacunas sobre seu passado histórico. Lacunas e dúvidas essas que a pesquisa então realizada buscava retirar. Nas palavras do documento:

Ainda no desenvolver da história dos Arturos, foram observadas questões sobre a formação e o desenvolvimento do município de Contagem e da sua Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Nesse contexto, o foco de principal interesse, foi o de compreender como os Arturos e seus ancestrais atuaram

³⁰ Em 2011 a Comunidade entra com pedido junto ao INCRA/ MG de regularização fundiária. (IEPHA, 2014).

³¹ A Comunidade é descrita como muito presente na elaboração do dossiê, documento que inclusive conta com a revisão de alguns de seus membros, como Jorge Santos e mestre Bengala.

como sujeitos históricos em todas essas relações. A perspectiva é que a pesquisa, além de contribuir com o desenvolvimento do dossiê, contribua para que a Comunidade se aproprie e tenha acesso a essa parte de seu passado. (IEPHA, 2014, p.27)

De fato, o dossiê de registro da Comunidade volta-se, em boa parte, para a história do grupo, suas raízes etnográficas, a origem dos ancestrais do grupo. Tudo isso se dá através da investigação de documentos de Igrejas e de registros sobre chegada de escravizados africanos. Após páginas de discussão sobre a escravidão, a sociabilidade negra e os laços familiares afro-brasileiros, o texto conduz à comprovação de que a Comunidade dos Arturos tem, mediante fundamento documental, origem africana, mais especificamente, de Angola. No entanto, a Comunidade não apenas o sabe como também reproduz esse dado há décadas, por intermédio dos cantos.

“Ei, ora viva, viva povo!
Viva povo de Angola
Meu Rosaro tá no andô
Maçambique é de Nossa Senhora”
Moçambique

“Seo moçambiqueiro
Segura a Toada
Que o povo de Angola
Não é de caçoada”
Moçambique
(GOMES; PEREIRA, 2000, p.370)

O mecanismo utilizado na preservação de bens e memórias no interior de instituições ligadas ao patrimônio recorre ao registro escrito para compreender o passado escravista, como certidões e cartas de alforria. No entanto, no interior da memória coletiva, inscrita e expressa nos cantos de louvor à Nossa Senhora do Rosário, encontramos um potente instrumento de salvaguarda de memórias e sentidos de matriz africana, cujos meios de inscrição de saberes se dão por caminhos diferentes aos utilizados convencionalmente em sociedades ocidentais.

O dossiê, por fim, não oferece muitos detalhes sobre como se deu a condução e descrição dos bens, mas indica que o pedido de patrimonialização partiu do próprio grupo e que além das entrevistas gravadas, a base de apoio teórico dos pesquisadores foram fontes como Gomes e pereira, Glauro Lucas e Romeu Sabará. Esse trabalho também contou com entrevistas de membros da Comunidade, o que representou, segundo o documento, a fonte oral do registro.

Esse documento, assim, teve como finalidade descrever a história do grupo, priorizando, em primeiro momento a árvore genealógica e as redes de suporte dos avós dos fundadores do

grupo, Arthur Camilo e Carmelinda Maria da Silva. Para tanto, buscaram os principais meios de registro escravo que ainda restaram e pesquisas anteriores concedidas na década de 1980 a pesquisadores. A Romeu Sabará (1997), a senhora Josina Januária resgata algumas memórias sobre seus avós e pais. A partir dessa entrevista, por exemplo, constata-se mais uma vez a descendência de matriz africana dos Arturos, dessa vez destacando que as origens comuns aos povos da região da Angola.

Eram da África. Todos dois a língua era igual. O nome da minha avó era Maria Conga de Jesus. Meu avô chamava Filipe. Minha mãe chamava Felisbina Maria de Jesus e meu pai... sabe o que é muié na língua dê? – Não –. -Sabe que é home na língua dê? – Não –. Nem a reza deles sabiam ensiná. Vó gostava de fazê angú, fijão e torresmo. Minha avó de África, pequena, ês robaro ela pequena. Tinha esses BAETA, esses roubavam os meninos da mãe. Era residente do Avô da cumadre Candinha – José Antônio – fazenda Bom Jesus. Mamãe nasceu na fazenda do compadre Joaquim Marcelino Ferreira. (IEHPA, 2014, p.32)³²

Os nomes usados para fazer referência aos familiares, auxiliou os objetivos do IEPHA: narrar um pouco da história artura, fazendo alusão a longa trajetória que os membros construíram nas terras onde hoje habitam. Ou seja, o material leva o autor a uma viagem no tempo, suscitando alguns pormenores da descendência artura: nome de bisavôs, a região de origem e os senhores brancos. Da fala Josina Januária, assim, foi resgatado os nomes dos proprietários de seus avós e, inclusive, que um dos ancestrais ainda fazia de línguas africanas no Brasil.

Tendo como apoio de pesquisas e conversas gravadas entre membros da comunidade e pesquisadores, o dossiê foi construído. Observa-se que o papel dos cantos ocupa espaço menor nesse material e o mesmo ocorre nos outros documentos, como o Inventário. Cabe que discutamos como os cantos são no dossiê desenvolvidos: a primeira aparição dessas construções musicais se dá a partir do termo *pontos*. Em glossário, a definição é: “ponto que se caracteriza por letra e melodia de canto sagrado. É prece evocativa cantada que tem por finalidade atrair e homenagear os ancestrais e as divindades espirituais”. (IEPHA, 2014, p.14-15)

O uso da palavra *prece* na apresentação do conceito vai ao encontro com as falas do capitão Everton; o canto, ou prece, ou oração, nesse sentido, manifesta-se como o intermédio, o canal de contato entre devoto e a espiritualidade. Seu papel de mantenedor de memórias, entretanto, não recebe destaque ao longo do documento. Embora a tradição oral seja citada ao

³² Entrevista concedida a Romeu Sabará em 1972. (SABARÁ, 1972, p. 166).

longo do texto, as produções da comunidade que se articulam no espectro das tradições orais e que emergem na superfície das práticas rituais dos filhos de Arthur não são desenvolvidas ou aprofundadas no material como tal. Ou seja, o procedimento poderia ter desenvolvido o canto enquanto prática social e instrumento discursivo do Reinado que expressa memórias e inscreve, nas releituras e composições novas dos cantos, informações extras e novas perspectivas negras.

explicitam a realidade vivida pelo negro e o processo de inferiorização que o racismo tenta impor desde o período da escravidão nos vários espaços e ambientes em que convivem negros e brancos. No Congado há uma teia de significados e de elementos que compõem a recriação simbólica da África, dos antepassados até os dias de hoje. (SILVA; SOUZA, 2015, p. 111)

Os cantos não apenas compartilham as narrativas ancestrais, mas também traduzem o *ser afro-brasileiro* na diáspora. Eles indicam a visão de mundo de sujeitos negros, suas perspectivas sobre circunstâncias racistas pelos quais são submetidos e pelos quais seus ancestrais também foram. Os acessos negados à Igreja, o racismo vivido cotidianamente, o profundo afeto por Nossa Senhora do Rosário, o compromisso projetado na devoção são algumas das perspectivas negras trabalhadas ao longo dos cantos do Rosário. Esses cantos trazem à superfície da Festa, raízes, heranças africanas; e também se articulam como espaço devocional que permite externar, a fé, carinho com o Reinado e usar a sua própria voz para por si mesmo falar sobre o que sente e o que vive como um sujeito negro.

Claro, como manifesto pela Comunidade e pelo dossiê, o *ser ponto* de fato corresponde às características do canto, sendo, inclusive sua usabilidade comum entre os membros. Aqui destacamos que além de estreitar o contato com os ancestrais e os invocar ao presente, à execução da Festa, o canto também está a manter formas, construções musicais, rítmicas conjugadas às narrativas comuns à matriz africana no Brasil. Segundo Martins (1997), inclusive que “a veneração dos ancestrais funda a visão de mundo banto e se constitui num dos elementos fundamentais de inserção dos códigos culturais africanos no tecido da cosmovisão cristã, reformando-a africanamente” (MARTINS, 1997, p. 149).

Por tratar-se de uma construção musical que assume diferentes finalidades no interior dos rituais em louvor a Nossa Senhora e à ancestralidade negra – além de movimentar sentidos, despertar emoções, registrar memórias e formular dentro de uma lógica sonora e rítmica novas composições a narrativas – a canto da Festa simboliza uma estrutura linguística característica dos Reinados que carecia de páginas descritivas sobre ela no registro.

É reconhecida a importância dos cantos ao longo das celebrações e sua relevância na performance e na ritualística sagrada artura é constante retomada nas vozes dos pesquisadores IEPHA. Entretanto, o detalhamento sobre eles é ocasional e citado apenas sob a orientação de um rito. Observemos a descrição breve de um rito do Candombe:

A cerimônia acontece no interior da capela do Rosário e consiste em tocar os candombes, percutidos pelas mãos, enquanto um grupo de homens, mulheres e, eventualmente, crianças propõe pontos (cantos) e dançam. Antes de iniciar o rito é preciso pedir licença aos tambores. Segundo os participantes, os cantos propostos no Candombe são os pontos que eram cantados pelos escravos e tinham significado secreto, usado para se comunicarem. (IEPHA, 2014: P.77)

O fragmento exemplifica um pouco do que ocorre ao longo do dossiê. A descrição é feita na tentativa de abarcar a complexidade da performática do Candombe enquanto ressalta a ancestralidade que os cantos carregam consigo: esses eram os cantos entoados pelos escravizados. A transcrição demonstra preocupação e cautela com relação ao modo como é apresentado o Candombe, no entanto, o material pouco descreve a melodia das canções, ou transcreve os textos dessas elaborações. Apresentá-los, mesmo que por meio de poucos versos, apontando suas características e alguns dos sentidos que reúne, enriqueceria o material. Além disso, a exposição de tais produções traria à tona as construções do Reinado de Nossa Senhora cujos tambores e versos atraíram a santa aos Moçambiqueiros.

Há, por outro lado, a observância de que os cantos estão associados à tradição oral:

Na condução dessas pesquisas os estudiosos utilizaram como principal fonte a oralidade, visto que, a própria memória dos Arturos foi e é construída essencialmente sob a ótica oralidade, visto que, a própria memória dos Arturos foi e é construída essencialmente sob a ótica dessa transmissão, sendo rememorada nas suas expressões culturais, nos seus cantos, nos momentos de ensinamento e principalmente no seu cotidiano. (IEPHA, 2014: P.25)

Esse breve destaque demonstra que é de conhecimento geral que os cantos e a paisagem sonora do Reinado são manifestações das expressões culturais, como a Festa de outubro ou o Candombe. Eles são também uma forma das culturas de tradição oral se manifestarem, de comunicarem através do corpo e de seus canais de sentidos. Os cantos não apenas enviam mensagens, mas interligam pessoas. A *palavra* que neles se reúnem, é, na verdade:

produto de uma interação em dois níveis: o nível individual e o nível social, porque a palavra é proferida para ser ouvida, ela emana de uma pessoa para

atingir uma ou muitas outras; comunica de boca, orelha a experiência de uma geração à outra, transmite àse concentrado dos antepassados a gerações do presente. A palavra é interação dinâmica no nível individual porque expressa e exterioriza um processo de síntese no qual intervêm todos os elementos que constituem o indivíduo. (SANTOS, 1988: p. 49)

As palavras, como dito no capítulo anterior, são únicas e isso assume proporção distinta quando observamos sociedades cujo histórico pauta-se nas tradições orais. A expressão oral renasce constantemente. No contexto das Festa de Nossa Senhora, os versos aliam-se aos sons e ritmos que embalam corpos e gestos, somatizando, na performance, “as possibilidades de significância e eficácia da linguagem ritual” (MARTINS, 1997: p. 149).

Essa gama de possibilidades, entretanto, traria às páginas do dossiê outros aspectos sobre a produção cultural dos Arturos, a saber as construções sonoras e narrativas inscritas em seus versos. Os improvisos que os cantos possibilitam, a estrutura dos cantos, a lógica métrica que há por trás deles, as histórias e narrativas que eles carregam, por exemplo, carece de aprofundamentos.

Trabalhos como os de Glaura Lucas são valiosos nesse sentido. A etnomusicóloga gravou os sons dos tambores e as vozes de mestres do Reinado nos anos 2000. Seu trabalho rendeu um CD e a transcrição dos cantos, mas esse material tem acesso limitado e atualmente não ocupa o banco de dados online do IEPHA. A riqueza que tais produções reúnem, sendo descritas durante o dossiê aprofundaria os modos de ver da Comunidade e traria aos registros públicos um banco de informações mais completas sobre as musicalidades e versalidades que as culturas de matriz africana reproduzem e mantêm. Ou seja, mídias acessíveis com essas produções, como CDS, outros formatos de áudio ou transcrição de algumas cantigas trariam ao dossiê contribuições adicionais à documentação.

Por fim, conforme demonstra a comparação entre cantos diferentes (os transcritos para este trabalho e cedidos em trabalho de campo por Gomes e Pereira (2000), o canto pode ser entendido como um formato relativamente fixo de produção textual e sonora capaz de produzir novas composições a partir das estruturas já existentes e, nesse processo, manter a estética, o campo semântico das produções e também a memória de matriz africana nelas contidas.

3.4 Os efeitos do título de Patrimônio Imaterial na Comunidade

Os apontamentos aqui feitos pretendem acrescentar horizontes de possibilidades às atividades e conclusões que o dossiê suscita, mesmo porque o trabalho feito pelo IEPHA executa as expectativas de um documento como este: faz levantamentos descritivos da

Comunidade enquanto levanta diálogos teóricos pertinentes à história dos Arturos e da diáspora negra no Brasil. É importante, entretanto, indicar cenários em que haja maior completude do material produzido. Ou seja, é possível não apenas indicar as faces da Comunidade e seus bens por intermédio de outros pesquisadores, mas também incluir nos planos de salvaguarda os meandros das expressões culturais, a saber as construções musicais – aqui sintetizadas na expressão *cantos* – elaboradas no seio da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

De todo modo, entre as produções do IEPHA acerca da Comunidade encontram-se um (01) documentário, um (01) Inventário de Bens Culturais, Dossiê e seus anexos. O Documentário de Registro Bem Imaterial, produzido em 2013, tem duração de 1h18', apresenta a Comunidade, sua devoção e alguns pilares de suas crenças por meio de entrevistas e filmagens do cotidiano do grupo. As gravações são bastante sensíveis e percebe-se que a principal intenção é fazer uma apresentação geral de quem é o grupo e sua história. A extensão da produção artura não é detalhada, mas sim citada rapidamente. Os cantos, por exemplo, acompanham todo o trabalho final do documentário, embora não sejam desenvolvidos com profundidade.

O Inventário descritivo elenca os bens, lista ingredientes de receitas, o passo a passo das celebrações organizadas. Além disso, traça a origem das Guardas de Congo e Moçambique, as suas funções nas celebrações, cores, instrumentos usados, as funções dos capitães, dos reis e rainhas. Formado e organizado na lógica de ficha catalográfica, o inventário encarrega-se de se ater a detalhes específicos da Comunidade. Caso observemos a ficha da festa de outubro, por exemplo, observaremos que em sua identificação o nome do festejo é “Festa do Rosário”. Sua descrição se dá pelas fichas Identificação, origens documentais ou atribuídas (relatando como surge a Festa), Descrição, Transformações e permanências, Espaços para a realização, área de abrangência, Elementos Relacionados, Modelo de organização, Coomentários, Entrevistados, Documentação Fotográfica, Anexos (sinalizando que o áudio não se aplica, mas sim as imagens encaminhadas ao documentário), Referências e Ficha Técnica. Essa última evidencia a participação de membros³³ da Comunidade na revisão de todas a fichas da Festa.

O dossiê, por outro lado, empenha-se em apresentar, em termos gerais, aspectos conceituais dos campos da História, Antropologia, Sociologia e os aplica no entendimento do grupo na discussão de sua relevância entre as culturas de matriz africana. Assim, fazendo uso de autores da intelectualidade dessas áreas de saber, levanta-se aspectos importantes sobre o

³³ Segundo a ficha, João Batista da Luz e Jorge Antônio dos Santos foram os consultados na revisão das fichas. (IPAC/ IEPHA, 2014, p.40)

grupo. Os bens inventariados são descritos a partir de questões históricas e geográficas. Ofícios de alforria, documentos de cartórios e cartas escritas pela própria Comunidade (como as que requerem o autorreconhecimento de quilombo), ocupam os Anexos do texto. Entretanto, esse material não se encontra disponível para pesquisa na internet³⁴.

A Comunidade adquiriu também o título de patrimônio imaterial do município de Contagem, mas os documentos do procedimento não foram encontrados. Apesar desse obstáculo, em conversa com o capitão Everton Eustáquio, é possível observar que a prefeitura tem auxiliado a demarcação de terras que hoje estão constantemente sofrendo ameaças de invasões invadidas. Terras essas que foram compradas por Athur Camilo, na intenção de manter seus descendentes unidos, para que não vivessem o distanciamento familiar vivido por ele. Nas palavras do capitão Everton, Arthur Camilo afirmava “então eu quero meus filhos todos junto comigo³⁵” e continua:

Ele veio e comprou esse terreno aqui em Contagem, né? Aquele adquiriu, né? (...) E aí já trabalhando, consegui comprar esse terreno e aonde que ele criou os filhos todos aqui dentro. Essa família imensa, nesse nosso território e de lá pra cá a gente vem lutando, preservando a nossa cultura, não é fácil. Não é fácil devido hoje em nossa volta tem empresa de um lado, você vê por cima cê vê como que tá os prédios, na nossa divisa. (Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

A pressão da especulação imobiliária vem acompanhada de visitas aos cartórios. Pequenos empresários e vizinhos, por vezes, buscam averiguar a situação em cartório do terreno, verificando quais espaços do agrupamento é possível ocupar. Quando não, acontecem paulatinamente a invasão do espaço, visto que ainda existem espaços que carecem de regularização fundiária por parte do INCRA/ MG. Sobre isto, capitão Everton coloca que “a especulação imobiliária está aí, como nós temos terreno ainda lá em cima, né? Bem próximo aí da área verde, nós sofremos várias pressões esse mês [outubro] de especulação imobiliária”.

A fala do capitão indica uma das principais preocupações do grupo: a regularização de alguns espaços do terreno que vem sofrendo com invasões por parte de vizinhos e de empresários interessados em construir prédios e ocupar indevidamente terras utilizadas para plantio de ervas sagradas, usadas em bezenções.

³⁴ Documentário, Inventário e Dossiê – com excessão dos Anexos do Dossiê – estão atualmente disponíveis virtualmente ao público.

³⁵ Capitão Everton Eustáquio da Silva, Guarda de Moçambique em entrevista concedida a Beatriz Chaves, 23 out. 2021

Uma das pesquisas mais importantes sobre os Arturos, efetuada por Gomes e Pereira nos anos de 1980 destaca as características rurais da Comunidade da época. Enquanto o espaço ao redor mudava a aparência, urbanizava-se, os Arturos mantinham algumas práticas voltada aos cuidados de animais e da terra.

O encontramos atualmente é um outro cenário: segundo relatos de membros do grupo, o trato de animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, não é mais comum há alguns anos. Entretanto, parte da formação do grupo se debruça sobre a concepção de *quilombo urbano* que:

Pareciam pequenos povoados. Localizados bem próximos das cidades, tinham casas de pau-a-pique, construídas com barro e pequenos troncos de árvores. Plantados em clareiras na mata, os casabres eram rodeados pelas criações de cabras, galinhas, porcos e animais de estimação. Com o tempo, os quilombolas fizeram pequenas rodas de milho e mandioca (...). (CASTRO, 2009, p. 25).

O território ocupado pelos Arturos e por suas expressões culturais manifestam, na Contagem contemporânea conhecimentos do Reinado, ensinados por gerações sobre o manuseio de ervas, dos tambores, os pontos fortes para alcaçar respostas e proteção de demandas. Esse espaço, o território que faz ocupar esses saberes, também é sagrado. É *locus* onde negros escravizados, ou em situação semelhante à escravidão, existem quando homenageados e rememorados em cantos; se fazem presentes durante a celebração de festas e no tocar dos sagrados tambores. O espaço assim, é uma categoria fundamental para a Comunidade e foi esse fator que levou o grupo à patrimonialização em tal definição, a categoria lugares.

Nesse sentido, a solicitação de patrimonialização e o registro trouxeram consequências positivas ao território da Comunidade. Por meio dos documentos de registro junto ao IEPHA e à secretaria de Cultura de Contagem, é possível pleitear a devolução de espaços, fiscalização e a regulamentação fundiária.

Apesar disso, após o processo vivido, não se observou efeitos imediatos da patrimonialização, mas as consequências a longo prazo deram aos Arturos visibilidade de sua luta e força de resistência. Nas palavras de Everton, após ser reconhecida como patrimônio de Minas Gerais a expectativa da Comunidade aumentou bastante:

Então, ficou muita expectativa pra comunidade, né? O que vai ser? E aí? Vai ser patrimônio? E vai e aqui que vai acontecer? Entre aspas, ficou no papel,

né? O modo de dizer, na prática mesmo pra população da comunidade ficou no papel, mas questão burocrática, as coisas evoluíram, a gente conseguiu ser reconhecido como ponto de cultura do Estado, né? Do Brasil. Do Brasil ponto de cultura, do estado também, do município. Deu ênfase no nome Arturos, né? Bastante. Cê pode ver que através desse inventário, através desse patrimônio, a gente. Como diz o outro, passamos, passamos divisas, né? Saindo fora do estado de Minas, do Brasil inteiro. (Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

O registro junto ao IEPHA trouxe à tona aquilo que a Comunidade já articula há anos, a preservação de bens culturais de matriz africana. Antes, claro, pesquisadores já vinham trabalhando no reconhecimento do grupo, mas a documentação formal, redigida por intermédio do estado mineiro, funcionou como “atestado” e facilitador burocrático nos processos da regularização do território, o que está em trânsito nos dias atuais.

A relevância do grupo se dá também em outra dimensão da compreensão do espaço. Mesmo demarcada espacialmente, a Comunidade “extrapola os limites formais aos quais ocupa” (IEPHA, 2014, p.14). Ou seja, o território habitado pelos Arturos foi estabelecido como um campo de valores culturais, tradições e devoções ao Rosário. O sistema de sentidos que movimentam e impulsionam as expressões culturais da Comunidade definiram o espaço simbólico ocupado por eles. A relação entre espaço físico e simbólico compartilhado em Contagem “fixaram a Comunidade dos Arturos no contexto local e regional e estabeleceu uma identidade ao seu redor” (IEPHA, 2014: P.14).

A Comunidade é conhecida nos arredores do município, funcionando como ponto de referência geográfica na região. Mestre Bengala, inclusive, destaca que:

Todo mundo sabe exatamente [onde a Comunidade está]. É graças a Deus. Já virou referência. Do bairro aqui, né? Por exemplo, o bairro Jardim Vera Cruz. Você fala o bairro Jardim Vera Cruz, cês fica pensando, nossa comunidade dos Arthur, né? A maioria do povo conhece mesmo. (Capitão José Bonifácio, Mestre Bengala, 2021)

Os trabalhos de Gomes e Pereira (2000) e de outros pesquisadores também são sempre citados pelos capitães entrevistados como contribuições importantes à Comunidade. Mestre Bengala relembra que:

Nós da comunidade ficamos muitos anos preso, muito tempo preso aqui”. Através, da professora Cláudia, da Núbia, do Edmilson e outras pessoas, né? Foi abrindo o leque. Hoje a comunidade é conhecida, é nacional e internacional também. Através disso daí, através do pessoal que vieram buscar, trabalhar junto com a gente aqui, pesquisar e levar a pesquisa para, né? (Capitão José Bonifácio, Mestre Bengala, 2021)

Antes, porém, familiares e padrinhos negros dos Arturos, já no século XIX ocuparam a região da antiga São Gonçalo de Contagem. Assim, os capitães trouxeram o destaque às entrevistas de que, na verdade, os Arturos e seus antepassados chegaram à atual Contagem quando ela ainda não o era. A história Artura surge não apenas com Contagem, mas antes, quando o município era conhecido por outros nomes. Sobre isso, Everton afirma que:

Então, nós somos mais antigos. Mais velhos que o próprio município de Contagem, a própria cidade de Contagem. Já existia. Então assim, nosso bisavô que é Camilo Silvério. Ele casou com Felisbina e teve Arthur Camilo. Descendente de Angola, né? Da África. (Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

O dossiê tende a dar ênfase a esse aspecto histórico da Comunidade para fundamentar o registro e fortalecer as frentes que lutam hoje pelo reconhecimento das terras do grupo. Esse território é palco de múltiplas atividades culturais e tradições negras vividas entre os Arturos, como a Bezenção, culinária, Folia de Reis e Festa do João do Mato, Festa do Rosário, Canbombe, entre outros bens. Assim, a Comunidade representa, em si, memórias do município e do estado. Nos dias atuais, o grupo integra um dos principais patrimônios do município e atua como ponto de cultura e da religiosidade negra da região. enquanto patrimônio discutindo sua representação e peso na Contagem contemporânea.

Atualmente a prefeitura de Contagem busca fazer uso de algumas medidas para conter a invasão, como fiscalização constante, mas, por vezes, apropriações indevidas ainda acontecem. A mobilização da prefeitura dá movida ao fato de que o grupo é também patrimônio do município, reconhecido não apenas pela secretaria de cultura, mas também pela população no entorno. Chegar à Comunidade é fácil pois moradores do município conhecem o espaço e as expressões que elas detêm.

Por fim, a burocracia documental que a Comunidade enfrentou junto ao IEPHA, aliada à difusão que o Reinado do Rosário tem na região, são alguns dos instrumentos que tem justificado a fiscalização municipal. Apesar da adesão de Contagem, o relato de Everton indica haver entre a população preconceito sobre os descendentes de Arthur Camilo. Por ser um quilombo integrado à cidade, com características que destoam do bairro ao redor, alguns episódios de discriminação ainda acontecem:

Então, isso é difícil. É difícil devido o mundo que a gente de hoje em dia, muito preconceito. Muito preconceito. Nós por ser um quilombo urbano... Você percebeu que a nossa comunidade tá no centro de Contagem. Normalmente você fala assim, ah, quero vou conhecer um quilometro, a pessoa, um lugar que é no interior, mais afastado, não, aqui tá no centro de Contagem. Então, até pra gente tá fazendo as nossas manifestações, o pessoal do trânsito não respeita, a gente tá fazendo a nossa procissão, sabe? Então, é muito difícil. mesmo. Então, a gente tem que lutar, resistir mesmo, se a gente for, entre aspas, se olhar a dificuldade, a gente não ainda não consegue fazer as coisas. A vantagem nossa, foi nós ser uma família e morar próximo. Isso já vem dentro da barriga das mães. Aí vem dentro das barrigas. As mães frequentam, então os filhos já vivem daquilo, já nasce dentro do reinado. (Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

Além disso, o capitão cita casos em que o preconceito com os Arturos, como “quando as vezes a gente vai chegar numa empresa esse tipo de coisa, ah sei lá, eu moro lá nos Arturs, na comunidade pessoal, então agora é gente diferente, já tem aquele olhar assim, sabe?”³⁶

3.5 A Comunidade dos Arturos em tempo de pandemia: perdas, sobrevivências e reexistências

O ano de 2020 foi particularmente difícil para os a população afro-brasileiros; em relatório emitido pela segundo dados colhidos pela Health ar Glance da OCDE³⁷ em 9 de novembro de 2021, a pandemia de COVID-19 trouxe expressivas consequências negativas sobre populações frágeis economicamente, negros e indígenas:

No Brasil, o risco de mortalidade por Covid-19 foi 1,5 vezes maior na população negra, apesar de haver uma maior taxa de incidência entre a população branca, e negros e pardos brasileiros internados em hospitais tinham 1,3 vezes a 1,5 vezes mais risco de mortalidade em comparação com brasileiros brancos”, descreve o relatório. (CNN BRASIL, 2021)

A vulnerabilidade econômica e social em que os povos negros se viram submetidos nos tempos de cativeiro, como enfaticamente canta os Arturos em seus louvores, ficou mais uma

³⁶ Capitão Everton Eustáqui da Silva, Guarda de Moçambique da Comunidade dos Arturos, entrevista concedida a Beatriz Chaves, 23 out. 2021.

³⁷ OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Sediada em Paris, a OCDE é uma organização internacional que possui representantes de 35 países, entre potências econômicas e parceiros-chave, como o Brasil. Seus representantes reúnem-se para pensar políticas econômicas com objetivo de fortalecer o desenvolvimento dos países parceiros. A OCDE tornou-se uma fonte importante de soluções para políticas públicas em um mundo globalizado. (Ministério da Economia, BRASIL. <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/ocde0>, acesso em dezembro de 2021)

vez clara durante esta pandemia. Os óbitos causados por essa doença se devem também ao pouco ou dificultoso acesso a bons serviços médicos. Postos de atendimento da saúde pública, com o aumento de internações pela doença, levou a filas enormes de espera, aumentando consideravelmente as chances de graves complicações do quadro infeccioso. Infelizmente, este cenário – ainda atual – trouxe perdas aos Arturos, levando consigo membros que pertenciam a um outro público sensível às complicações da doença, os mais velhos.

O tão temido chegou dentro da nossa comunidade, o vírus mesmo, né? Muitas pessoas se infectaram. Com essa doença, perdemos, membros da nossa família, pra nós foi muito difícil perdemos Geraldo Vieira, José Batista, Maria Auxiliadora que é esposa de Tio Mário, Maria Antônia que é filha dele. (Capitão Everton Eustáquio da Silva, 2021)

Os idosos dentro das famílias negras e de povos tradicionais assumem a responsabilidade de guardarem saberes sagrados e os compartilham quando e como necessário. Os sujeitos, no interior dessas culturas, representam o patrimônio vivo afro-brasileiro pois sobre eles paira a necessidade de *lembrar*. Eles são, assim, meios para um passado que não existem mais, no entanto, ao contar histórias sobre seus pais, seus avós, como as casas e os bairros eram, os mais *velhos* fazem com que o passado mais uma vez se presentifique e leva as gerações mais novas a familiaridade com costumes, modos, lugares, roupas, histórias que não conhecemos (BOSI, 1994).

Mestre Mário Braz da Luz, como citado por Everton, foi um dos membros faleceram devido o cenário atual. O último filho da primeira geração da família participava ativamente na Comunidade e no município de Contagem. Mestre Mário era patriarca dos Arturos e mestre benzendor, detentor de extenso conhecimento sobre plantas medicinais, as quais cultivava na Comunidade. O conhecido mestre da região realizava seus atendimentos por horas³⁸, apesar da idade. Sua esposa, a sr^a Maria Auxiliadora da Luz, em entrevistas à imprensa e ao documentário IEPHA, demonstrava o suporte que oferecia às consultas de seu marido, ajudando-o nos procedimentos rituais.

Em maio de 2021, o IEPHA manifesta pesar pela triste perda do sr Mário e sua esposa, a sra Maria Auxiliadora:

³⁸ Durante visita que fizemos à Comunidade, demais visitantes lamentavam a triste perda do benzendor e de sua esposa. Compartilharam conosco relatos de cura que viveram por meio de suas mãos, comentando conselhos que sr. Mário sempre transmitia.

Figura 25: Mestre Mário Braz da Luz



Fonte: Comunidade dos Arturos ao G1

Figura 26: Nota de pesar Mestre Mário Braz da Luz

 **Nota de pesar: Mário Braz da Luz, da Comunidade dos Arturos**



07/05/2021 - 16:27

Notícias

É com muito pesar que o Instituto Estadual do Patrimônio do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) recebeu a notícia e lamenta o falecimento, nesta sexta-feira (7/5), de Mário Braz da Luz, conhecido como seu Mário, membro da Comunidade Quilombola dos Arturos, em Contagem.

Nascido na Fazenda do Macuco, em 02/02/1933, Mário Braz da Luz se mudou para a área onde hoje é a Comunidade dos Arturos, aos nove anos de idade. O patriarca da família, Arthur Camilo Silvério, foi um pai rígido e, segundo Seu Mário, "ensinou nós tudo a trabalhá". Mário se recordava que aos seis anos de idade já "carreava" (andava no carro de boi), mesmo sem conseguir abrir as porteiras, momento em que sua irmã mais velha, Juventina, o ajudava.

Já morando no território da Comunidade, empregou-se nas fazendas próximas e assim carreava e tirava leite. Ele sempre agradeceu ao pai pelo gosto adquirido pelo trabalho: "graças a Deus, ensino nós tudo a trabalhar [...] o tostão que é docês é docês, o que é dos ôtros não põe a mão".

Acostumado desde pequeno à vida rural e às coisas ligadas aos animais e às plantas, seu último trabalho fora da Comunidade foi como caseiro em um sítio, onde se aposentou.



Fonte: IEPHA, 2021

Figura 27: Nota de pesar Maria Auxiliadora da Luz



Fonte: IEPHA, 2021

A perda se estendeu e outros membros, como a filha mais velha do casal, a senhora Maria Antônia Vieira. Além disso, segundo relatos de Everton, uma onda de desemprego e problemas financeiros tornaram a experiência vivida pela COVID ainda mais amarga. As últimas celebrações da Festa foram as primeiras em décadas sem o patriarca Mário da Luz, um cenário extremamente atípico, visto que as atividades do grupo, reuniões, encontro de conselho, passavam pelo mestre benzendor. Nas palavras do Capitão Everton, “Nosso patriarca, o nosso capitão mor, é a pessoa que tudo passava por ele. A gente podia administrar, podia fazer todas as reuniões, mas tinha que passar por ele pra ver se ele dava o aval ou não”.

Por outro lado, mestre Mário sempre incentivou, seguindo os preceitos de seus avós e pais, que a Comunidade nunca ficasse sem ao Reinado, Festa do Rosário, mesmo que houvesse o seu falecimento. Sua recomendação era: “se eu morrer hoje no dia da festa, cês me sepultam lá, me enterram lá, voltem a dar continuidade à festa. Nunca deixe de fazer a festa³⁹.” Apesar das orientações, em 2020 o Reinado, por medidas de segurança, não aconteceu. Em 2021, as celebrações do ano voltaram aos poucos, embora restritas aos membros da Comunidade.

³⁹ Capitão Everton Eustáquio da Silva. Guarda de Moçambique da Comunidade dos Arturos, entrevista concedida a Beatriz Chaves, 23 out. 2021.

Apesar das dificuldades, a Comunidade se mobilizou intensamente nos últimos anos para garantir que não houvesse grandes prejuízos entre os seus. Os Arturos, mobilizaram-se para iniciar novos projetos, dialogando com as leis de fomento à cultura, como a Aldir Blanc, e junto ao município de Contagem.

Sendo quilombolas, em abril de 2021 a Comunidade recebe com prioridade lotes de vacina contra a COVID-19, aplicadas pela prefeitura no espaço habitado por eles, bem como visitas de desinfecção das casas e dos espaços compartilhados por todos.

Além dessa bem sucedida articulação com o município, as leis de incentivo à cultura foram facilitadoras para novas atividades e novos horizontes para o grupo, apesar do cenário adverso. Atualmente, os Arturos contam com o ponto de Cultura Carmelinda Maria da Silva, espaço que no interior de seu território recebe diferentes oficinas que visam a valorização das diferentes formas do ser negro. Oficinas que ensinam a culinária da Comunidade, a trançar cabelos afro, produzir instrumentos musicais, uso de turbantes e a fabricar artigos religiosos. Boa parte delas foram executadas e gravadas pelos membros ao longo de 2021.

Acerca das oficinas aprovadas por eles, em postagem em suas redes sociais (Instagram), o perfil oficial da Comunidade declara:

Apresentamos as 07 propostas de microprojetos selecionados, que apresentaram maior potencial de contribuição para a preservação e difusão da história, usos e costumes relacionados à devoção a Nossa Senhora do Rosário, às tradições afro-brasileiras e africanas que salvaguardam saberes, conhecimentos, celebrações, danças, formas de expressões portadoras de referência a identidade, a história e memória bem como a valorização e divulgação da atuação cultural na transmissão e perpetuação dos bens culturais materiais e imateriais, com atuação comprovada no município de Contagem, que tiveram suas atividades prejudicadas em função da pandemia COVID-19, e que não foram contempladas em editais, seleções ou credenciamentos da Lei Aldir Blanc. (Comunidade Quilombola dos Arturos. Contagem, outubro de 2021, Instagram @quilombo.dos.arturos)

Atualmente, a Comunidade é protagonista na organização de eventos que discutem questões raciais de modo a estender seus métodos de preservação de memórias, e não apenas os agrupados nas coreografias e expressões musicais. Muitas atividades estão sendo incluídas na programação dos Arturos, fazendo com que haja diversificação de tarefas e contínua propagação, divulgação e reconhecimento do grupo no Brasil e fora dele. Atualmente o reconhecimento dos esforços da Comunidade transcende o município e Minas Gerais, alcançam outros estados e países.

Um dos primeiros trabalhos de grande repercussão sobre os Arturos foi o desenvolvido por Gomes e Pereira, durante a década de 1980. Até essa década, o grupo estava relativamente isolado, mas sempre dedicado a passar adiante os saberes do tronco “véio” (GOMES; PEREIRA, 2000), de Arthur Camilo. Suas práticas, até esse período, ainda eram predominantemente rurais, como o cuidado de hortas e pequenos animais. Décadas após essa pesquisa, com o reconhecimento enquanto patrimônio do estado de Minas Gerais e pelo município de Contagem, percebe-se que o grupo é, atualmente, um espaço diferente do descrito por Gomes e Pereira em muitos aspectos.

Hoje os Arturos exercem sua autonomia em busca de direitos e atua politicamente no município. Desenvolve seus próprios projetos e reinventa-se diante das adversidades. Como fundo dessas iniciativas, encontra-se uma de suas forças motriz, a dedicação à proteção da memória ancestral e da rede de sentidos que ela desperta.

A movimentação burocrática em torno do título de patrimônio de Minas Gerais – e de Contagem – abriu portas à Comunidade e facilitou que o território que habita hoje seja visto como não apenas um terreno comum, mas sim locus simbólico de cultura afro-brasileira. Neste sentido, a proteção às terras é um caminho importante para salvaguardar os direitos da comunidade enquanto quilombo urbano e de proteger a rede de sentidos de seus sujeitos detentores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O canto que introduz e conduz o asteamento de bandeiras, a recepção de diferentes grupos de Congado e materializa preces, pode receber diferentes terminologias: oração, louvor, canto, paisagem sonora, ponto, cantiga. Além disso, sua aparição não se restringe apenas a essa celebração Artura, mas também conduz outras muitas cerimônias, como no Candombe e a Festa da Abolição. Isso significa dizer que os ritmos e melodias entoados pela Comunidade se expressam conforme contexto e finalidade dos ritos celebrados. A multiplicidade de terminologias, aplica-se à diversidade de expressões culturais dos Arturos, como também às pequenas etapas de cada uma dessas tradições de matriz africana.

Os cortejos festivos são acompanhados de uma paisagem sonora característica que indica os gostos dos festeiros e o clima da celebração. Assim é também com os sons da Festa do Rosário de Nossa Senhora. As gungas presas aos pés das Guardas e o toque os tambores sagrados mobilizam muitos sentidos. Sua marca é impactante e cerca toda a Festa de Outubro na Comunidade dos Arturos. São, assim, um registro, de *estética* própria. No centro das referências da celebração, encontramos a Senhora do Rosário e também registros das matrizes africanas brasileiras. As letras das orações/ louvores/ cantos/ cantopoemas remetem à Angola, aos sofrimentos experimentados pelo negro escravizado e à afrodescendência da Comunidade dos Arturos. Ou seja, se inscreve nos cantos e em suas reproduções ao longo das décadas, vivências do cativo, como a exclusão dos tempos cristãos, a fé cunhada em também em valores afro-brasileiros e o respeito aos que vieram antes, como pais, avós, tios, importantes e primordiais referências da Comunidade.

Com o aprofundar das pesquisas, entretanto, percebemos que não apenas cantos – e sua performática – atuam como instrumentos de resistência cultural. Os Arturos representam uma Comunidade consciente de sua missão e de seus valores. Dessa forma, os ensinamentos de Arthur Camilo ligados à manutenção do vínculo familiar e à fé em Nossa Senhora do Rosário, não apenas consta ou transpassa as construções musicais elaboradas no seio da Comunidade, mas, hoje, converteram-se também ações concretas, de iniciativa do próprio grupo.

Destacamos, assim, algumas considerações: o canto pode ser entendido como uma construção musical – e, talvez literária, como propõem Pereira (2017) – que carece de estudos não apenas no estado mineiro, mas também em outros locais e campos acadêmicos no Brasil. Essas construções possuem estruturas relativamente fixas que, como demonstrado no exemplo das embaixadas, são passíveis de novas elaborações e atualizações por parte dos congadeiros

que condizem com uma métrica padrão. Essas construções podem oferecer páginas de estudos sobre os métodos, usados na diáspora negra nas Américas, de preservação de redes de sentidos e memórias ancestrais e sobre a fé e memória que habita movimentos, melodias, vozes e devoção do crente devoto.

A potência dos sentidos compartilhados e o compromisso com o Reinado de Nossa Senhora, portanto, são uma das principais potências que movem a Comunidade. Por meio dela, os Arturos se reinventam e partilham o que lhes foi passado. Boa parte deste compromisso é expresso não apenas nas vozes e coreografias. Os valores de matriz africana presentes na Comunidade também se expressam na dedicação em compartilhar o alimento, na recepção calorosa e amorosa aos dançantes e visitantes do Reinado, no prazer em apresentar este belíssimo universo, o universo do Congado de Nossa Senhora do Rosário.

Assim, no primeiro capítulo concluímos que a rede de sentidos que estrutura a Comunidade se apoia no respeito e honra aos ancestrais, além da devoção a Nossa Senhora do Rosário. Por meio dos ensinamentos de Arthur Camilo, que criou seus filhos sobre os preceitos do Reinado, ensinando-os a manter frequência nos cortejos de outubro, o Reinado nos dias de hoje continua a ser executado de modo a espelhar os métodos dos ancestrais. A constituição familiar e os laços da família são fatores igualmente fundamentais na manutenção desses saberes. A organização de uma família que se tornou uma comunidade conhecida por suas tradições e fé representa um meio de sobrevivência em ambientes adversos e racistas, como o Brasil é para a população afro-brasileira.

O capítulo dois é um dos mais extensos pois buscou abordar o desenvolvimento do Reinado de outubro e alguns de seus cantos. O capítulo demonstrou que há no canto do Reinado Arturo um arranjo relativamente fixo que, apesar da mudança de capitães e do passar dos anos, existe repetição de um estilo, um modo de se fazer a composição dos louvores. Esse canto mantém em sua tecitura musical e textual a capacidade de, enquanto presta homenagens aos coroados da Festa do Rosário, ensinar e transmitir as sensações e experiências do negro que um dia fora escravizado.

Os sons vocálicos que se estendem por alguns minutos e seguem desacompanhados de instrumentos representam lamentos do povo negro e demais reflexões que por vezes ficam no campo do mistério, cabendo apenas aos mais velhos e membros da Comunidade o acesso aos seus significados. Assim, o canto do Reinado, no instante de sua execução está a pedagogicamente compartilhar aos visitantes ouvintes alguns de seus conhecimentos e formas de compreensão da realidade de ser negro, descendente de escravizados.

Além de preservar valores e métodos de matriz africana em si, os cantos, conforme o capítulo apresenta, representa por meio dos tambores sagrados e das vozes dos devotos, a identidade da Comunidade, o seu modo de ser no mundo que está vinculado às tradições orais e seus mecanismos estratégicos de salvaguarda de memórias. O canto assim preserva memórias de matriz africana devido ao senso de responsabilidade e compromisso assumido pela Comunidade com seus ancestrais e por intermédio da repetição desse bem na Festa do Reinado, passando também por outros momentos do cotidiano. Por meio dessas construções musicais típicas do Reinado dos Arturos, a ancestralidade se faz presente no festejo de outubro, juntam-se ao cortejo e em comunidade reúnem-se em louvor ao Rosário e às tradições ancestrais.

O capítulo três conclui que embora haja ao longo do Dossiê de registro indicação da importância dessas construções musicais do Reinado dos Arturos, os cantos não encontram nesse documento muitas transcrições. Dentre o material de registro da Comunidade enquanto Patrimônio de Minas Gerais, encontramos um catálogo que indica haver nos arquivos do IEPHA CDs, livros, dissertações e teses sobre essas construções, mas não mais detalhes do que apenas a referência da existência desse material. Além disso, o acesso a esses arquivos é limitado e não está disponível com facilidade na internet ou no site do IEPHA.

A Comunidade, por outro lado, se apropriou do registro de Patrimônio Imaterial. Seus mestres hoje realizam oficinas em universidades, como a UFMG, e os membros articulam-se politicamente para a preservação de seus bens culturais e da divulgação e valorização de suas matrizes africanas. Hoje os Arturos propõem e organizam oficinas voltadas para públicos diversos – como mulheres e crianças – sobre estética afro em turbantes, compartilham os saberes culinários quilombolas e cursos de fotografia de áudio-visual. Desenvolvem projetos para os seus, como a construção de uma horta comunitária e a restauração da fonte presente em seu território. Calorosamente recebem visitas da imprensa e nessas oportunidades mais uma vez assumem o papel que têm, o de protagonistas de suas histórias com a grande responsabilidade de passar adiante os ensinamentos de Arthur Carmilo e de Carmelinda Maria.

Os *oralituras*, cantos, elaborados no Reinado Arturo contam a história a partir da perspectiva negra. Isto se dá não apenas no conteúdo de suas letras, mas na percussão dos tambores sagrados. É importante que haja ampla divulgação e valorização dessas construções musicais, construções comuns dos povos tradicionais, para que exista cada vez mais estudos sobre as complexas formas de ser negro em solo brasileiro. Existem outras construções de cunho artístico e pedagógico protagonizados por sujeitos negros, fora os já muito estudados e divulgados pela academia e veículos de comunicação. No entanto, o Reinado/ Congado negro

Arturo demonstram a existência riquíssimas de múltiplas elaborações musicais afro-brasileiras que carecem de maiores estudos.

No campo das análises patrimoniais isso indica pode indicar que as instituições públicas responsáveis por registros de comunidades tradicionais não têm braços suficientes para dar conta de tamanha complexidade, mas o auxílio na garantia de seus direitos fundamentais, como a propriedade e regularização fundiária, podem ser um caminho para a salvaguarda de bens como seus cantos e memórias. Este trabalho reconhece suas limitações causadas principalmente pelo cenário pandêmico atual, mas busca oferecer contribuições teóricas que ajudem a complementar futuros estudos sobre as diversas expressões culturais do patrimônio afro-brasileiro.

Existem múltiplos aspectos da cultura e do patrimônio afro-brasileiro que ainda precisam ser aprofundados pela universidade. Nas tradições dos Arturos, encontramos evidências dessa grande riqueza: a comunidade negra familiar que salvaguarda nos costumes, no saber fazer, nos gestos, na paisagem sonora, na fé e nas preces, diferentes mecanismos de registro e manutenção de memórias, como o canto. Sagrado, o canto, no instante de sua execução vê nos corpos negros o instrumento para sua manifestação. Os sons movimentam o fiel e o aproxima da ancestralidade, de Nossa Senhora do Rosário e demais santos de devoção.

É possível, assim, compreender o *canto* como uma terminologia com função de *campo semântico*. Ou seja, o canto é a letra, as melodias, os sentidos movimentados durante as celebrações, as coreografias movidas pela fé no Rosário e diversas outras categorias que, devido às limitações que esta pesquisa enfrentou, não possível conhecer. No entanto, das experiências vividas ao longo da pesquisa é possível perceber que este canto também é o louvor íntimo de gratidão que um devoto canta durante a Missa Conga, a oração que passa pela mente quando a existência parece estar mais difícil e um importante *bem* da cultura dos Arturos e do Congado negro de Minas Gerais que articula saberes e movimenta sentidos.

Tais nuances merecem ocupar cada vez mais espaços nas ciências, das linguagens às exatas, é preciso haver profundas pesquisas sobre relações familiares negras, suas memórias e as diversas culturas afro-brasileiras e suas histórias locais – que precisam alcançar o *nacional*.

Além disso, os resultados de pesquisas ligadas a esse patrimônio carecem de ampla divulgação, ultrapassando os muros dos eventos acadêmicos e alcançando as escolas das redes públicas e privadas, livros didáticos, museus ou espaços culturais. A exposição da história e cultura dos povos negros no Brasil precisa ser categórica. A educação é, assim, assim, um dos principais instrumentos da luta antirracista em nosso país.

Neste sentido, a produção de materiais didáticos contendo tais saberes é um dos caminhos possíveis a serem seguidos. A criação de cartilhas que apresentem a narrativa do Rosário, a fundamentação da fé Artura e seus principais cantos precisa ser criada e distribuída, especialmente para crianças da rede pública brasileira. Ilustrações contendo a estrutura do Reinado, seus sistemas de crenças acompanhadas de calendários de festividades e seus cantos viabilizam meios para a o questionar de uma história que ainda hoje é reproduzida nas escolas. História esta que é branca e altamente excludente.

Tais materiais que reúnam – por meio de linguagem didática e acessível – as tradições e os cantos afro-brasileiros que hoje a Comunidade reúne em sua memória, precisam ter alcance sistemático e amplo, auxiliando a por meio do conhecimento negro o combate ao sistema racista contemporâneo. Ou seja, é necessário que este patrimônio cultural mineiro representado aqui nas canções Arturas sejam compartilhados com as diferentes regiões brasileiras. A sonoridade Artura carrega consigo história de resistência, potente força memorialística e honra aos ancestrais. Muitos dos valores de matriz africana partilhados pelos Arturos precisam ganhar espaço nas discussões em sala de aula do ensino básico do país, de modo ampliar a compressão de nossa história a partir de perspectivas afro-brasileiras, a partir de sua história e sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2, 2011. 196 p. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/quilombos-e-as-novas-etnias-alfredo-wagner-berno-de-almeida/>. Acesso em: 1 set. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: pgsca-ufam: [s. n.], 2008. 192 p. ISBN 978-85-7401-402-9. Disponível em: https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/07/Alfredo-Wagner-B-de-Almeida_Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf . Acesso em: 11 ago. 2020.

ALVES; JUNQUEIRA. **AS FESTAS RELIGIOSAS, O PROFANO NO SAGRADO: formação dos professores**. 2009: 439 Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 1, n. 2, p. 435-442, jul./dez. 2009

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AQUILOMBAR-SE: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro. Orientador: Profº Drº José Jorge de Carvalho. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado:

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Discente, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2130>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ARAÚJO, Ed Wilson. Comunidade rural quilombola no Maranhão. **UOL**, 4 abr. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/04/04/em-alcantara-ma-quilombolas-ameacados-de-expulsao-querem-ficar-em-casa.htm>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BATE-PAPO com Jorge Antônio dos Santos, da Comunidade dos Arturos: O quilombo e suas tradições. Minas Gerais: Memorial Minas Gerais Vale, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=znN3J2hPivQ&fbclid=IwAR20kshkXHWjz4FLkln22V9C6NAW-6DeLeQUdQ7lnPdNFxzPinziuLFZQ5A>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. [S. l.]: Brasiliense, 1987. p. 197 - 221. Disponível em: https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf. Acesso em: 1 set. 2020.

BORGES, Laís Gomes. "**Victor Turner**". In: *Enciclopédia de Antropologia*. 2019. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.flch.usp.br/autor/victor-turner>

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 2. ed., São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAGA, Janine de Carvalho Ferreira; SALDANHA, Bianca de Souza. **CAPOEIRA: DA CRIMINALIZAÇÃO NO CÓDIGO PENAL DE 1890 AO RECONHECIMENTO COMO ESPORTE NACIONAL E LEGISLAÇÃO APLICADA**. DIREITO, ARTE E LITERATURA II: XXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, Paraíba, ano 2014, p. 117 - 142, 30 jan. 2022. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7de47452d56d59cf>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRAGA, Janine de Carvalho Ferreira; SALDANHA, Bianca de Souza. **CAPOEIRA: DA CRIMINALIZAÇÃO NO CÓDIGO PENAL DE 1890 AO RECONHECIMENTO COMO ESPORTE NACIONAL E LEGISLAÇÃO APLICADA**. In Publica Direito: CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito). S.D. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7de47452d56d59cf>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Art. 215**. Brasília: [s. n.], 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Art. 216**. Brasília: [s. n.], 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. Artº 2. **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003**, [S. l.], 4 set. 2020. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=D4887&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. nº DECRETO Nº 3.551, de 4 de setembro de 2000.** Art. 1º. [S. l.], 4 ago. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº Artigo 2, de 20 de novembro de 2003.** [S. l.], 3 set. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=D4887&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias. Acesso em: 25 ago. 2020.

CANO, Jeferson. **Nação e ficção no Brasil do século XIX.** História Social, nº 22 e 23, 2012.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **2006.** “Luzes e sombras no dia social: o símbolo ritual em Victor Turner”. In **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 103-131, jan./jun. 2012.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** USP/ São Paulo: [s. n.], 1979. p. 17 - 32.

CNN BRASIL (Brasil). **Negros têm 1,5 vezes mais chances de morrer por Covid-19 no Brasil**, diz OCDE: Relatório que faz balanço dos impactos da pandemia na saúde de 43 países aponta milhões de mortes em excesso, queda na expectativa de vida e impacto na saúde mental. **CNN Brasil**, São Paulo, ano 2021, 9 nov. 2021. Saúde, p. 1 -3. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/negros-tem-15-mais-chance-de-morrer-por-covid-19-no-brasil-diz-ocde/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS. **Apresentamos as 07 propostas de microprojetos selecionados, que apresentaram maior potencial de contribuição para a preservação e difusão da história, usos e costumes relacionados à devoção a Nossa Senhora do Rosário (...).** Outubro de 2021. Instagram. @quilombo.dos.arturos

CORDEIRO, Lívia Nascimento. **As festas de Congada e o patrimônio cultural negro em Minas Gerais (1970-2015).** 345- 394. In *Cultura negra vol. 1: festas, carnavais e patrimônios negros / Organização de Martha Abreu, Giovana Xavier, Lívia Monteiro e Eric Brasil.* – Niterói: Eduff, 2018. - 428 p. : il. ; 21 cm. – (Pesquisas, 6a).

COSTA, Waldney. **Religião na perspectiva sociológica clássica: considerações sobre Durkheim, Marx e Weber.** *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v.14, n.2, p.03-24, jul-dez/2017-<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2018/03/14-2-2.pdf> 24

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral Memória, tempo, identidades.** 2. ed. Minas Gerais: Autêntica, 2017. Scribd.

DOCUMENTÁRIO Registro **Bem Imaterial - Comunidade dos Arturos - Iepha/MG.** Direção: Paulo Henrique Rocha. Produção: ristina Magalhães / Fernanda Mann / Gilcimar dos Santos. Roteiro: Paulo Henrique Rocha/ Guilherme Pedreiro. Minas Gerais: IEPHA, 2014.

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=kMWhYa9sdSE&t=193s&ab_channel=IEPHA%2FMFG.

Acesso em: 12 maio 2020.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Repensando o sincretismo**. 1. ed. [S. l.]: Edusp, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. In: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Registro do Patrimônio Imaterial - Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 5ª edição. Brasília - DF: 2012 (p. 35-44).

GOMES, Núbia; PEREIRA, Edimilson. **Negras raízes mineiras: Os Arturos**. 2. ed. Minas Gerais: Maza Edições, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HAMPATÉ BÁ, Ahamadou. **A tradição viva**. In: ZERBO, Ki (ed.). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. v. 1, cap. 8, p. 167 - 212. ISBN 978-85-7652-123-5.

Imagem restaurada na Comunidade Quilombola dos Arturos em outubro de 2021. IMAGEM de Nossa Senhora do Rosário é restaurada e devolvida à capela da comunidade dos Arturos. Minas Gerais: G1, 11 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/10/11/imagem-de-nossa-senhora-do-rosario-e-restaurada-e-devolvida-a-capela-da-comunidade-dos-arturos.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2021.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/ da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

LOPES, Nei. **Bantos, Malês e Identidade Negra**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.

LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário: o Congado Mineiro dos Arturos e Jatobá**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX**. NOVOS ESTUDOS CEBRAP 74, março 2006 pp. 107-123 (professor de História da USP)

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória: O reinado do Rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva: Mazza Edições, 1997.

MARTINS, Leda. **Performances da oralitura: corpo, lugar de memória**. Revista Língua e Literatura: Limites e Fronteiras. *Letras n° 26*. 2003. Minas Gerais, p.63 – 81.

Ministério da Economia, BRASIL. **Cooperação Internacional: produtividade e comércio exterior**. <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/ocde0>, acesso 01 de dezembro de 2021)

MONTEIRO, Livia Nascimento. As festas de Congada e o patrimônio cultural negro em Minas Gerais (1970-2015). In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, Eric (org.). **Cultura negra: festas, carnavais e patrimônios negros**. 1. ed. Niterói: Eduff, 2018. v. 1, p. 345 - 368. ISBN 978-85-228-1311-7. Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/index.php/livros/818-cultura-negra-v-1-festas-carnavais-e-patrimonios-negros>. Acesso em: 3 jan. 2020.

MOTTA, Márcia Maria de Menendes. História, memória e tempo presente. In: ARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

MUNANGA, Kabengele. A Dimensão Estética na Arte Negro-Africana Tradicional. **USP MAC Notícias**, São Paulo, 4 set. 2020. Disponível em: <http://www.macvirtual.usp.br/mac/arquivo/noticia/Kabengele/Kabengele.asp>. Acesso em: 25 ago. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, p. 7 - 29, 1993.

OLIVEIRA, E. Epistemologia da Ancestralidade. *Entrelugares: Revista da Sociopoética e Abordagens Afins*, v.1, p.1-10, 2009.

ONG, Walter. **Oralidade e Escrita: A tecnologização da palavra**. Campinas: Papyrus Editora, 1996.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. [S. l.]: Pontes, 2001.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2017.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1989, v.2, n.3, p. 3-15.

PRANDI, Reginaldo. Música de fé, música de vida: a música sacra do candomblé e seu transbordamento na cultura popular brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Um tigre**

na floresta de signos: Estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Maza Edições, 2010. p. 541 - 552. ISBN 978-85-7160-501-5.

PREFEITURA DE CONTAGEM (MG). De pequeno povoado a cidade referência para Minas e o País. *In: Prefeitura de Contagem. Conheça Contagem.* Minas Gerais, 3 nov. 2019. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/?es=historia_contagem&artigo=107194. Acesso em: 13 jan. 2020.

PREFEITURA DE CONTAGEM (MG). Município de Contagem. Comunidade Negra dos Arturos. *In: Patrimônio Histórico.* [S. l.], 4 ago. 2020. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/?es=patrimonio_historico&artigo=586594. Acesso em: 2 jul. 2020.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. (1977). **Escravidão Negra em São Paulo.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** São Paulo: Papirus Editora, 1994. v. 1.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/87/1/09%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento:** seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Os “efeitos de sentido” dos saberes tradicionais:** entre adolescentes da comunidade Negra dos Arturos-MG/. 1. ed. Jundiaí SP: Paco Editorial, 2019. ISBN 978-85-462-1940-7. Disponível em: Scribd. Acesso em: 4 jan. 2020.

SANTOS, Jorge. Festa do Rosário de Nossa Senhora na Comunidade dos Arturos. Contagem, outubro de 2021. Facebook.

SILVA; César Paulo; SOUZA, Tatiane Pereira de. **Os cantos dos congadeiros: construções e reflexões para negros em sua vivência.** *In* Pensando Áfricas e suas diásporas www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricas NEABI – UFOP - Mariana/MG Vol. 01 N. 01 – jan/jun 2015 Anais do III Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas - parte 1.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Mina, Angola e Guiné: Nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista.** Editora Tempo. Vol. 3 - n° 6, dezembro de 1998, p. 1.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se:** Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola no Brasil. Orientador: Prof. Dr. José Jorge de Carvalho. 2008. Dissertação (Mestre em Antropologia Social) - Discente, Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2130/1/2008_BarbaraOliveiraSouza.pdf. Acesso em: 6 jul. 2020.

SOUZA, Marina de Mello e. **REIS NEGROS NO BRASIL ESCRAVISTA**: História da festa de coroação de Rei Congo. 2. ed. Minas Gerais: Editora UFMG, 2014. 408 p.

THEODORO, Helena. **O NEGRO NO ESPELHO**: Implicações para a moral social brasileira do ideal de pessoa humana na cultura negra. Orientador: Prof. Drº Ricardo Vélez Rodriguez. 1985. 258 f. Tese (Doutorado) - Discente, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: http://www.cdpc.org.br/antigo/helena_theodoro.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

TRINDADE, Azoilda L. **Os Valores Civilizatórios e a Educação Infantil: Uma contribuição Afro-Brasileira**. In: BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da. (Org.) Saberes e Fazeres, vol 5: Modos de Brincar. 1 ear. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010, v.1, p. 1-116.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. 1974. Petrópolis. Editora Vozes.

UFMG. **Novos Mestres dos Saberes Tradicionais recebem Título de Notório Saber pela UFMG**. Minas Gerais: UFMG, 16 dez. 2021. Disponível em: https://www.saberestradicionais.org/novos-mestres-dos-saberes-tradicionais-recebem-titulo-de-notorio-saber-pela-ufmg/?fbclid=IwAR1XWhLjjS1Q8cYsbLAYkpTB3fPzq_09Rt-wKpHNHhHwfayCIQqNhNljE70. Acesso em: 16 dez. 2021.

VANSINA, Jan. **A tradição oral e sua metodologia**. In: ZERBO, Ki (ed.). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. v. 1, cap. 7, p. 139 - 136. ISBN 978-85-7652-123-5.

VIEIRA, Camila Camargo. **Na gira do Rosário**: Dança e Memória Corporal na Comunidade dos Arturos. Orientador: Profº Drº Kabengele Munanga. 2003. 183 f. Dissertação (Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Discente, USP/ São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-04052010-114040/publico/CAMILA_CAMARGO_VIEIRA.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

FONTES DOCUMENTAIS

IEPHA (MG). INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (org.). **Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/MG**. Belo Horizonte: [s. n.], 2014. 174 p. Disponível em: www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category. Acesso em: 07 nov. 2019.

IEPHA (org.). **INVENTÁRIO PARA FINS DE REGISTRO DA COMUNIDADE DOS ARTUROS**. Minas Gerais: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/14-comunidade-dos-arturos>. Acesso em: 11 ago. 2020.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA CNBB (Brasil). **7 DE OUTUBRO: IGREJA CELEBRA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, MÃE DO REDENTOR**. [S. l.], 7 out. 2020. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/7-de-outubro-igreja-celebra-festa-de-nossa-senhora-do-rosario-mae-do-redentor/>. Acesso em: 3 maio 2021.

FONTES ORAIS

BONIFÁCIO, José Bonifácio, Capitão da Guarda de Congo. Comunidade dos Arturos. Contagem: 23 de outubro de 2021. O CANTO DO REINADO NA COMUNIDADE NEGRA DOS ARTUROS (MG): MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DA HERANÇA AFRICANA. Entrevista concedida a Beatriz dos Santos Chaves.

NASCIMENTO, Aparecida do Nascimento. Mestre da Culinária Artura. Comunidade dos Arturos. Contagem: 23 de outubro de 2021. O CANTO DO REINADO NA COMUNIDADE NEGRA DOS ARTUROS (MG): MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DA HERANÇA AFRICANA. Entrevista concedida a Beatriz dos Santos Chaves.

SILVA, Everton Eustáquio. Presidente da Comunidade e Capitão da Guarda de Moçambique. Comunidade dos Arturos. Contagem: 23 de outubro de 2021. O CANTO DO REINADO NA COMUNIDADE NEGRA DOS ARTUROS (MG): MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DA HERANÇA AFRICANA. Entrevista concedida a Beatriz dos Santos Chaves.

Anexo A - Entrevista com o presidente da Comunidade e Capitão da Guarda de Moçambique Everton Eustáquio da Silva

Arquivo: 1 Tempo de Gravação 50 min e 45 seg.

Realizada em 23 de outubro de 2021

Obs.: Houve uma pequena e grata interrupção da gravação pela presença do Mestre Bengala, José Bonifácio, Capitão da Guarda de Congo.

CAPITÃO EVERTON EUSTÁQUIO DA SILVA Presidente da Comunidade e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Capitão da Guarda de Moçambique

B: Prontinho. O Senhor aprova? A gravação?

E: Aprovo sim, tranquilo.

B: Está certo. Eu eu tenho uma pergunta aqui que diz o seguinte eh eh como é que foi está sendo esse processo da pandemia pra você? De maneira geral.

E: Vamos, meu nome é Everton Silva. Sou presidente da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da comunidade Quilombola dos Arturos. Essa instituição irmandade representa a comunidade [inaudível] é uma coisa só, mas juridicamente, né? Entre aspas, a associação que representa a comunidade. Assumimos a gestão da nossa comunidade a frente em dois mil e dezenove então foi muito recente pra gente eh assim somos uma equipe a diretoria formada por jovens, jovens adultos, né? Da nossa comunidade e foi uma coisa inédita, porque é um processo que que muitos anos, né? Sempre eram os nossos tios que administravam direitinho. E aí assim a gente foi percebendo que tava perdendo eh a juventude não tava conseguindo acompanhar a a mesma linha de raciocínio deles. pessoal, então a gente falou, olha, chegou o momento da gente nos unirmos a eles pra gente dar sequência, dar continuidade no trabalho que vem sendo desenvolvido há muito e muitos anos. Então, devido a essa situação e aí alguma. coisas internas da comunidade, chegou até meu nome. Até então eu não tava assim eh eh nunca almejava chegar essa questão de ser presidente da comunidade um dia. Mas aconteceu, no início eu falava assim que não foi planejado, mas nada por um acaso, devido a nossa ancestralidade, devido a nossa originalidade, né? Das nossas coisas e nada foi por um acaso. E e assim, logo na sequência, dois mil e dezenove, a gente tivemos um ano. normal das festividades a gente estava naquele processo assim de de de aprendizado né? Como que administra, como que vai ser, como que vai, desconfiança da comunidade no geral assim devido a idade, eu tenho trinta e cinco anos agora, vou fazer trinta e cinco anos agora. Então, assim, ficava assim, ah, será que eles vão dar conta? Será que num vai? E com muita humildade, eh, eh, sabedoria, né? De a gente saber ouvir as pessoas. Na dúvida a gente perguntar a gente conseguimos conquistar essa confiança de toda comunidade, né? Logo em dois mil e vinte já veio a pandemia, né? Já veio assim aquele. que tudo que a gente tá vivenciando aí ainda não acabou, então pra gente foi tudo sim, novidade, como foi pro mundo todo, mas pra nós por ser uma comunidade fechada, uma família, aproximadamente seiscentas pessoas, morando próximo aqui dentro da comunidade hoje umas quatrocentas pessoas. Então, imagina a gente administrar essa questão, aí veio a falta de emprego, muitas pessoas desempregada, questão, né? Assim, eu não digo que é pra passar

fome não, mas eu quis situação bem crítica e esse curso é família, muitas pessoas tem aquela questão assim: eu prefiro comentar com o mundo fora, tive que pedir ajuda lá fora do que pedir pra alguém da família. tem aquela questão do orgulho, né? Comento com um ou outro comenta aqui, já espalha, então foi tudo muito difícil no início pra gente, mas graças a Deus a gente conseguimos escrever alguns projetos, alguns editais, né?. recurso a gente conseguiu pra gente conseguir cesta básica, doação de cesta básica, kit de higiene pra toda comunidade e aí a gente conseguimos dar dar continuidade nesse processo, né? Durante esses anos todo até hoje. né? Aí a gente possa ser mensal, a gente conseguiu fazer alguns parceiros, né? Algumas instituições, doações de cesta básica, aí a gente contempla as pessoas mais vulneráveis, né? Da nossa comunidade e e aí enfim chegou. né? O tão temido tão temia chegou dentro da nossa comunidade, o vírus mesmo, né? Muitas pessoas se, se, infectaram, né? Com essa doença, perdemos, membros da nossa família eh se pra nós foi muito difícil perdemos eh Geraldo Vieira, José Batista eh Maria Auxiliadora que é esposa de Timaro, Maria Antônia que é filha dele eh e o Timaro, por último né? Então assim foi o Timaro é foi o nosso último dos nossos descendentes direto de Arthur Camilo, né? Nosso patriarca, o nosso capitão mor, é a pessoa que tudo passava por ele. A gente podia administrar, fui fazer, podia fazer todas as reuniões, olha só, vamos fazer isso, vamos. Mas tinha que passar por ele pra ver se ele dá voo aval ou não.

B: Sim.

E: Então assim, foi foi muito forte, né? Essa partida dele, essa passagem dele e a gente tá a frente da comunidade nesse momento. Porque a gente estavam passando por algumas questões dentro da nossa comunidade. de reforma mesmo do nosso espaço, da própria casa patendo, né? Que ele tava morando e tudo teve o aval dele, teve autorização dele, teve esse diálogo não, pode fazer, se é pra melhorar, se tá todo mundo de acordo, pode fazer, pode tá pode tá fazendo sim. então foi tudo um processo assim meio doloroso pra gente essa partida dele, essa passagem dele. Porque não poder fazer despedida de acordo, né? O o que a gente. já é do nosso, nosso costume, como falei sobre o nome da comunidade, principalmente na pessoa da importância, da grandeza dele, né? Não só pra nossa comunidade, pra Contagem, mas pra Minas Gerais e tudo era um benzedor, né? Ele é uma pessoa que bezia e tal tinha pessoas de tudo quanto é lugar pra benzer. Hoje mesmo aqui ó essas pessoal tava aqui de frente com você aqui na [inaudível] cê acabou de relatar pessoas vieram a procura de benção. Não nós somaram. né? Agora tem um filho dele, mas sempre assim. Então assim, eh pra nós foi um baque muito grande, está sendo ainda mas a gente estamos conseguindo dar continuidade no legado dele, dando sequência, com a presença dele em vida, assim que a gente se unirmos. eh devido a essas famílias, né? São onze irmãos, né? E nove tem família constituída eh a gente criou um conselho dentro da nossa comunidade pra tá junto conosco nessa administração. Criamos um conselho, esse conselho é composto por dois membros de cada família, né? Tudo é descendente de Arthur Camilo, mas criamos esse conselho, para a gente tá junto dando sequência nas tomadas da decisões da nossa comunidade. E isso assim. não foi por, não foi por um acaso, não foi por um acaso. Eh

E: ...não isso não foi por um acaso que veio assim dar uma luz na na vida da gente e falar assim oh cria esse conselho que as coisas vão ficar. lá na frente mas queria esse conselho pra vocês administrar e assim foi isso que aconteceu com a passagem, né? Do do Timaro e já existia esse conselho com a vó dele e aí a gente estamos dando sequência. coisas da nossa comunidade, né? Questão decisões de terrenos, questões de regularização fundiária, entre outras questões que a gente vem lutando e aí como já existisse o conselho, já né? Mesmo com a presença de aí, aí ficou mais fácil pra gente. continuidade nesse processo. Mas a pandemia foi assim muito doído,

muito doloroso. Não está sendo fácil ainda, amém? Graças a Deus a gente tá num momento mais assim flexível, né? As coisas tá chovendo mais, graças a Deus conseguimos. semana passada fazer a nossa festa interna, né? Da nossa religiosidade, né? Que é a nossa festa sagrada, né? Com a nossa fé Nossa Senhora do Rosário, fizemos semana passada, assim, graças a Deus foi tudo tranquilo. Graças a Deus. Né? A família toda ficou. o pessoal tava com saudade, né?

E: O Timaro, faleceu com seus, acho que noventa e três anos se eu não me engano, ele fala que nunca nunca tinha ficado um ano da vida dele sem ter acontecido as festas do sagrado [inaudível] e palavra dele, não só dele como todos irmão. Se eu morrer hoje no dia da festa, cês me sepultam lá, me enterram lá, voltem a dar continuidade à festa. Nunca deixe de fazer a festa. Então, pra nós foi um baque muito grande assim. Eh. não tem como, infelizmente não tivemos como fazer, né? Dois mil e vinte, né? No início agora em maio também que é sempre a festa da abolição da escravatura a gente fazia em maio, então não conseguimos fazer. Então assim, agora em outubro a gente conseguimos, mas. não foi aberta ao público, né? Devido respeitando todo o decreto do município, mas enfim, graças a Deus conseguimos fazer, estamos aí dando sequência, né? Estamos almejando fazer agora em em dezembro. a festa do João do Marco e a Folia de Reis também.

E: Né? Como agora as coisas estão mais flexíveis e dá sequência no nosso calendário de nosso sagrado sim.

B: Muito bacana. Legal. E. essa pergunta eu acho que eu estava enfim mas eu não vou fazer porque eu gostaria muito de ouvir o marquinho falando né? Quando e como a comunidade ela foi fundada você pode falar um pouquinho disso quando e como a comunidade começa.

E: Então. Tem relatos que a nossa comunidade mil oitocentos e oitenta e dois anos não tem fugir da memória. Exato. Mas hoje a nossa comunidade tem aproximadamente cento e trinta e quatro a cento e trinta e seis anos. Registrada a irmandade.

B: Caramba.

E: Então, se nós somos mais antigos, mas, né? Mais velhos que o próprio município de Contagem, a própria cidade de Contagem. Já existia. então assim eh eh nosso bisavô que é Camilo Silvério.

B: Hm-huh.

E: Né? Ele casou com Felisbina e teve Arthur Camilo entre. irmãos e descendente de Angola, né? Da África e aí eles vieram pro Brasil alforriado, né? Questão da esfera de escravo ainda e conseguiu a carta de alforria e aí ele comprou seu terreno, o princípio seria de Santa Quitéria, ali no município mais próximo de Esmeralda e aí ele, ele, ele conseguiu, né? E eh como ele, Camilo Silvério, pelos filhos muito, os irmão muito espalhado né? Esse trajeto de lá pra cá.

B: Sim.

E: Então ele falou, meus filho o Arthur Camilo já é filho de médico Camilo Silvero, falou só, eu não quero passar o que papai passou. Porque os irmão dele tudo. despercebido. Então eu quero meus filhos todos junto comigo. Ele veio e comprou esse terreno aqui em Contagem, né? Aquele adquiriu, né? Com as Baianas, nas fazendas, conseguiu carte de alforria, né? E aí já trabalhando, conseguiu comprar esse terreno e aonde que ele criou os filhos todos aqui dentro, né? Essa família imensa, nesse nosso território e de lá pra cá a gente vem lutando, preservando a nossa cultura, não é fácil, né? Não é fácil devido hoje em nossa volta da empresa de um lado, você vê por cima cê vê como que tá os prédio...

B: É.

E: ...Na nossa divisa...

B: É. É...

E: ...a especulação imobiliária estão aí, como nós temos terreno ainda lá em cima, né? Bem próximo aí da área verde, nós sofremos várias. eh eh eh pressões esse mês de população imobiliária, se tá a venda, como que é, aí eles vão na Prefeitura, né? Nos cartórios pra ver como que é a situação do nosso terreno. Então assim, estamos. essa luta aí e aí nós tamo tendo um processo regulação, regularização fundiária, né? Do nosso terreno

B: eh assim eh como foi o processo de participação da comunidade ao longo do processo de registro como patrimônio de Minas Gerais. Eles vieram até aqui? Como é que foi o processo?

E: Então, eh eh eh esse processo ao longo da das gestões passadas da pessoa que tava [inaudível] administração da nossa comunidade. Eh eles eh uma luta de muitos anos, né? Aí surgiu a possibilidade através de alguns parceiros da nossa comunidade, pessoas que vieram e sempre fizeram pesquisa. afinal você tem que, você que é um patrimônio, vocês tem que correr atrás e aí conseguiu começou a fazer um intercâmbio, né? Junto com com o IEFA, a gente foi nos apresentar pro pessoal do IEFA e teve todo interesse do do Estado, não, vamos sim, vamos vamos tornar essa comunidade de patrimônio, né? E aí o município também, né? Foi fazendo uma coisa só e aí a gente conseguiu ser patrimônio imaterial, né? Do do estado de Minas Gerais e também do município.

B: Ah é do município também.

E: Estamos do município também, a gente ainda [inaudível] patrimônio. Beatriz: B: Entendi. Eles fizeram entrevistas.

E: Fizeram várias entrevista e assim, na época a gente tinha, né? Como diz o outros, os nossos patriarcas ainda tinham bastante deles aí, inclusive no nosso documentário. tá fazendo o registro deles. Eh então tamo todos aí, todo mundo ciente, todo mundo sabia da necessidade, né? Que era desse inventário e foi um trabalho assim bem, bem árduo mesmo e foi bacana, né? Bacana demais pra pro nossa comunidade, muito bom mesmo.

Be: Legal. O que resultou depois? O que vem depois do registro?

E: Então, ficou, criou muita expectativa pra comunidade. O que vai ser? E aí? Vai ser patrimônio? E vai e aqui que vai acontecer? Entre aspas eh ficou no papel, né? O modo de dizer-se na prática mesmo pra população né? Do do da comunidade ver, ficou no papel, mas questão burocrática, as coisas evoluíram, a gente conseguiu ser eh eh reconhecido como ponto de cultura do Estado, né? Do do do Brasil, né? Do Brasil ponto de cultura, do estado também, do município, eh deu um ênfase no nome Arturos, né?. bastante, né? Cê pode ver que através desse inventário, através desse patrimônio, a gente, né? Como diz o outro, passamos, passamos divisas, né? Saindo fora do, do, do estado de Minas, do Brasil inteiro.

B: Foi daí que conheci vocês.

E: É, foi através disso, né? Através desse patrimônio. Então, assim, hoje a gente, a gente estamos na luta, né? A gente juntamente com o INCRA, nessa questão da regularização fundiária, justamente. disso, junto com o IE, pô, a gente é patrimônio, mas e a prática? O que que pode vim? Já já com direito nosso, com o patrimônio, a regularização fundiária, ter direito a isso, direito a aquilo, vamos lutar pelo nosso. Sim. Pelos nossos direitos e aí a gente conseguiu também. ser reconhecido como quilombola, né?

B: Ia perguntar sobre isso. Aí então vocês são reconhecidos porque é uma auto?

E: Isso. Né? Denominação.

Beatriz: Denominação.

E: Ainda a gente não temos a certificação ainda como quilombola, mas a gente é reconhecido como quilombola.

Beatriz: Entendi.

E: Como quilombola. Então, a gente ainda tá eh estamos naquelas fases assim burocráticas, de documentações, né? Da gente não no quilombo, a gente. direito a isso, direito aquilo.

B: Entendi.

E: Né? E assim, o campo é bem aberto, que a gente é pessoas da nossa comunidade fizeram faculdade pagando normal sem sem ter, entre aspas, assim, se alguém tem o direito ali, né? De uma bolsa, de. pra quilombola, pra pra descendente nunca correu atrás, né? Dentro dessa questão. Então aí a gente tá nessa luta, né? Sua administração, a nossa gestão, né? Já era um processo que tem vindo a gestão passada, mas nós também. dando continuidade nesse processo, né? De de quilombola, a gente conseguiu eh questão da vacinação agora, já conseguiu prioridade.

B: Eu vi o processo pela internet.

E: Isso, como quilombo, né? A gente corremos atrás, até hoje, né? Assim, agora não, graças a Deus já tá tudo evoluído, mas até pouco tempo tinha irmão nosso quilombola que não tinha conseguido ainda se vacinar em outros estados, sempre que era um direito adquirido, então assim, tem ali o direito, mas. sistema faz tudo pra gente não conseguir o acesso. Então assim, é complicado essas questões pra conseguir isso, mas para vocês conseguir isso e isso, tem que passar por vários obstáculos. tudo pra dificultar o acesso da da nossa população.

B: Eh eu ia entrando pergunta, eu vou entrar aliás que me eh bastante curiosidade, mas eu eu vamos lá. Para você assim eu estava eu eu tenho uma parte de trabalho que eu tô escrevendo só pra poder situar, né? Que fala muito sobre os louvores, porque quando quando eu ouvi falar quando eu ouvi literalmente a festa que me chamou muita atenção foi. músicas e foram os cantos do Congo de Moçambique, né? Da da Guarda das Guardas e tudo mais e dá pra gente perceber nitidamente que são guardas diferentes, né? Né? E e e pra você assim [inaudível] comunidade de modo geral, como é, como, qual é o papel, qual é a importância?

B: Somente a pergunta cabe, mas é uma curiosidade minha. Como é que comé que, qual é a importância do canto, dos louvores dentro de uma festa? Né? Tem mais. mais qual é o papel dele? Porque, bom eu ouço e aquilo que mais me chama atenção, uma das coisas, né? Me chama atenção durante a festa, dos vídeos que eu assisti, né? Foram as músicas e e e qual é o papel do canto dentro da festa? Dá pra falar sobre isso?

E: Não, tranquilo, tranquilo.

E: Não, não, tá certo, eu não sei se na minha apresentação e eu falei também que eu sou capitão do reinado. Agora de Moçambique, eu acho que eu esqueci na hora da apresentação de citar isso. Sei. Então. Eu com meus dezesseis anos eu fico coroadado capitão. Com dezesseis anos. Dezesseis anos e na época, né? Eu tinha o nossos patriarcas praticamente todos aí. Foi uma coisa assim, é um fundamento. Que a gente aprende na hierarquia do nosso reinado. Pra muitos é músico, ah aquela música, aquilo que pra nós é a gente canta, a gente reza cantando e canta rezando. Cê pode reparar todas as músicas, você, né? Ou pesquisou, viu na internet, tudo é com sentido em oração a nossa senhora.

B: São orações.

E: São orações. São orações e tudo tem um sentido, tudo tem um sentido, você chegar nessa capela tem um tipo de música, né? Um tipo de cantigo, um tipo de oração que a gente canta, você chegar na casa de uma pessoa que chegar num num território de uma outra pessoa. cê tem cê canta pra pedir licença pra entrar, essa pessoa autorizou, aí cê entra pessoal todo, pra chegar na capela, pra chegar na aos pés da imagem, da Nossa Senhora do Rosario, né? Todos os santos, é um outro tipo de cantiga, é um outro tipo de oração. Então tudo tem um processo, tudo tem uma sequência. E Nossa Senhora do Rosário, pra nós negros é assim, foi a né? A mãe de nós, né? De toda. se o nosso antepassado que ela apareceu, né? Uns falam no mar, outros falam no Rio, né? Então assim, reza a lenda como diz o outro, que ela apareceu, os escravos estavam. Estavam ali fazendo o seu cotidiano na beira do rio, lavando isso, fazendo aquilo, aí viu, viu uma imagem, isso não é só uma imagem, uma santa e aí eles correram lá e conseguiram pegar a imagem da santa e fizeram. uma capelinha, aí os seus donos, né? Os os donos deles, né? Senhores na época, pegou, não, isso aqui sem imagem não pode ficar aqui, construiu uma igreja enorme, né? Um um com todos os direitos. e no outro dia a imagem já me pareceu não estava no local que eles tinham deixado, ela voltou pra dentro do rio, né? E aí o combo agora de combo, né? Assim bateu com a imagem, a imagem aproximou. aí aí a imagem aproximou tudo direitinho, aí veio a guarda de Moçambique, a imagem chegou mais próximo e quando bateu os tambor sagrado, a imagem deu um pulo e foi em cima dos tambores e foi na capela dos pobres, dos. que nós solo então normalmente essa entrevista se acontecia dentro de uma capela de Nossa Senhora do Rosário, uma capela mais simples, mais humilde, mas é o lugar que ela. ela se adaptou e quis ficar e então assim ela não só do Rosário é assim a nossa padroeira aqui da nossa comunidade né? Uma coisa que vem nos nossos antepassados então a todos os momento. antiga reverenciando o nosso né? E também São Benedito que é um santo dedo, Santa Efigênia, né? Nossa Senhora Aparecida. Então assim, imagina todos os santos, né? Mas só esses santos que normalmente, né? A gente quando a gente. nossas festas a gente Nossa Senhora Aparecida, São Benedito Os Santos negros assim que a gente sempre tá nessa daqui, mas todas as música tem. sentido, né? De adoração, de tá rezando sempre a Nossa Senhora.

B: Bom, acho que é outra pergunta a outra, mas eu já mas. o céu como capitão, né? Eh quais memórias elas despertam o senhor quando o senhor começa a orar, quais memórias vem?

E: Então, a gente, né? Nesse nessa entrevista aqui está conversando com o Everton, né? Meu nome é Tequinho, né? A partir do momento que a gente coloca a farda,. né? Está trajado com nosso trajado, com nosso bastão, ali a gente se transforma. Ali cês vão tá pensando como capitão. Sim. Everton, então ali já tá toda aquela doutrina, toda hierarquia. E. a gente se, sim, mergulha no passado, mergulha no passado, junto com a gente no momento que a gente tá festejando, quando bate os tambores, ali cê sente a presença do dos nossos irmãos tudo que faleceu, junto conosco ali naquele momento. então é uma coisa assim, não tem explicação, não tem como a gente detalhar. Sim. Aquela momento, são momentos únicos, as pessoas tem que tá próximo pra pra presenciar e pra sentir, porque às vezes a gente fala, se a pessoa passar, não, que isso, não tem. mas eu com certeza quando vocês pintou dentro da nossa capela você se aproximou você sentiu algo diferente.

B: Na hora. Senti algo diferente.

E: Então assim uma coisa a pessoa pesquisar, a pessoa ver de longe pra ouvir e falar, uma coisa a pessoa presenciar esse momento. É questão da gente do reinado também, né? Quando a gente

tava enfardado, tá tudo direitinho, é é isso, é aquele momento único, né? A gente se transforma, já as músicas, cê acha que a gente. as músicas e põe no papel assim e vai ficar ah hoje eu vou cantar essa música, tal lugar eu vou cantar aquela, não, não existe isso, não existe isso é momentâneo, é momentâneo cê chega naquela hora ali. tem um capitão puxando lá e passa pra gente. Se passou por ser, cê vai ali na frente ali, pode ter certeza, pode ter maior tranquilidade que a música vai surgir na sua mente. Isso é fé, é respeito pelo nosso. e concentração na quinta a gente tá fazendo naquele momento. A música vai surgir, a música certa, na hora certa, você tá ali prum evento, pruma eventualidade, tá? Tem um membro do seu, do seu terno, né? Da nossa guarda, cê tá lá na frente que não tá se sentindo bem, você percebe isso lá na frente, às vezes o capitão tá lá que tá puxando um canto, um verso que ele fala lá, de repente. me dispensa aqui no grupo aqui, o capitão tá vendo algo, uma cantiga que ele puxa lá, cê já fica alerta, tá acontecendo não, o capitão tá cantando aquilo ali, aí cê já, cê já capta alguma coisa, ó, tá acontece. Isso. Então assim, a coisa assim que não tem explicação não é uma resposta exata, é coisas que tem que presenciar e tem que. Às vezes tem pessoa que o vídeo vendo aquilo ali já consegue. tendeu? É isso isso vai de cada um, mas num num é no todo é uma coisa assim que não tem explicação. Um fundamento é um mandamento enorme de uma grandeza que não tem. não tem a resposta exata, né? O que ah o que que é isso? Como é? B: Isso vai de cada um.

E: Isso, vai de cada um. Eh as vezes tá fazendo vencer, fazia pra outra porque então a pessoa vai te falar, você é um, né? Um outro tipo de coisa, mas tudo que mesmo tudo voltado pra mesma originalidade.

B: É, quais são as principais formas de se chamar festa? Porque. eu lendo alguns materiais, algumas pessoas chamam de reinado, outras Congado.

E: Então, popularmente falando é a festa, pra gente é reinado. Uh-huh. Pra nós na intimidade, é o reinado de Nossa Senhora, a gente fala que a festa de maio é Reinadinho, e a festa de outubro é a festa do Reinado. Porque maio, Festa da Abolição da escravatura. Então, entre aspas, quem gosta de dizer é uma festa, mas é, como que eu posso falar... a festa, mas do calendário assim, né? Maio, né? Abolição da escravatura, vamos fazer uma festa pra tá comemorando a libertação dos escravos. Então essa festa. em maio, devido, né? Todas as questões. Então essa agora a festa de Nossa Senhora do que é de outubro, que é a festa mais antiga. Que já existia no passado. Porque aí sim, né? Né? Pro reinado de Nossa Senhora do Rosário. O popularmente fala, ah a festa Nossa Senhora do Rosário, mas pra gente é Reinado, né? Na linguagem da nossa, Reinado Nossa Senhora. Então essas são as duas diferenças das festas, a festa de de maio a gente faz no teatro, da peça. nós tem nós temos pessoas que se veste de escravo, tem os cavaleiro, tem as escrava, né? Então tem todo um processo, tem um grupo artístico nosso.

B: Sim.

E: Que eles fazem essas apresentações. Então a festa de maio. mais assim do folclore mesmo, né? Uma data pra gente, né? Tá comemorando tudo na mão, já é uma coisa mais do sagrado mesmo.

B: Perguntei porque ela aparece em alguns lugares com outros nomes mais agregado.

E: Cada lugar mesmo, cada estado, cada região, tem um jeito de dizer, né? Vão falar, Reinado, outros falam Congado. Aqui é tudo a mesma coisa, né? Nós costuma falar, o nosso costume aqui é a Guarda de Moçambique, Guarda de Congo. Tem um Terno disso, o Terno daqui, o Terno de Marinheiro, Terno de Caboclo, mas tudo é um é um né? Um sentido só da paz. Sim, só essas perguntas na verdade foram essas. Criadas, hein? Nossa mas e. as guardas são como eu estava falando, né? As guardas elas são bem. Isso, né? Vamos lá para as quatro. Aguarde o de combo. Ela é formada eh com o público mais feminino, né?. uns oitenta por cento dela feminina, porque é uma guarda que vai mais rápido, as menina dança, tá? Então, aguarde como,

né? Nosso agrado, aguardo o pão lá na frente, abrindo os caminhos, né? Vai dançando, fazendo seus rituais abrindo. e a Guarda do Moçambique é onde carrega o trono que carrega o rei, as rainha, que ganham todo tronco coroado que simbolizam pra nós quando faz o rei como a rainha, né? A gente tem vários casal de reis. A imagens dos santos, né? Comé que simboliza a rede Santa Efigênia, a rede de São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, né? Entre outros, a rainha do império, a rainha Congo, a Rei Pombo, tem toda a hierarquia. Sei. E o Moçambi. mais devagarzinho atrás justamente por causa disso. Como é que usa nessa hierarquia? Porque eu sempre soube eu eu vi que tem inclusive bastante várias são muito lindas, né? Hm-huh. As coroas. Isso. Mas. comé que. Então seria possível eu gravar o senhor falando essa parte da coroa? Ou digo um vídeo? Ficaria ruim? Ou. Não, acho que não. Eh eh. eu vou vou falar aqui depois a gente faz. Tá bom. Pode ser? Hm-huh. Porque ó. Sim. Aí se cê achar que não acho interessante, né? Porque hoje ele arquivo que foi passado pra nós é o seguinte cada criança tô te falando, cada. cada região tem um tipo de hierarquia. Sim, é. Né? A nossa o nosso maior horário, escolha. Eh rainha do império e rei do império. Sim. Isso. Dentro do né? Do do tronco. Avenida Império e Rainha e Rainha do Império, rei e rainha do império. Sim. Depois vem a rainha Conga e rei Congo. Esse são os quatro assim do nosso fundamento. Esse é um mas. hierarquia no total do que comanda tudo é o nosso capitão nosso capitão-mor e nosso capitão regente. Vem aqui o capitão Mor. É o maior a. tudo, tudo, ele que dá o aval dentro do nosso e aí depois vem o capitão regente. Aí vem a sequência das rainhas, né? Que é a rainha do trono, vem a rainha do império, o rei, rei, rainha do império. Aí vem né? Aí nós temos a rainha eh rainha do do Rainha de São Benedito, São Efigênia e aí vem todo. Isso, aí vem descendo aí né? Isso, faz assim. a gente isso é só questão assim, tem que seguir, tem que tá lá, né? Tudo direitinho, mas eu respeito que a partir do momento que a pessoa colocou uma coroa na cabeça a gente já respeita, a partir do momento que a pessoa tá fardada, tá ali com seu bastão, a gente já, então pra gente. todo mundo nova, todo mundo obedece. É mais ou menos isso.

B: É porque eu sempre via mas é como não faz parte da minha vivência. Eh eu gostava, nossa essas essas agora.

E: Tá claro, né?

B: Nossa, ele (o altar da capela) está lindíssimo, a nossa senhora no meio.

E: Já foi restaurada tem pouco tempo com a imagem dele. E aí a gente tá aí na luta aí. nossa bonitinha, esse legado. Os principais assim, dificuldades de manter. Então, isso é a é difícil. É difícil devido o mundo que a gente hoje em dia, muito preconceito. É mesmo. Muito preconceito. Nós por ser um quilombo urbano.

B: É.

E: Você percebeu que a nossa comunidade tá no centro de Contagem. Normalmente você fala assim, ah, quero vou conhecer um quilombo, a pessoa. um lugar que é no interior, mais afastado, não, aqui tá no centro de Contagem. Então, até pra gente tá fazendo as nossas manifestações, o pessoal do trânsito não respeita, a gente tá fazendo a nossa procissão, sabe? Então, é muito difícil. mesmo. Então, a gente tem que lutar, resistir mesmo, se a gente for, entre aspas, se olhar a dificuldade, a gente não ainda não consegue fazer as coisas. A vantagem nossa, foi nós ser uma família e morar próximo. Isso já vem dentro da barriga das mães. Aí vem dentro das barriga. As mães frequentam, então os filhos já vivem daquilo, já nasce dentro do Reinado. Então, dá pra gente ir levando aquela a cultura, a gente tá mantendo a nossa tradições. Com seus doze anos dá pra gente ir controlando as crianças dentro do Reinado. Passou dessa fase até os seus vinte e poucos anos é aonde que entra o trabalho nosso. Foi aonde que a gente sentiu na obrigação né? Nós, a nova gestão agora. Acabamos de entrar, porque a gente viu que as criança quando começou a estudar fora, daqui de dentro da nossa comunidade, nós não temos escola, não temos nada aqui dentro. Então, tudo é cotidiano normal. A gente estuda fora, trabalha fora. Então, o mundo lá fora já começa a olhar pra ela, você é lá do Arthur? Ah, não, lá é, só tem

isso, só tem aquilo. Confunde muito as religiões. Nós somos dominantes Católico. Mas não deixamos de lado a nossa ancestralidade, né? Que tem cinco pessoas que querem da umbanda, que é do Candomblé, que são católicos, né? De que a maioria das pessoas, mas tem pessoas evangélicas dentro da nossa comunidade, tudo é da nossa família.

E. Sabemos respeitar isso. Tem pessoas que falam assim ó, eu hoje eu fui criado dentro do Reinado, dentro do Congado, mas hoje eu hoje eu optei por ser evangélico, vou seguir minha vida lá fora, mas vivo dentro da nossa comunidade e a ajuda do nosso festejo da mesma maneira. a gente respeita ela, tem uma outra pessoa pode vim nos ajudar e vice-versa. Mas então chega nessa fase, as crianças se dispersam, se dispersam porque hoje tem a internet, tem outras atividades que não tinham no passado não tinha esse tipo de coisa. Então, a gente estudava, trabalhava, ficava doido pra chegar no domingo pra gente ir no nosso congado, porque normalmente a gente saiu o ano todo. Porque quando a gente faz as festas, vem vários ternos, pessoal de outra cidade. Então, na nossa festa automaticamente recebe nas festas deles pra tá ajudando eles a celebrar a festa. Então a gente tem esse processo. Então nesse período questão da idade passou assim do seus quinze anos de idade já começa a dispersar. Aí muitos falam assim ah não. porque é muita burocracia, tem questão de horário, é muito rigoroso, é muito isso. Aí a gente, como a gente, né? Mais novo, a gente, ó, vamos fazer um intercâmbio, a gente vai, não, é se isso pode, isso não pode, né? Pra gente tá fazendo esse mandamento. Pra gente estar administrando a nossa comunidade. E aí a gente está conseguindo graças a Deus. Graças a Deus.

B: Sim... Você falou sobre já ter sentido isso de algumas pessoas, já demonstraram abertamente algum tipo de preconceito pela pela procissão pela festa de alguma forma?

E: Com certeza. Diariamente a gente só quando as vezes a gente vai chegar numa empresa esse tipo de coisa, ah sei lá, eu moro lá nos Arturos, na comunidade. O pessoal, então agora é gente diferente, já tem aquele olhar assim, sabe? Aí as pessoas. vindo pra gente, olha eu pensava que fosse todo mundo lá do Zap era isso aí na primeira vez vocês, é superbacana, sempre sabe? Aí vê as pessoas começa conviver com a gente vê que é totalmente diferente do que as pessoas algumas pessoas relatam, ah não mas Artur só tem uma comida só. maldade dos outro, só faz isso, só faz aquilo e vê que a realidade é totalmente diferente, né? Então, isso é, tem vários tipos de preconceito, né? Estrutural, vários, vários, vários tipos de preconceito mesmo.

B: Eu vindo até aqui, eu perguntei pra algumas pessoas. E muitas souberam me dizer onde vocês estavam, no ônibus...

E: A gente hoje é referência, né? Referência. Referência, você chegar em. Belo Horizonte maioria das pessoas fala ó, chega até um lugar assim, sabe se informar.

B: Eu achei muito interessante.

E: Nós estamos fazendo assim, a gente tem uma ajuda, né? Anualmente do município devido pra manter as nossas tradições no nosso tão a gente cobra exatamente isso, porque hoje falar em patrimônio em Contagem fala dos Arturos.

É. Você enterrou comigo. cê vai ser privilegiado. Não pode. Nunca contei a história de fumar, hoje aqui na José Bonifácio, depois com bengala e ele ficou no lugar dele. Ele é o nosso capitão mor agora.

Mestre Bengala: Prazer.

E:Ele é o nosso patriarca

Mestre Bengala: Seja bem vinda. Primeira vez que tá vindo?

B: Sim, é a primeira vez.

Mestre Bengala: Seja bem-vinda aí.

B: Eu o conheço assim, eu lembro sobre. Eu li sobre o senhor.

Mestre Bengala: Nós tamo aí na rua tocando agora, vamos tocando barco, né? Então a gente tá aí com colaborar e tentar manter as nossas tradições, né? Seja bem-vindo, tá?

B: Muito obrigada!

Mestre Bengala: Além do bem acompanhado alguma coisa, brigado. É, cês tão chegando aí. é? Oi? Chegou bem nas imagens.

B: Já vi. Eu também já vi umas imagens sua, cê já fez algumas gravações pra Band?

Mestre Bengala: Isso, a gente sempre faz esse tipo de coisa.

B: Na verdade, eu tô sempre vendo uma coisa sobre vocês, né?

E: A gente ficou muito esperso, sabe? Ficou dispersou, errado. Assim, a nossa comunidade não conseguimos acompanhar o mundo atual da tecnologia. Você não vê os Arturos contado pelos Arturos. Você só vê por terceiros. Você acompanha muito o YouTube, o Tradição de Minas. Pessoas que vem e pedem aqui e lançam no canal dele ali e aí a pessoa vai se beneficiar por lá. Mas não tem nada dos Arthur. Estamos nessa administração agora, a gente tá trabalhando exatamente isso, pouco tempo criando o INSTAGRAM da nossa comunidade, do Face e agora a gente tá trabalhando, né? Uma equipe junto conosco, através do Hélio de Branco a gente conseguiu, né? A gente tá administrando algumas questões e alguns editais também que a gente escrevemos e tá sendo contemplado pra gente olhar, ter esse olhar mesmo, a gente criar um site da nossa comunidade, uma página no YouTube pra gente mesmo, sabe? Porque assim, muitas pessoas vem. coisa e leva e não dão parecer. Então assim, as pessoas que sempre que dão retorno pra comunidade, assim, Edmilson, Núbia Pereira, já falecida, Glaura Lucas. é uma pessoa assim de extrema importância hoje atual pra gente ela até professor da UFMG é uma parceira nossa, nós temos a Livia lá no Rio, nós temos a Camila em São Paulo, a Elenice Salvador, são pessoas que vieram, fizeram trabalho na nossa comunidade, de. pra comunidade e não conseguiu sair mais de dentro da comunidade. São pessoas que são parceiras nossas atual e entre outras pessoas na hora a gente vai ter outras pessoas que sempre está junto conosco aí na nossa caminhada. Então assim essa nossa. também a gente tá essas questões administrativas, né? Questão do mundo hoje, né? As tecnologias, a gente tá tentando acompanhar, ele tá atualizando esse tipo de coisa, né? Então a gente tá nós estamos com esse tipo de evento que tá acontecendo hoje.. essas parcerias com as outras faculdades era assim, a gente tinha que respeitar hierarquia, né? Os nossos patriarca, o pessoal não via isso com bons olhos. Não, esse povo vai vim de fora, vai, eles num sabe? E hoje a gente vê que é, né. e aí nós tamo fazendo uma parceria com a faculdade, né? Com aluno de medicina, tão tá fazendo né? Fazendo esse evento aqui, mas vai dar, tocar um outro projeto aqui olhando, cuidando das nossas crianças, fazendo exames, né? Que é coisa de extrema importância. Os pais, muitas pessoas não tem acesso a isso, é uma burocracia pra você conseguir fazer um exame, né? Numa rede pública, então no SUS, então é sempre complicado. Então a gente tá correndo atrás, hoje nós tamo tentando resgatar pouco tempo a gente fizemos uma recuperação de nascentes aqui dentro da unidade. Água limpa, água pura. Coisa que tava se perdendo, que a nossa comunidade ficou meio disperso, sabe? Assim, comerciar, muitos anos a menos gestão, né? O pessoal ... Não é porque eles fizeram mal, uma má gestão. Não, porque assim, eles tinham lá as questões do reinado e a comunidade em si ficou meio de lado, mas faltou também nós comunidade, participasse envolver, sabe? É o que a gente, né? Nas questões da criação do conselho que cometeu de ser lá. falou não, tudo a gente vai fazer o conselho tem que se envolver, nosso amigo tem que participar. Chegou doação pra comunidade? Ó, o conselheiro vai resolver com a sua família quem vai ser contemplado, quem tem mais necessitado. Ó, nós tem que fazer um

mutirão pra limpar uma comunidade, vamos fazer a recuperação da nascente, a gente. parceria de cultura agricultura aqui de Contagem. Então a gente tá conseguindo vários meios mas a participação importantíssima da comunidade porque senão não flui, né? E a gente recuperou a nascente, a gente tá com o projeto agora voltar e a gente tivemos no passado tinha plantio aqui dentro, plantio de arroz, feijão, milho, plantava, só que os nossos né? Nossos acessórios foi se embora, foi se perdendo. Nós, a minha geração não foi criada assim, a coisa que eu disperso, como nós temos a área comum, foi dividido o território, mas eu tenho as áreas comum, a gente tá usando, usando esse terreno, né? Pra gente fazer, voltar pra andar, fazer uma horta comunitária aqui e assim a gente vai lutando, persistindo, uns fala ah isso não vai dar certo, aí cê começa a fluir, o pessoal vem todo mundo e participa e assim vai, aos pouquinho a gente já vai tocando o barco aí quem chegar aqui ver o movimento.

B: Obrigada pela gravação, viu?

E: Hm-huh. Vamos.